

ANEXO I

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES
1ª CONVOCAÇÃO
22/02/2024

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES
(1ª CONVOCAÇÃO)

AVAI FUTEBOL CLUBE

PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL N.º 5031675-75.2023.8.24.0023
VARA REGIONAL DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, FALÊNCIAS E CONCORDATAS
DA COMARCA DA CAPITAL (FLORIANÓPOLIS) – SC

Aos vinte e dois (22) dias do mês de fevereiro (02) de dois mil e vinte e quatro (2024), por meio da Plataforma Virtual disponibilizada pela AJUD TECNOLOGIA E ASSESSORIA, a administradora judicial, **Medeiros, Costa Beber Administração Judicial**, sob a presidência de João Medeiros, encerrou a “lista de presenças” às 10:00 horas.

O Clube Recuperando esteve logado no sistema, sendo representado pelo dr. Marcos Andrey de Sousa, inscrito na OAB/SC 9.180. Antes de iniciar os trabalhos, para secretariar o ato, o presidente designou o credor MCL ESPORTE AGENCIAMENTOS LTDA, representado pelo dr. Victor Bassualdo Boabaid.

Devidamente cadastrados para o ato, compareceram (mediante login ao sistema), por si ou por seus procuradores, os credores constantes na lista de presenças anexa, titulares de **75,72%** dos créditos habilitados na Classe I, **81,30%** dos créditos habilitados na Classe III e **84,57%** dos créditos habilitados na Classe IV. Na classe II não há credores habilitados.

Com a palavra, o presidente declarou instalada a assembleia geral de credores em primeira convocação, tendo em vista a regra do art. 37, §2º, da Lei n.º 11.101/2005, cuja ordem do dia é a aprovação, rejeição ou alteração do modificativo ao plano de recuperação judicial, protocolado no evento 624 do processo de reestruturação.

Concedida a palavra à recuperanda, dr. Marcos Andrey informou que na data de 21/02/2024 foi apresentado modificativo ao Plano de Recuperação Judicial, que apresenta condições favoráveis, solicitadas por credores em tratativas de negociação, além de determinados esclarecimentos em relação à algumas cláusulas.

Ato seguinte, Lucas Fronza, da assessoria financeira, compartilhou apresentação em tela, retratando os pontos alterados no modificativo do evento 624, que são abaixo elencados:

- Cláusula 1.1.26. Esclarecimento de que, para fins de consideração de limitação da verba trabalhista, será considerado o salário-mínimo vigente à data do ajuizamento da Recuperação Judicial.
- Cláusula 1.8. Previsão de pagamento em até 30 (trinta) dias, dos créditos relativos a verbas estritamente salariais vencidas nos 3 (três) meses anteriores

ao pedido de recuperação judicial, limitados a 05 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, conforme o §1º, do art. 54, da Lei 11.101/2005

- Cláusula 1.8.2. Esclarecimento de que os créditos relativos às férias serão quitados em até 12 meses.
- Cláusula 1.8.3. Esclarecimento de que os honorários advocatícios, serão pagos nas mesmas condições das verbas salariais.
- Cláusula 1.8.5. Modificação para melhora das condições de pagamento para os credores trabalhistas CNRD
- Cláusula 1.8.6. Esclarecimento de que o clube poderá fazer acordos desde que mais benéficos para o credor, sem prejuízo dos demais credores.
- Cláusula 1.8.7. Fez-se constar que os pagamentos das obrigações de FGTS e INSS, ainda que decorrentes de decisões judiciais, serão realizados pelas vias próprias, e não diretamente aos credores, mediante a expedição e pagamento das respectivas guias expedidas pelos órgãos competentes.
- Cláusula 1.10. Modificação para melhor das condições de pagamento para os credores quirografários CNRD
- Cláusula 1.11.1. Modificação para melhor das condições de pagamento para os credores quirografários ME/EPP CNRD
- Cláusula 1.12. Esclarecimento que o credor que seja atleta e que venha a prestar serviços ao clube pode também ser considerado Credor Parceiro e, portanto, ter tratamento diferenciado de acordo com o ajustado pelas partes.
- Cláusula 1.13.1., assim como em todas as cláusulas de fixação de prazos de carência e pagamentos, esclarecimento de que os prazos se iniciam da Data da Concessão da Recuperação Judicial.
- Cláusula 1.23. Esclarecimento de que na hipótese de constituição de SAF, a transmissão de ativos tangíveis ou intangíveis, ou ações do clube, se dará mediante formação de UPI, na forma do artigo 60, caput e parágrafo único e artigo 60-A, da Lei 11.101/2005, garantindo assim a proteção contra a sucessão.

Na sequência, foi aberto aos credores o direito de fala.

Dr. Thiago de Souza Rino, representante de credores enquadrados nas Classes I e III, questionou o valor total sujeito à Recuperação Judicial, se houve assinatura do contrato com a Liga Forte e o valor que teria sido antecipado. Por fim, se a venda do ativo foi prescindida de autorização judicial.

Dr. Marcos Andrey esclareceu que a Recuperação Judicial é apenas um dos procedimentos de reestruturação, não englobando todo o passivo devido pelo Clube, pois existem créditos não sujeitos. Referiu que a dívida atualmente sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial remonta a 45 milhões. Frisou que há em torno de 102 milhões de passivo fiscal, que ocasionou diversas penhoras ocorridas em período anterior ao ajuizamento da Recuperação Judicial, gerando prejuízos em caixa. Diante disto, ressaltou que o contrato com a Liga Forte não torna

desnecessário o procedimento de reestruturação, pois com o ingresso do valor foi necessário o pagamento de obrigações emergenciais, novos investimentos, de modo a administrar o passivo, sobretudo o não sujeito. Por fim, esclareceu que o direito de arena se trata de ativo circulante, de modo que não é necessária prévia autorização judicial, na forma do art. 66, da Lei 11.101/2005. De toda forma, ressaltou que o procedimento foi previamente informado e consultado à Administração Judicial.

Dr. Thiago Rino questionou o contato extrajudicial do Clube Recuperando com a Administração Judicial.

Pelo dr. Marcos Andrey foi dito que as tratativas com a Administração Judicial são diárias, que posteriormente consolida as informações quando da elaboração dos relatórios mensais de atividades.

Pela Administração Judicial foi esclarecido que não há anormalidade no contato extrajudicial, pois faz parte do dever de fiscalização, sendo que as questões pertinentes são levadas à conhecimento do juízo.

Dra. Jamile Aparecida Machnicki, representante do credor WELAB.BUSINESS COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA manifestou insatisfação em relação à juntada de modificativo às vésperas da assembleia geral de credores. Ainda, informa que entende não ser o caso de processo de Recuperação Judicial, principalmente considerando o ingresso de valores de contrato firmado com a Liga Forte. Ao final, requereu a apresentação de prestação de contas acerca da destinação dos valores recebidos.

Pela Administração Judicial foi esclarecido que o cabimento do procedimento de Recuperação Judicial é matéria preclusa. Quanto às alterações do Plano Recuperação Judicial, frisou que estas poderiam ser apresentadas na própria assembleia. Por fim, registrou que as atividades do Clube são objeto de relatórios apresentados mensalmente pela Administração Judicial em juízo.

Dr. João Henrique Cren Chiminazzo, representante de credores das Classes I, III e IV, questionou a previsão de isenção das multas e juros, pois muitos acordos firmados na seara trabalhista foram descritos com natureza indenizatória. Ainda, questionou a forma como o cálculo será feito em relação aos valores superiores à 150 salários mínimos. Ressalvou que poderá haver divergência no tocante à origem das verbas, quando do enquadramento nas condições de pagamento.

Dr. Andrei Cota, da assessoria financeira, esclareceu que a proposta foi apresentada com priorização do pagamento da verba principal, em detrimento das demais. No tocante aos 150 salários, foi estabelecido como data base o ajuizamento da recuperação Judicial, tomando-se por base o valor habilitado na relação judicial.

Dr. Alan Flavio da Fonseca Geraldo, representante de credores das Classes I e III, questionou se os honorários sucumbenciais de origem cível, também

serão tratados nas mesmas condições daqueles descritos no Plano como créditos trabalhistas.

Pelo Dr. Marcos Andrey foi ratificado que tanto honorários contratuais, como sucumbenciais, possuem natureza salarial, de modo que receberão o mesmo tratamento dos créditos trabalhistas.

Dr. Henrique Richter Caron, representante de credores da Classe I, questionou a previsão de exclusão de juros, multa e incidência de deságio, na Cláusula 1.8.1. Ainda, afirma que há ilegalidade na aplicação de deságio nos créditos trabalhistas oriundos de ações judiciais, prevista na cláusula 1.8.4., pois caracterizaria punição àqueles que ajuizaram demandas. Questionou se a limitação dos 150 salários mínimos utiliza a previsão do art. 83, I da Lei 11.101/2005. Por fim, alegou a discriminação no pagamento dos créditos trabalhistas oriundos do âmbito da CNRD.

Andrei Cota informou que o pagamento será realizado tomando-se por base o crédito habilitado, excluindo-se tão somente as multas. No tocante a incidência de TR e juros de 1%, referiu que o pagamento da Classe trabalhista é curto, de modo que foi observado o repasse da inflação.

Dr. Marcos Andrey reafirmou a ausência de nulidades nas condições propostas, que visa priorizar as verbas salariais, com comprometimento maior de caixa. Em relação a ações judiciais, referiu se tratar de subclasse. No tocante a previsão de limitação da verba trabalhista à 150 salários mínimos, afirmou que o fundamento é baseado na liberalidade negocial, havendo, coincidentemente, tal previsão de limitação no art. 83, I da Lei 11.101/2005. Ao final, referiu que o saldo superior à 150 salários mínimos continuará possuindo natureza trabalhista, apenas havendo pagamento nas mesmas condições da Classe III. Referiu que o tratamento em relação ao pagamento dos créditos da CNRD se trata de peculiaridade, de modo que não há necessidade de tratamento homogêneo.

Dr. Daniel Lourenço, representante de credores das Classe I e III, reiterou as impugnações levantadas por demais credores, ressaltando sua discordância com a aplicação de deságio, enquadramento de créditos na forma de pagamento da Classe III e encargos previstos.

Dra. Raquelli Bólico, representante do credor BANCO BRADESCO S.A., questionou se haverá aplicação de deságio no pagamento linear de até 30 mil reais. Ainda, qual a data base de aplicação do deságio. Por fim, se haverá fixação de data base para a realização do pagamento.

Dr. Marcos Andrey ratificou que sobre o pagamento de até 30 mil reais não haverá deságio e que este será aplicado sobre o crédito existente na data do ajuizamento da recuperação Judicial. Quanto à data de pagamento, será considerado como marco inicial a data da homologação, vencendo a primeira parcela no dia 30 subsequente ao final do período de carência, observando-se o

mesmo período do pagamento para os anos subsequentes, nos termos do item “amortização” constante na cláusula 1.10.

Dr. Thiago de Souza Rino reiterou sua discordância com a ausência de prévia autorização judicial para a formalização do contrato com a Liga Forte. Requereu deliberação da assembleia sobre a alienação de tal ativo.

Pelo Dr. Marcos Andrey foi reafirmado que o direito de arena se caracteriza como ativo circulante, de modo que desnecessária a autorização judicial. Ainda, manifestou discordância com a submissão da questão à assembleia de credores, uma vez que não é objeto da ordem do dia.

A Administração Judicial referiu que a matéria já foi levada aos autos, com a juntada de parecer no evento 373, em 30/10/2023.

Dr. Eduardo Beil, representante de credores da Classe I, registrou, via chat, ratificação quanto às ressalvas apresentadas pelos demais credores.

Ausentes outras solicitações de fala pelos credores, demonstrou-se aos participantes, por meio de vídeo explicativo, a utilização da plataforma virtual para cômputo dos votos. Esclarecidos os presentes, colocou-se em votação o Plano de Recuperação Judicial do evento 624 dos autos, oportunidade em que foram apurados os resultados abaixo, compartilhados em tela e lidos pela administração judicial:

RESULTADO VOTAÇÃO DO PLANO				
POR QUANTIDADE				
CLASSE I	APROVA	86	65,15%	
	NÃO APROVA	46	34,85%	
		132		
CLASSE III	POR QUANTIDADE			
	POR VALOR			
	APROVA	R\$ 10.267.732,87	80,52%	
	NÃO APROVA	R\$ 2.484.058,03	19,48%	
		R\$ 12.751.790,90		
	POR QUANTIDADE			
CLASSE IV	APROVA	18	66,67%	
	NÃO APROVA	9	33,33%	
		27		
POR QUANTIDADE				
CLASSE IV	APROVA	19	73,08%	
	NÃO APROVA	7	26,92%	
		26		

Os credores CLAUDIO ROBERTO DA SILVA, GABRIEL FARIAS DE LIMA, JOCELI DOS SANTOS, PEDRO DE ALMEIDA ARAUJO, ROBERTO CESAR ZARDIN RODRIGUES, LUIZ OTAVIO SANTOS DE ARAÚJO e BANCO BRADESCO S.A., encaminharam ressalvas por e-mail, que seguem em anexo à presente ata de assembleia geral de credores.

Demais ressalvas eventualmente enviadas pelos credores serão recebidas até o fim do dia de hoje.

A presente ata de assembleia foi lida e compartilhada em tela, oportunizando a apresentação de eventuais ajustes. Uma vez aprovada, vai assinada pelo presidente, pelo devedor, pelo secretário e por dois membros de cada

187 uma das classes presentes, por meio da plataforma ClickSign, cujo link de
188 assinatura será enviado por e-mail e será submetida ao juízo, assim como estará
189 disponível no site da administração judicial.

**MEDEIROS & MEDEIROS
COSTA BEBER**

Administração Judicial
Presidente da Assembleia

AVAI FUTEBOL CLUBE
Recuperanda

MCL ESPORTE AGENCIAMENTOS LTDA
Secretário

ALAN FLAVIO DA FONSECA GERALDO
1º credor membro da classe I

BRUNO CESAR PEREIRA DA SILVA
2º Credor membro da classe I

BANCO BRADESCO S.A.
1º credor membro da classe III

**CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO
LTDA**
2º credor membro da classe III

**BS IMAGEM E CONSULTORIA ESPORTIVA
LTDA**
1º credor membro da classe IV

**SUELI APARECIDA GRAVE DUTRA -
PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS
EIRELI**
2º credor membro da classe IV

Ata AGC 22.02.2024 - AVAI.pdf

Documento número #c566080a-54b9-4004-b2b3-cfebfd0e63fb

Hash do documento original (SHA256): 72f7456bc66ee559f462a8c216be1a1bcfa2ae15c0de6c247251fa740a7e3860

Assinaturas



MCL ESPORTE AGENCIAMENTOS LTDA

CPF: 068.993.309-62

Assinou em 22 fev 2024 às 13:03:30



ALAN FLAVIO DA FONSECA GERALDO

CPF: 056.952.637-00

Assinou em 22 fev 2024 às 12:51:00



AVAI FUTEBOL CLUBE

CPF: 888.593.719-53

Assinou em 22 fev 2024 às 12:55:38



BRUNO CESAR PEREIRA DA SILVA e BS IMAGEM E CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA

CPF: 221.227.158-12

Assinou em 22 fev 2024 às 13:15:59



BANCO BRADESCO S.A.

CPF: 036.407.750-66

Assinou em 22 fev 2024 às 14:02:49



SUELI APARECIDA GRAVE DUTRA - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EIRELI

CPF: 893.357.328-34

Assinou em 22 fev 2024 às 14:44:25



CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

CPF: 613.275.909-30

Assinou em 22 fev 2024 às 16:31:48



MEDEIROS & MEDEIROS COSTA BEBER ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

CPF: 579.403.550-15

Assinou em 22 fev 2024 às 16:39:08

Log

22 fev 2024, 12:42:17 Operador com email contato@ajud.com.br na Conta 8f38583e-e30a-42f7-b48c-00cbb9a4704b criou este documento número c566080a-54b9-4004-b2b3-cfebfd0e63fb. Data limite para assinatura do documento: 23 de março de 2024 (12:42). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.

22 fev 2024, 12:45:38 Operador com email contato@ajud.com.br na Conta 8f38583e-e30a-42f7-b48c-00cbb9a4704b alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 22 de fevereiro de 2024 (23:59).

22 fev 2024, 12:45:38 Operador com email contato@ajud.com.br na Conta 8f38583e-e30a-42f7-b48c-00cbb9a4704b adicionou à Lista de Assinatura: joao.medeiros@administradorjudicial.adv.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo MEDEIROS & MEDEIROS COSTA BEBER ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL.

22 fev 2024, 12:45:38 Operador com email contato@ajud.com.br na Conta 8f38583e-e30a-42f7-b48c-00cbb9a4704b adicionou à Lista de Assinatura: anselmo@lmce.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.

22 fev 2024, 12:45:38 Operador com email contato@ajud.com.br na Conta 8f38583e-e30a-42f7-b48c-00cbb9a4704b adicionou à Lista de Assinatura: aline@trsadvogados.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo SUELI APARECIDA GRAVE DUTRA - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EIRELI.

22 fev 2024, 12:45:38 Operador com email contato@ajud.com.br na Conta 8f38583e-e30a-42f7-b48c-00cbb9a4704b adicionou à Lista de Assinatura: marcosandrey@advempresarial.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo AVAÍ FUTEBOL CLUBE.

22 fev 2024, 12:45:38 Operador com email contato@ajud.com.br na Conta 8f38583e-e30a-42f7-b48c-00cbb9a4704b adicionou à Lista de Assinatura: vboabaid@gmail.com para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo MCL ESPORTE AGENCIAMENTOS LTDA.

22 fev 2024, 12:45:38 Operador com email contato@ajud.com.br na Conta 8f38583e-e30a-42f7-b48c-00cbb9a4704b adicionou à Lista de Assinatura: fonseca@belaciano.adv.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo ALAN FLAVIO DA FONSECA GERALDO.

22 fev 2024, 12:45:38 Operador com email contato@ajud.com.br na Conta 8f38583e-e30a-42f7-b48c-00cbb9a4704b adicionou à Lista de Assinatura: daniel.lourenco@cmadvs.com para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo BRUNO CESAR PEREIRA DA SILVA e BS IMAGEM E CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA.

22 fev 2024, 12:45:38	Operador com email contato@ajud.com.br na Conta 8f38583e-e30a-42f7-b48c-00cbb9a4704b adicionou à Lista de Assinatura: raquelli.bolico@continiadvogados.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo BANCO BRADESCO S.A..
22 fev 2024, 12:51:00	ALAN FLAVIO DA FONSECA GERALDO assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail fonseca@belaciano.adv.br. CPF informado: 056.952.637-00. IP: 189.106.161.242. Componente de assinatura versão 1.760.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
22 fev 2024, 12:55:38	AVAÍ FUTEBOL CLUBE assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail marcosandrey@advempresarial.com.br. CPF informado: 888.593.719-53. IP: 177.51.201.41. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -27.6666259905928 e longitude -48.5322199988085. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.760.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
22 fev 2024, 13:03:30	MCL ESPORTE AGENCIAMENTOS LTDA assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail vboabaid@gmail.com. CPF informado: 068.993.309-62. IP: 189.58.214.134. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -27.5982291 e longitude -48.6060492. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.760.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
22 fev 2024, 13:15:59	BRUNO CESAR PEREIRA DA SILVA e BS IMAGEM E CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail daniel.lourenco@cmadv.com. CPF informado: 221.227.158-12. IP: 201.13.134.165. Componente de assinatura versão 1.760.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
22 fev 2024, 14:02:49	BANCO BRADESCO S.A. assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail raquelli.bolico@continiadvogados.com.br. CPF informado: 036.407.750-66. IP: 177.156.250.192. Componente de assinatura versão 1.760.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
22 fev 2024, 14:44:25	SUELI APARECIDA GRAVE DUTRA - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EIRELI assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail aline@trsadvogados.com.br. CPF informado: 893.357.328-34. IP: 191.9.52.56. Componente de assinatura versão 1.761.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
22 fev 2024, 16:31:48	CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail anselmo@lmce.com.br. CPF informado: 613.275.909-30. IP: 201.55.122.10. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -27.5783765 e longitude -48.5075075. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.761.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
22 fev 2024, 16:39:08	MEDEIROS & MEDEIROS COSTA BEBER ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail joao.medeiros@administradorjudicial.adv.br. CPF informado: 579.403.550-15. IP: 177.39.166.130. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -29.6852 e longitude -51.1371. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.761.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
22 fev 2024, 16:39:08	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número c566080a-54b9-4004-b2b3-cfebfd0e63fb.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº c566080a-54b9-4004-b2b3-cfebfd0e63fb, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

ANEXO II

RESSALVAS

RESSALVAS AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ASSEMBLÉIA GERAL DE CREDORES AVAI- 22/02

CREDOR: Cláudio Roberto da Silva

Procuradores representando o credor: Fábio Eustáquio Cruz (OAB/MG 51.707)

Vanessa Mara Pinto Nogueira Lima (OAB/MG 189.511)

- 1) **O Plano viola o art. 83, I da Lei 11.101/2005 e art. 100, parágrafo 1º, da CF:** artigo 83, I, da Lei 11.101/05 é aplicável somente à falência, não sendo possível retirar o caráter alimentar do crédito de natureza trabalhista na hipótese de RJ. Dessa forma, a diferenciação dos créditos trabalhistas acima de 150 salários mínimos para quirografário é ilegal. Essa diferenciação do crédito trabalhista também viola o art. 100, parágrafo 1º, da CF, já que retira o caráter alimentar constitucionalmente determinado para as verbas trabalhistas.

2) IMPOSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE CLASSES DISTINTAS PARA CREDORES TRABALHISTAS.

A Recuperanda cria várias distinções dentro dos créditos trabalhistas, cada um sendo pago de forma distinta, sem que tenha qualquer relação com o valor do crédito:

- (i) Crédito alimentar de multas trabalhistas;
- (ii) Crédito alimentar de salários e verbas rescisórias;
- (iii) Crédito alimentar não discutido judicialmente;
- (iv) Crédito alimentar discutido judicialmente;
- (v) Créditos de luvas e premiações;
- (vi) Créditos trabalhistas na CNRD

A diferenciação entre créditos de natureza trabalhista que foram judicializados ou não, concedendo o pagamento privilegiado àqueles que não advém de ação judicial é ato discriminatório entre os credores. O pagamento distinto trata desigualmente credores que tem, muitas vezes, a mesma natureza do crédito, inclusive trabalhista. Portanto, há, no todo, verdadeira discriminação para com aqueles credores que, por opção ou falta de possibilidade, interpuseram ações na Justiça, sem qualquer justificativa para tanto.

Em seu artigo 167-O, determina ao Juiz preservar o interesse dos credores:

Art. 167-O. Ao conceder ou denegar uma das medidas previstas nos arts. 167-L e 167-N desta Lei, bem como ao modificá-las ou revogá-las nos termos do § 2º deste artigo, o juiz deverá certificar-se de que o interesse dos credores, do devedor e de terceiros interessados será adequadamente protegido. [\(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º O juiz poderá condicionar a concessão das medidas previstas nos arts. 167-L e 167-N desta Lei ao atendimento de condições que considerar apropriadas. [\(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020\)](#) [\(Vigência\)](#)

A criação de subclasses é uma manobra ilegal, e viola o princípio do par conditio creditorum, ferindo a paridade entre os credores. O parágrafo único do art. 67, da Lei 11.101/2005, é claro ao dispor que o tratamento diferenciado entre credores de uma mesma classe é autorizado desde que possua critério objetivo, seja justificado no plano e abranja interesses homogêneos entre os credores, esse também é o entendimento da jurisprudência do STJ ao julgar o Recurso Especial 1.634.844/SP.

3) O Plano de pagamento apresentado viola o artigo 54 da Lei 11.101/05 já que:

- a) Prevê um deságio de 100% (!!!!) para multas trabalhistas e juros de mora;
 - b) Prevê deságio de 75% para o remanescente dos créditos trabalhistas, já excluídos juros de mora e multas celetistas;
 - c) Créditos de natureza trabalhista, nos termos do art. 54, §2º, III, da Lei 11.101/05, devem ser pagos em até 01 ano da homologação do Plano da Recuperação Judicial. A reforma promovida pela Lei 14.112/2021 dilatou o prazo para até dois anos, mas desde que o plano preveja pagamento integral, sem deságio, e com garantias, o que não é o caso. Não prevê pagamento de 05 salários mínimos em 30 (trinta) dias da homologação do Plano;
 - d) No tocante à utilização da TR, esta se mostra inaceitável, e por uma razão óbvia: ela não se mostra capaz de conservar o patrimônio do Credor Trabalhista no curso do tempo, ou seja, não cumpre com sua finalidade básica, sendo imprescindível que os créditos sejam corrigidos pelo índice do IPCA-E, por ser aquele o que melhor protege o valor da moeda.
- 4) O Plano apresentado, ao não prever juros de mora, viola o Código Civil, em seus artigos 389, 395, 406 e 407, devendo ser aplicado juros de 1% ao mês, ou, sucessivamente, a Selic, conforme determinação do dispositivo art. 406 do Código Civil.

5) Artigo 45 da Lei 11.101/2005: exclusão dos credores que não possuem deságio.

Art. 45 § 3º O credor não terá direito a voto e não será considerado para fins de verificação de quorum de deliberação se o plano de recuperação judicial não alterar o valor ou as condições originais de pagamento de seu crédito.

Portanto, faz-se necessário excluir direito de voto de:

- 6) **OBJEÇÃO INTEGRAL AO PLANO.** Objeta-se integralmente ao plano, diante de diversos vícios insanáveis, por INCONSTITUCIONALIDADE da proposta.
- 7) Diante de todos os pontos listados acima, percebe-se que o plano apresentado pela Recuperanda viola, além da própria lei da Recuperação Judicial, a Constituição Federal, tanto no artigo 5º inciso XXXV quanto ao art. 100 § 2º.

O Plano apresenta viola, ainda, os seguintes dispositivos constitucionais:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

8) CREDORES CNRD.

Para os pagamentos dos credores que denominam “credores CNRD”, ou seja, aqueles credores que interpuseram ação através da Câmara administrativa da CBF-Confederação Brasileira de Futebol, a Recuperanda criou uma subclasse não existente na LREF, com pagamentos mais vantajosos inclusive que os credores da Classe I- Trabalhista, de forma completamente inconstitucional

O pagamento distinto para essa classe de credores, de forma integral e mais benéfica que os próprios credores Trabalhistas, trata desigualmente credores que tem, muitas vezes, a mesma natureza do crédito, inclusive trabalhista. Portanto, há, no todo, verdadeira discriminação para com aqueles credores que, por opção ou falta de possibilidade, interpuseram ações na Justiça Comum, ou não cobraram judicialmente suas dívidas, em claro benefício aos credores CNRD, sem qualquer justificativa para tanto.

Em seu artigo 167-O, determina ao Juiz preservar o interesse dos credores. Portanto, esse Plano Coletivo demonstra clara ilegalidade, e deve ser rechaçado pelo d. Juízo, em controle de legalidade.

9) IMPOSSIBILIDADE DE OPÇÃO PELA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

O Plano apresentado pela Recuperanda informa, no Histórico, que: “ Em 18/08/2022 a Recuperanda aderiu ao Regime Centralizado de Execuções (RCE) previsto na Lei n. 14.193/2021 que estabelece a possibilidade de os clubes de futebol se utilizarem de um novo instituto para a equalização de seu passivo, conforme disciplinam os artigos 13 e 14 da referida Lei. A medida não foi suficiente para a reestruturação da atividade desenvolvida pelo Avaí. Pretendendo a solução definitiva para a superação da crise, haja vista os pacíficos entendimentos sobre o enquadramento à espécie, a recuperação judicial passou a ser uma das modalidades de reestruturação possível e apropriada ao Avaí. Com a reorganização do passivo do clube e implementação das medidas de recuperação legais o Clube pretende se reestruturar, de forma segura e adequada, com o objetivo de alcançar melhores resultados financeiros e, conseqüentemente, esportivos”.

Ou seja, a Recuperanda CONFESSA que, com base na Lei 14.193/2021, optou pelo RCE, nos termos do art. 13, I da Lei 14.193/2021.

Ocorre que o RCE e a Recuperação Judicial SÃO EXCLUDENTES E ALTERNATIVOS, ou seja, tendo optado anteriormente pelo Regime Centralizado de Execuções não pode, no meio do caminho, o mesmo devedor mudar de ideia e trocar de regime de pagamento de suas dívidas, a seu bel prazer, depois de ter se beneficiado dos efeitos da opção anterior.

Desse modo, diante do exposto, pugna pelo provimento do Agravo para que seja reformada a decisão que concedeu à Agravada a recuperação judicial, uma vez que já constituído, pela opção do próprio devedor, a instauração do Regime Centralizado de execuções.

Contato | Medeiros Administração Judicial

De: Mariju Maciel e Marina Maciel Advogados Associados
<marijumacieltcivil@hotmail.com>
Enviado em: quinta-feira, 22 de fevereiro de 2024 11:33
Para: Contato | Medeiros Administração Judicial
Assunto: Ressalva - PRJ Avaí
Prioridade: Alta

Prezados, bom dia.

No tocante ao plano de recuperação, reitero as irresignações dos colegas, como também apresento a seguinte ressalva:

Houve a criação de subclasse trabalhista, sendo aplicada uma penalidade aos credores que ingressaram na Justiça do Trabalho.

É de conhecimento que a Lei 11.101/05 não proíbe tal prática.

Ocorre que não houve clareza em relação ao percentual de credores trabalhistas que se enquadram no ponto 1.8.3., ou seja, credores que não ingressaram com ação judicial, que foram claramente beneficiados nesse plano. Tal omissão revela a ausência de lisura na votação do plano, pois, caso esses credores representem a maioria da classe trabalhista, que aprova por cabeça o plano, é uma verdadeira manipulação na votação, conforme entendimento do STJ (REsp 1.634.844-SP).

Importante mencionar que, caso esses credores representem a maioria, é o caso de aplicação do artigo 45, §3º, de modo que os credores não exerçam o direito de voto, eis que não houve alteração no valor do crédito.

Atenciosamente,

Rafaella P. Proença

OAB/RS 110.826

Mariju Maciel Advocacia

Edifício Walk Offices, Av. Praia de Belas, Nº 1212, Sala 423

Praia de Belas - Porto Alegre (RS) – CEP 90110-000

Fone: (51) 3029.0010

Whatsapp: (51) 99306-4256

Excelentíssimo Doutor Juiz de Direito da Vara Regional de Recuperações, Falências e Concordatas da Comarca de Florianópolis-SC.

Assembleia-Geral de Credores
Data: 22/02/2024
Início: 10h00m

Os credores **ROBERTO CESAR ZARDIN RODRIGUES** e **LUIZ OTAVIO SANTOS DE ARAÚJO**, constando como credores de Classe I – Trabalhista na Relação de Credores (mov. 194), nestes autos de Pedido de Recuperação Judicial nº 5031675-75.2023.8.24.0023, vêm, respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar suas

RESSALVAS

Às cláusulas do Plano de Recuperação apresentado pela Recuperanda **Avaí Futebol Clube**, rejeitando-o e requerendo que o d. Juízo promova o controle de legalidade, pelas seguintes razões.

I. DO PLANO

A recuperanda juntou seu plano de recuperação no processo (mov. 171), contendo em sua cláusula 1.8 e seguintes, prevendo o pagamento a credores trabalhistas por condições excessivamente onerosas aos credores, abusivas e sem justificativa para discriminar credores de mesma classe.

II. NULIDADE DA CLÁUSULA 1.8.1: VIOLAÇÃO DA PAR CONDITIO CREDITORUM (LRF, 126). OFENSA A PROTEÇÃO AOS CREDITOS TRABALHISTAS (LRF, 47 E 54).

Na cláusula 1.8.1, o Plano propôs exclusão de juros e multas e deságio de 75% sobre o valor que ultrapassar 150 salários-mínimos, atualizado por TR e juros de 1% ao ano, é ilegal e abusivo.

Além do deságio explícito de 75%, há o deságio implícito, escondido, que é a exclusão dos juros e multas e o uso do Índice TR que é quase zero, enquanto a inflação brasileira anual está na base de 4,5%.

Pelo artigo 54 da Lei 11.101/05, se o crédito não for pago em 1 ano (12 meses) da data da decisão homologatória da recuperação judicial, só poderá ser pago em até 24 meses, devendo ser adimplida a integralidade dos créditos trabalhistas. Na expressão do artigo 54:

III. NULIDADE DA CLÁUSULA 1.8.4 E AMPLIAÇÃO DA CLÁUSULA 1.8.3: VIOLAÇÃO DA PAR CONDITIO CREDITORUM (LRF, 126). OFENSA A PROTEÇÃO AOS CREDITOS TRABALHISTAS (LRF, 47 E 54). OFENSA AO DIREITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA (CF, 5º, XXXV).

Dispõe o Plano, ao tratar da Classe I de créditos trabalhistas, duas subclasses até 150 salários mínimos, na cláusula 1.8.3, chamada de “*créditos de verbas salariais e rescisórias*”, sem origem em acao judicial, sem descontos e sem carência.

Contudo, na cláusula 1.8.4 chamada de “*créditos de ações judiciais, luvas e premiações*”, também até 150 salários mínimos, para os mesmos créditos rescisórios mas que são originados em ação judicial judiciais, o pagamento seria com:

Desconto: 75% (setenta e cinco por cento).

Carência: 6 (seis) meses ou, para as habilitações posteriores, da Data do Trânsito em Julgado do Crédito

É evidente o tratamento desigual para credores em igual situação. O plano **PUNE o credor trabalhista que exerceu o direito de acessar a Justiça para ter seu direito reconhecido**. Pune o acesso ao Judiciário. Quem teve seus créditos rescisórios reconhecidos só em ação judicial é punido com desconto de 75% sobre seus créditos e carência de 6 meses.

A cláusula 1.8.4 é nula, pois abusiva (CC, 187), discriminando credores de verbas rescisórias pelo simples fato em que um deles usou do direito de acessar o Judiciário e o outro não. Ao punir com deságio abusivo o credor trabalhista que exerceu buscou do Judiciário, ofende direito fundamento de amplo acesso à Justiça (CF, art. 5º, XXXV). Essa discriminação ofende também o princípio do *par conditio creditorum* (Lei 11.101/05, arts. 54 e 126), que exige igualdade de condições para credores de mesma classe que, aqui sendo trabalhista, tem proteção legal privilegiada em recuperação judicial. E se quer conferir stay period, viola a restrição legal disposta no artigo 6º da LRF.

Reconhecendo essas invalidades abusivas, requer seja excluída da cláusula 1.8.3 a restrição para “*desde que não discutidas judicialmente*”, bem como para a

cláusula 1.8.4 exclua a parte que prevê condição discriminatória aos credores de créditos trabalhistas “originados de ações judiciais”.

IV. NULIDADE DA CLÁUSULA 1.8.1 VIOLAÇÃO DA PAR CONDITIO CREDITORUM E OFENSA AO ARTIGO 54 DA LRF.

O plano em sua cláusula 1.8.1 e ss., prevê que, para créditos trabalhistas acima de 150 salários-mínimos, cujo artigo 54 da LRF limita a negociação da Assembleia-Geral de Credores, serão utilizadas as mesmas condições para os credores quirografários, utilizando o artigo 83, I, da LRF para alterar sua natureza e transportá-los para a classe III – quirografários.

Há nulidade. Em recuperação judicial, é absolutamente vedada a alteração da natureza jurídica da verba, mesmo que no negócio coletivo aprovado em Assembleia.

É ilegal também porque viola o direito de igualdade entre credores de mesma classe, no caso entre credores trabalhistas, punindo credores com créditos acima de 150 salários mínimos para esvaziar quase que integralmente seu direito de crédito, direito fundamental disposto na Constituição Federal por seu artigo 5º, caput e XXII.

No caso do plano prever prazo de pagamento superior a 12 meses, deverá pagar o crédito trabalhista na integralidade, conforme dispõe o §2º do artigo 54 da LRF:

§ 2º O prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser estendido em até 2 (dois) anos, se o plano de recuperação judicial atender aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I - apresentação de garantias julgadas suficientes pelo juiz;

II - aprovação pelos credores titulares de créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho, na forma do § 2º do art. 45 desta Lei; e

III - garantia da integralidade do pagamento dos créditos trabalhistas.

Aqui, a cláusula 1.8.1 impõe prazo de carência de 24 meses e mais 10 meses, resultando em 34 meses. Logo, se o clube utilizou-se da faculdade do §2º do artigo 54, está sujeito ao inciso III, ou seja, **deverá pagar a integralidade dos créditos trabalhistas, sem deságio.**

Requer seja invalidada a cláusula 1.8.1 e, caso não o seja, que seja invalidado o item sobre o deságio, para que imponha o pagamento integral dos créditos trabalhistas superiores a 150 salários mínimos.

V. NULIDADE. CLAUSULA 1.8.5: ILEGAL E INDEVIDA DISCRIMINAÇÃO ENTRE CRÉDITOS TRABALHISTAS JULGADOS PELA JUSTIÇA DO TRABALHO X CREDITOS TRABALHISTAS DECORRENTES DE DECISAO DA CNRD/CBF.

Na cláusula 1.8.5, o plano do clube devedor coloca os credores de créditos (trabalhistas) com origem em processos oriundos dos órgãos da CBF, chamado de CNRD, como credores privilegiados em relação aos demais, sem justificativa.

Com efeito, a CBF, donde tem origem órgão julgador chamado de CNRD, é associação civil brasileira, sujeita às leis brasileiras em especial submete-se à Lei 11.101/05 e ao artigo 6º que blinda a Recuperanda de sanções. E ainda que assim não fosse, submete-se também ao Regulamento FIFA, que tem norma que ***exclui qualquer sanção desportiva para clubes comprovadamente em processo de insolvência de acordo com a lei de seu país de origem.***

O clube devedor sonegou do Juízo que, pelo artigo 24 e no Anexo 2, artigo 8º do Regulamento de Status e Transferência de Jogadores da FIFA, basta informar que está sob processo de recuperação judicial para que lhe sejam suspensas quaisquer sanções desportivas.

Na FIFA, em seu Regulamento sobre Status e Transferência de Jogadores, após o caput e itens 1 e 2 preverem sanções já demonstradas, o subseqüente item 3, que é repetido no Anexo 8 do mesmo Regulamento, traz outro esclarecimento crucial:

3. Tais consequências podem ser excluídas caso o Tribunal do Futebol tenha: [...] ou b) sido informado que o devedor está submetido a uma situação de insolvência de acordo com a respectiva lei nacional e está legalmente impedida de cumprir com a ordem.

Transportando a todos os litígios que impliquem em sanção desportiva, o que se faz através do Código Disciplinar da FIFA, edição de 2019, seu artigo 55, alínea “b” , prevê em tradução livre para a língua portuguesa:

Art. 55. *Procedimentos podem ser encerrados quando: [...] b) uma parte está sob processo de insolvencia ou falencia, conforme os procedimentos prescritos pela respectiva lei nacional; [...]*

Dessas regras, é nítido o reconhecimento da ordem legal nacional pela FIFA a tratar de direito de insolvência. Basta que o clube devedor informe estar sob processo de recuperação judicial para ter suspensão de quaisquer sanções a serem impostas. Quer dizer, é possível ao clube devedor se ver livre de qualquer penalidade.

Essa conclusão não decorre de opinião, mas de orientação dada pela FIFA. Em interpretação autêntica dessa específica norma do artigo 24 e do Anexo 8 de seu Regulamento, a FIFA, com base em sua jurisprudência, reconhece a exclusão das sanções a clubes enfrentando processos de recuperação ou falência. Em tradução livre:

*No segundo cenário, se uma parte é legalmente incapaz de cumprir uma ordem do Tribunal do Futebol, então **não é apropriado que a FIFA aplique tais consequências. O ônus para o clube devedor cumprir é bastante alto. A situação de insolvência (por exemplo, processo de falência, entrada em recuperação e ingresso em liquidação) deve ter ocorrido antes da emissão da decisão, e a prova de tal questão deve ter sido fornecida ao órgão competente.** Em decorrência de tal situação, o clube devedor deve estar legalmente impedido de quitar suas dívidas. Se o clube devedor não cumprir a decisão financeira em tais circunstâncias (o que é provável), o credor pode tentar fazer cumprir a decisão perante o Comitê Disciplinar da FIFA.*

Se qualquer sanção pode ser excluída mediante petição do próprio devedor a qualquer órgão julgador esportivo, não existe razão para a subcláusula pagar mais para o credor trabalhista vindo da CNRD em detrimento do credor trabalhista vindo da Justiça do Trabalho. Há violação direta ao princípio da *par conditio creditorum* disposto no artigo 126 da Lei 11.101/05, daí nula. Em Anexo, segue o Regulamento FIFA.

VI. PEDIDO

Pelo exposto, em submissão ao controle de legalidade a ser realizado pela d. Juíza antes de eventual homologação ou não, requer sejam deferidos os pedidos e ressalvas ora realizadas, que ficam anexados à Ata de Assembléia.

Pede deferimento.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2024.

Henrique Richter Caron

OAB/PR 40.736

FIFA®



REGLAMENTO sobre el Estatuto y la Transferencia de Jugadores

FEBRERO DE 2024



Fédération Internationale de Football Association

Presidente: Gianni Infantino
Secretario general en funciones: Mattias Grafström
Dirección: FIFA
FIFA-Strasse 20
Apartado de correos

8044

Zúrich (Suiza)
Teléfono: +41 (0)43 222 7777
Sitio web: FIFA.com

ÍNDICE

DEFINICIONES	6
01. DISPOSICIÓN PRELIMINAR	12
1. Ámbito de aplicación	13
02. ESTATUTO DE JUGADORES	15
2. Estatuto de jugadores: jugadores aficionados y profesionales	16
3. Reasunción de la calidad de aficionado	16
4. Cese de actividades	16
03. INSCRIPCIÓN DE JUGADORES	17
5. Inscripción	18
5bis. Transferencia puente	19
6. Periodos de inscripción	19
7. Pasaporte del jugador	21
8. Solicitud de inscripción	22
9. Certificado de transferencia internacional	22
10. Préstamo de profesionales	22
11. Jugadores no inscritos	24
12. Cumplimiento de sanciones disciplinarias	24
12bis. Deudas vencidas	25
04. ESTABILIDAD CONTRACTUAL ENTRE JUGADORES PROFESIONALES Y CLUBES	27
13. Cumplimiento de contratos	28
14. Rescisión de contratos por causa justificada	28
14bis. Rescisión de contratos por causa justificada debido a la existencia de salarios pendientes	28
15. Rescisión de contratos por causa deportiva justificada	29
16. Restricción de rescisión de contratos durante el periodo de competición	29
17. Consecuencias de la ruptura de contratos sin causa justificada	29
18. Disposiciones especiales relacionadas con los contratos entre jugadores profesionales y clubes	31

05. INFLUENCIA DE TERCEROS Y PROPIEDAD DE LOS DERECHOS ECONÓMICOS DE	33
18bis. Influencia de terceros en los clubes	34
18ter. Propiedad de los derechos económicos de jugadores por parte de terceros	34
06. DISPOSICIONES ESPECIALES RELACIONADAS CON LAS JUGADORAS	35
18quater. Disposiciones especiales relacionadas con las jugadoras	36
07. TRANSFERENCIAS INTERNACIONALES DE MENORES DE EDAD	38
19. Protección de menores	39
19bis. Inscripción y notificación de la presencia de menores de edad en academias	41
19ter. Pruebas	43
08. INDEMNIZACIÓN POR FORMACIÓN Y MECANISMO DE SOLIDARIDAD	45
20. Indemnización por formación	46
21. Mecanismo de solidaridad	46
09. JURISDICCIÓN	47
22. Competencia de la FIFA	48
23. Tribunal del Fútbol	49
24. Consecuencias de la omisión del pago puntual de cantidades adeudadas	49
25. Aplicación de decisiones y cartas de confirmación	51
10. DISPOSICIONES FINALES	52
26. Disposiciones transitorias	53
27. Casos no previstos	53
28. Idiomas oficiales	53
29. Entrada en vigor	54
ANEXOS	55
ANEXO 01 LIBERACIÓN DE JUGADORES PARA EQUIPOS REPRESENTATIVOS DE LA ASOCIACIÓN	55

ANEXO 02	REGLAMENTO SOBRE LA CONTRATACIÓN DE ENTRENADORES	64
ANEXO 03	TRANSFERENCIAS INTERNACIONALES DE JUGADORES Y SISTEMA DE CORRELACIÓN DE TRANSFERENCIAS	71
ANEXO 04	INDEMNIZACIÓN POR FORMACIÓN	85
ANEXO 05	MECANISMO DE SOLIDARIDAD	89
ANEXO 06	REGLAS SOBRE EL ESTATUTO Y LA TRANSFERENCIA DE JUGADORES DE FUTSAL	91
ANEXO 07	DISPOSICIONES TRANSITORIAS RELATIVAS A LA SITUACIÓN EXCEPCIONAL DERIVADA DE LA GUERRA EN UCRANIA	98

DEFINICIONES

En el presente reglamento, los términos que figuran a continuación se definen del siguiente modo:

1. Asociación anterior: la asociación en la que el club anterior está afiliado.
2. Club anterior: el club que el jugador abandona.
3. Nueva asociación: la asociación a la que está afiliado el nuevo club.
4. Nuevo club: el club al que cambia el jugador.
5. Partidos oficiales: partidos jugados en el ámbito del fútbol organizado, tales como los campeonatos nacionales de liga, las copas nacionales y los campeonatos internacionales de clubes, con excepción de los partidos de prueba y los partidos amistosos.
6. Fútbol organizado: el fútbol asociación, organizado bajo los auspicios de la FIFA, las confederaciones y las asociaciones o autorizado por estas entidades.
7. Periodo protegido: un periodo de tres temporadas completas o de tres años, lo que ocurra primero, tras la entrada en vigor de un contrato; si el contrato se firmó antes de que el jugador profesional cumpliera 28 años, o por un periodo de dos temporadas completas o de dos años, lo que ocurra primero, tras la entrada en vigor de un contrato, si el contrato se firmó después de que el jugador profesional cumpliera 28 años.
8. Periodo de inscripción: un periodo fijado por la asociación correspondiente conforme al art. 6.
9. Temporada: periodo de 12 meses consecutivos fijado por una asociación y durante el que se disputan sus competiciones oficiales, como las ligas y copas nacionales.
10. Indemnización por formación: los pagos efectuados en concepto de desarrollo de jóvenes jugadores conforme al anexo 4.
11. Jugadores menores de edad: jugadores que aún no han cumplido 18 años.
12. Academia: organización o entidad jurídicamente independiente, cuyo objetivo principal es formar deportivamente y a largo plazo a jugadores, mediante la puesta a disposición de instalaciones e infraestructura adecuadas. El término incluye, entre otros, los centros de formación para futbolistas, los campamentos de fútbol, las escuelas de fútbol, etc.



13. Transfer Matching System (TMS): el sistema de correlación de transferencias, denominado Transfer Matching System (TMS), es un sistema para el almacenamiento de datos basado en la web, cuyo objetivo principal es simplificar el proceso de los traspasos internacionales de jugadores, así como mejorar la transparencia y el flujo de información.
14. Tercero: parte ajena al jugador siendo traspasado, a los dos clubes entre los cuales se traspasa al jugador, o a cualquiera de los clubes anteriores en los que el jugador estuvo inscrito previamente.
15. Fútbol de once jugadores: fútbol que se disputa de acuerdo con las Reglas del Juego de la FIFA, promulgadas por el International Football Association Board.
16. Futsal: fútbol que se disputa de acuerdo con las Reglas de Juego del Futsal de la FIFA, que han sido elaboradas por la FIFA en colaboración con la Subcomisión del International Football Association Board.
17. Inscripción: acto de registrar por escrito los datos de un jugador, entre otros:
- fecha de inicio de la inscripción (formato: dd/mm/aaaa);
 - nombre completo (todos los nombres y apellidos) del jugador;
 - fecha de nacimiento, género, nacionalidad, estatus de aficionado o profesional (conforme al art. 2, apdo. 2 del presente reglamento); y tipo de inscripción (permanente o en préstamo);
 - tipo(s) de fútbol que practicará (fútbol once/futsal/fútbol playa);
 - nombre del club en la asociación donde jugará (incluida la FIFA ID del club);
 - categoría de formación del club en el momento de la inscripción;
 - FIFA ID del jugador;
 - FIFA ID de la asociación.
18. Sistema electrónico de registro de jugadores: sistema informático en línea en el que se registra la inscripción de todos los jugadores de una asociación. El sistema electrónico de registro de jugadores deberá estar integrado con el Sistema FIFA Connect ID y la Interfaz de FIFA Connect, a fin de intercambiar información electrónicamente. El sistema electrónico de registro de jugadores deberá suministrar todos los datos de inscripción de todos los jugadores con edad a partir de 12 años a través de la Interfaz de FIFA Connect y, en concreto, deberá asignar a cada jugador una FIFA ID utilizando el Servicio de FIFA Connect ID.

19. Servicio FIFA Connect ID: servicio proporcionado por la FIFA que asigna identificadores únicos con validez global (FIFA ID) a personas, organizaciones e instalaciones. En caso de un segundo registro de la misma entidad, alerta sobre el duplicado y mantiene un registro central con las fichas de todas las entidades que disponen de un FIFA ID.
20. FIFA ID: identificación única en el ámbito mundial que asigna el servicio ID FIFA Connect a cada club, asociación, futbolista y agente de fútbol.
21. Transferencia internacional: traslado de la inscripción de un jugador de una asociación a otra asociación.
22. Transferencia nacional: el traslado de la inscripción nacional de un jugador en una asociación de un club a otro dentro de la misma asociación.
23. Sistema electrónico de transferencias nacionales: sistema informático en línea capaz de administrar y supervisar todas las transferencias nacionales de una asociación, conforme a los principios del modelo implementado en el ámbito internacional a través del sistema de correlación de transferencias (v. anexo 3). Este sistema deberá, como mínimo, recopilar el nombre completo, género, nacionalidad, fecha de nacimiento y FIFA ID del jugador, su estatus (aficionado o profesional, conforme al art. 2, apdo. 2 del presente reglamento), el nombre y la FIFA ID de los dos clubes implicados en la transferencia nacional, así como los pagos entre los clubes, si procede. El sistema electrónico de transferencias nacionales deberá estar integrado con el sistema electrónico de registro de la asociación y con la Interfaz de FIFA Connect, a fin de intercambiar información electrónicamente.
24. Transferencia puente: dos transferencias consecutivas del mismo jugador (nacionales o internacionales) vinculadas entre sí y con una inscripción de ese jugador en un club intermedio para evitar la aplicación de la reglamentación o legislación pertinente y/o con el objeto de defraudar a otras personas o entidades.
25. Club exclusivamente aficionado: club que no tenga vínculo jurídico, económico o de facto con un club profesional que:
- solo pueda inscribir a jugadores aficionados;
 - no tenga inscritos a jugadores profesionales, o
 - no haya inscrito a jugadores profesionales en los tres años anteriores a una fecha determinada.
26. Interfaz de FIFA Connect: interfaz técnica facilitada por la FIFA en el marco del Programa FIFA Connect, empleada en el intercambio electrónico de mensajes cifrados de extremo a extremo entre las asociaciones miembro y entre las asociaciones miembro y la FIFA.



27. Compensación por formación: mecanismos que permiten retribuir a los clubes formadores por su papel en la formación y educación de los jugadores jóvenes. Se incluyen la indemnización por formación (v. art. 20) y el mecanismo de solidaridad (v. art. 21).
28. Entrenador: persona empleada por un club profesional o asociación que desempeña una labor específica del fútbol y:
- i. cuyas obligaciones laborales consisten en una o más de las siguientes: entrenar a jugadores, seleccionar a jugadores para partidos y competiciones, tomar decisiones tácticas durante los partidos y competiciones; o
 - ii. cuyo empleo requiere estar en posesión de una licencia de entrenador conforme a la normativa nacional o continental de licencias.
29. Club profesional: club que no es meramente un club aficionado.
30. Baja por maternidad: periodo de descanso laboral retribuido de 14 semanas como mínimo que se concede a una jugadora en caso de quedarse embarazada. Como mínimo, ocho de estas semanas deberán tener lugar tras dar a luz.
31. Jugador formado por un club: jugador que, entre las edades de 15 (o el comienzo de la temporada en la que cumple 15 años) y 21 años (o el final de la temporada en la que cumple 21 años), e independientemente de su nacionalidad y edad, estuvo inscrito en su club actual durante un periodo, continuo o no, de tres temporadas completas o de 36 meses.
32. Prueba: periodo de tiempo durante el cual un jugador no inscrito en un club es evaluado por dicho club.
33. Cámara de Compensación de la FIFA: entidad que actúa como intermediaria en relación con el procesamiento de determinados pagos efectuados en el sistema de transferencias del fútbol.
34. Pasaporte deportivo electrónico (EPP, por sus siglas en inglés): documento electrónico que contiene información consolidada de la inscripción de un jugador a lo largo de su carrera, incluida la federación miembro correspondiente, su estatus (aficionado o profesional), el tipo de inscripción (permanente o préstamo) y el club o los clubes (incluida la categoría de formación) en los que ha estado inscrito desde el año natural en que cumplió 12 años.
35. Indemnización por transferencia: indemnización que el nuevo club de un jugador paga, o se compromete a pagar, al club anterior del futbolista a cambio de que el club anterior acepte liberar al jugador de la relación contractual

que lo vincula a él. La retribución por incumplimiento de contrato contenida en el artículo 17 del presente documento no se considera indemnización por transferencia.

36. Excepción de correlación: estado de una transferencia internacional que consta en el TMS cuando ambos clubes han introducido correctamente la información básica (jugador, clubes y orden de transferencia) pero todavía quedan ciertos datos (datos del pago o fechas del préstamo) que no se corresponden entre ambas órdenes de transferencia. Este error de correlación impide que la transferencia avance.
37. Usuario del TMS: persona formada y autorizada para acceder al TMS en nombre de un club o asociación. Todos los usuarios del TMS tienen unas credenciales únicas para iniciar sesión.
38. Responsable del TMS: principal usuario del TMS y persona de contacto para el club o la asociación con acceso al TMS.
39. Orden de transferencia: información introducida en el TMS para traspasar a un jugador de un club a otro. El tipo de orden de transferencia se define en función de la información introducida:
- i. «contratar» o «liberar»;
 - ii. «permanentemente» o «en préstamo»;
 - iii. «jugador profesional» o «jugador aficionado»;
 - iv. «con acuerdo de transferencia» o «sin acuerdo de transferencia»;
 - v. «con pago» o «sin pago».
40. Excepción de validación: problema relativo a una transferencia internacional del TMS que le impide pasar al siguiente estado y requiere la intervención de la FIFA.
41. Periodo de competición: lapso de tiempo que comienza con el primer partido oficial de una liga o copa nacional, el que se dispute primero, y que termina con el último encuentro oficial de dichas competiciones.

También se hace referencia a la sección «Definiciones» en los Estatutos de la FIFA.

Nota: todos los términos que se refieren a personas físicas se aplican indistintamente a hombres y a mujeres. El uso del singular incluye también el plural y viceversa.





DISPOSICIÓN PRELIMINAR

1. **Ámbito de aplicación**

1. Este reglamento establece las normas mundiales y obligatorias concernientes al estatuto de los jugadores y su elegibilidad para participar en el fútbol organizado, así como su transferencia entre clubes de distintas asociaciones.

2. La transferencia de jugadores entre clubes de una misma asociación está sujeta a un reglamento específico, redactado por la asociación correspondiente conforme al art. 1, apdo. 3 del presente reglamento, el cual debe ser aprobado por la FIFA. Dicho reglamento establecerá las disposiciones para la resolución de disputas entre clubes y jugadores, de acuerdo con los principios estipulados en el presente reglamento. Asimismo, establecerá un sistema para recompensar a los clubes afiliados a la asociación correspondiente que invierten en la formación y la educación de jugadores jóvenes.

El uso de un sistema electrónico de transferencias nacionales es obligatorio para toda transferencia nacional de jugadores profesionales y aficionados (hombres y mujeres) de fútbol once. Una transferencia nacional deberá introducirse en el sistema electrónico de transferencias nacionales cada vez que se inscriba a un jugador en un nuevo club de la misma asociación. Toda inscripción de un jugador en un nuevo club de la misma asociación que se efectúe sin utilizar el sistema electrónico de transferencias nacionales se considerará nula.

3.

- a) Las siguientes disposiciones son obligatorias en el ámbito nacional y deben incorporarse sin modificación al reglamento de la asociación: art. 2 a 8, 10 [de conformidad con el art. 1, apdo. 3 b) del presente reglamento], 11, 12bis, 18, 18 apdo. 7 (a menos que la legislación nacional establezca condiciones más favorables), 18bis, 18ter, 18quater (a menos que la legislación nacional establezca condiciones más favorables), 19 y 19 bis.
- b) Las asociaciones tendrán tres años a partir del 1 de julio de 2022 para implantar, de mutuo acuerdo con los grupos de interés nacionales, normas sobre un sistema de préstamos que obedezca a los principios de la integridad de las competiciones y el desarrollo juvenil y evite el acaparamiento de jugadores. A modo de aclaración, siempre y cuando se respeten estos principios, la limitación del número de préstamos en el ámbito nacional podrá diferir de aquella estipulada en el art. 10.c)



c) Cada asociación deberá establecer en su reglamento los medios apropiados para proteger la estabilidad contractual, con el debido respeto a la legislación nacional obligatoria y a los convenios colectivos. En particular, deberían considerarse los siguientes principios:

- art. 13: el principio del cumplimiento obligatorio de los contratos;
- art. 14: el principio de que cualquier parte puede rescindir un contrato sin consecuencias en el caso de una causa justificada;
- art. 15: el principio de que un jugador profesional puede rescindir un contrato por causa deportiva justificada;
- art. 16: el principio de que los contratos no pueden rescindirse en el transcurso de un periodo de competición;
- art. 17, apdos. 1 y 2: el principio de que en caso de rescisión de un contrato sin causa justificada se deberá pagar una indemnización que se estipulará en el contrato;
- art. 17, apdos. 3-5: el principio de que en caso de rescisión de un contrato sin causa deportiva justificada se impondrán sanciones deportivas a la parte infractora.

4. El presente reglamento se aplica a la liberación de jugadores para los equipos representativos de las asociaciones conforme a las disposiciones del anexo 1. Estas disposiciones son vinculantes para todas las asociaciones y clubes.

5. Este reglamento también incluye disposiciones específicas que regulan los contratos entre entrenadores y clubes profesionales o asociaciones (v. anexo 2).

6. Este reglamento también incluye disposiciones transitorias relativas a la situación excepcional derivada de la guerra en Ucrania (v. anexo 7).



ESTATUTO DE JUGADORES

2. Estatuto de jugadores: jugadores aficionados y profesionales

- 1.** Los jugadores que forman parte del fútbol organizado son aficionados o profesionales. No se reconocerá ningún otro estatus.
- 2.** Un jugador profesional es aquel que tiene un contrato escrito con un club y percibe un monto superior a los gastos que realmente efectúa por su actividad futbolística. Cualquier otro jugador se considera aficionado.

3. Reasunción de la calidad de aficionado

- 1.** Un jugador inscrito como profesional no podrá inscribirse de nuevo como aficionado hasta que transcurran al menos 30 días después de su último partido como profesional.
- 2.** No deberá pagarse ninguna indemnización en el caso de reasunción de la calidad de aficionado. Si un jugador se inscribe de nuevo como profesional dentro de los 30 meses siguientes a la reasunción de la calidad de aficionado, el nuevo club deberá pagar una indemnización por formación conforme al art. 20.

4. Cese de actividades

- 1.** El jugador profesional que finaliza su carrera al vencimiento de su contrato y el jugador aficionado que cesa en su actividad permanecerán inscritos durante 30 meses en la asociación de su último club.
- 2.** Este plazo comienza a contar a partir del día en el que el jugador jugó su último partido oficial por el club.



INSCRIPCIÓN DE JUGADORES

5. Inscripción

1. Cada asociación deberá contar con un sistema electrónico de registro de jugadores que asignará a cada jugador una FIFA ID en el momento en que se realice la primera inscripción. Un jugador debe inscribirse en una asociación como profesional o aficionado, conforme a lo estipulado en el art. 2 del presente reglamento. Salvo aquellos jugadores que disputen partidos amistosos durante una prueba, solo los jugadores inscritos electrónicamente e identificados con un FIFA ID son elegibles para participar en el fútbol organizado. Mediante la inscripción o la conformidad con participar en un proceso de prueba, el jugador se obliga a aceptar los Estatutos y reglamentos de la FIFA, las confederaciones y las asociaciones.
2. Un jugador solo puede estar inscrito en un club con el fin de jugar al fútbol organizado. Como excepción a esta regla, puede ser necesario inscribir a un jugador en un club por motivos simplemente técnicos, a fin de garantizar la transparencia en transacciones individuales consecutivas (v. anexo 3). Un jugador a prueba (v. art. 19ter) no necesita estar inscrito para participar en partidos amistosos disputados en el contexto de una prueba.
3. Un jugador solo puede estar inscrito en un club.
4. Los jugadores pueden estar inscritos en un máximo de tres clubes durante una temporada. Durante este periodo, el jugador es elegible para jugar partidos oficiales solamente por dos clubes. Como excepción a esta regla, un jugador que juega en dos clubes pertenecientes a asociaciones cuyas temporadas se crucen (es decir, donde la temporada comience en el verano/otoño mientras la otra comience en invierno/primavera), puede ser elegible para jugar partidos oficiales en un tercer club durante la temporada que corresponda, siempre que haya cumplido cabalmente sus obligaciones contractuales con sus clubes anteriores, y que se respeten las disposiciones sobre los periodos de inscripción (art. 6), así como la duración mínima de un contrato (art. 18, apdo. 2). Las restricciones que figuran en este apartado no se aplican si el jugador desea inscribirse y acogerse a la excepción descrita en el artículo 6, apartado 3 a).
5. En cualquier caso, se tendrá en cuenta la integridad deportiva de la competición. En particular, el jugador no será elegible para jugar en partidos oficiales por más de dos clubes durante la misma temporada en el mismo campeonato nacional o copa, a reserva de estipulaciones más rigurosas en los reglamentos individuales de competiciones de las asociaciones miembro.
6. Por lo que respecta al FIFA ID de un jugador y a la integración de sus sistemas electrónicos de registro de jugadores, cada asociación miembro:
 - a) asignará un FIFA ID a todos los jugadores inscritos en ella que no hubieran recibido un FIFA ID en el momento en que se integra el sistema electrónico de registro de jugadores en el servicio FIFA Connect ID;

- b) en el caso de que se hubiera asignado un FIFA ID tal y como indica el servicio FIFA Connect ID, se asegurará de que se utilice el mismo FIFA ID para inscribir al jugador en su sistema electrónico de registro de jugadores;
- c) si el servicio FIFA Connect ID determinara que un jugador está, o parece estar, inscrito en más de un sistema electrónico de registro, resolverá el problema en el plazo de cinco días a partir del momento en el que se detecte, y actualizará el servicio FIFA Connect ID sin dilación, y
- d) proporcionará la información personal pertinente de un jugador a los sistemas electrónicos de registro de jugadores de las demás asociaciones miembro a través de la interfaz FIFA Connect, siempre que así se le solicite con la finalidad de registrar y determinar el FIFA ID del jugador en cuestión.

5bis. Transferencia puente

1. Ningún club o jugador se verá involucrado en una transferencia puente.
2. Si se llevan a cabo dos transferencias consecutivas del mismo jugador (nacionales o internacionales) en un plazo de 16 semanas, se dará por supuesto, a menos que se establezca lo contrario, que las partes (clubes y jugador) involucrados en esas dos transferencias han participado en una transferencia puente.
3. De conformidad con el Código Disciplinario de la FIFA, la Comisión Disciplinaria impondrá sanciones a las partes sujetas a los reglamentos y Estatutos de la FIFA que se hayan visto involucradas en una transferencia puente.

6. Periodos de inscripción

1. Un jugador podrá inscribirse durante uno de los dos periodos anuales de inscripción fijados por la asociación correspondiente. Las asociaciones podrán fijar distintos periodos de inscripción para sus competiciones masculinas y femeninas.
2. El primer periodo de inscripción podrá comenzar, como muy pronto, en el primer día posterior al final del periodo de competición de la temporada anterior y, como muy tarde, el primer día de la nueva temporada. Este primer periodo de inscripción deberá durar entre ocho y 12 semanas. El segundo periodo de inscripción comenzará a mediados de temporada y no deberá durar ni menos de cuatro semanas ni más de ocho. En total, ambos periodos no superarán las 16 semanas. Las fechas de los periodos de competición y de los dos periodos de inscripción de la temporada deberán introducirse en el TMS al menos con 12 meses de antelación antes de que entren en vigor (v. anexo 3). Todas las transferencias, ya sean nacionales o internacionales, deberán efectuarse dentro de estos periodos de inscripción, salvo en los casos excepcionales previstos en el artículo 6, apartado 3. La FIFA fijará las fechas de los periodos de cualquier asociación que no los comunique.



3. Las asociaciones miembro están autorizadas excepcionalmente a inscribir jugadores fuera de los periodos de inscripción en los siguientes casos:

- a) Se podrá inscribir fuera del periodo de inscripción al jugador profesional que haya rescindido unilateralmente su contrato con causa justificada, o cuyo contrato haya sido rescindido unilateralmente por su club sin causa justificada. Tras recibir la solicitud del CTI, la Secretaría General de la FIFA deberá evaluar *prima facie* y con urgencia si la rescisión unilateral tuvo o no causa justificada y, en función de ello, permitir o denegar la inscripción. Dicha evaluación *prima facie* se hará sin perjuicio de futuras decisiones del Tribunal del Fútbol sobre las consecuencias de la rescisión del contrato.
- b) Se podrá inscribir con el club contratante después de que expire el periodo de inscripción respectivo, al jugador profesional cuyo contrato haya terminado de forma natural o se haya rescindido de mutuo acuerdo antes de que finalice el periodo de inscripción aplicable al club contratante.
- c) Se podrá inscribir a una jugadora fuera periodo de inscripción para reemplazar temporalmente a otra jugadora que esté de baja por maternidad. A menos que se acuerde de otro modo, el contrato de la jugadora sustituta temporal estará vigente desde el día de la inscripción hasta el día previo al inicio del primer periodo de inscripción que tenga lugar tras el regreso de la jugadora que haya disfrutado de la baja por maternidad.
- d) Se podrá inscribir a una jugadora fuera del periodo de inscripción tras finalizar la baja por maternidad (v. art. 18, apdo. 7 y art. 18quater), dependiendo de su situación contractual.
- e) Con independencia de la fecha de vencimiento o rescisión del contrato, tendrá derecho a ser inscrito por una FM fuera del periodo de inscripción el jugador profesional cuyo contrato haya vencido o se haya rescindido a consecuencia de la COVID-19.

4. Siempre que se autorice la inscripción de un jugador fuera del periodo estipulado para ello, las asociaciones miembro deberán tener en cuenta la integridad deportiva de la competición que corresponda. Puede que los acuerdos colectivos negociados de forma válida entre representantes de empleadores y empleados en el ámbito nacional de conformidad con la legislación nacional ofrezcan más información sobre los criterios de la integridad deportiva.

5. Si la Secretaría General de la FIFA autoriza la inscripción de un jugador fuera del periodo estipulado con base en la excepción presente en el apdo. 3 a), quedarán sin validez las disposiciones nacionales y los acuerdos contractuales que hagan referencia al consentimiento del club anterior para inscribir al jugador. En aquellos casos en que expire el contrato del jugador, no será necesario contar con el permiso del club anterior para inscribir al jugador.

6. En cuanto a las excepciones que figuran en los apdos. 3 c) y d), las asociaciones deberán adaptar sus reglamentos nacionales como corresponda. Sin embargo, siempre se deberá garantizar de manera prioritaria tanto la elegibilidad para participar en las competiciones nacionales de la jugadora que se reincorpora tras la baja por maternidad como la integridad deportiva de la competición correspondiente.
7. Los jugadores solo podrán inscribirse, sujetos a las excepciones previstas en el art. 6, apdo. 3 tras presentar una solicitud válida a través del sistema electrónico de registro de futbolistas a la asociación correspondiente durante un periodo de inscripción.
8. Las disposiciones sobre los periodos de inscripción no se aplican a competiciones en las que participan solo aficionados. Para tales competiciones, la asociación correspondiente establecerá los periodos de inscripción de los jugadores, teniendo en cuenta la integridad deportiva de la competición en cuestión.

7. Pasaporte del jugador

1. Para aquellos derechos relacionados con las compensaciones por formación que no estén sujetos al Reglamento de la Cámara de Compensación de la FIFA, las obligaciones existentes relativas al pasaporte del jugador no sufrirán modificaciones; es decir, la asociación que realiza la inscripción tiene la obligación de entregar al club en el que se ha inscrito el jugador un pasaporte del jugador con los datos relevantes de este último. El pasaporte del jugador indicará el club o los clubes en que el jugador ha estado inscrito desde el año natural de su 12.º cumpleaños.
2. Para aquellos derechos relacionados con las compensaciones por formación que estén sujetos al Reglamento de la Cámara de Compensación de la FIFA, se generará un EPP que se usará como se establece a continuación.
3. El EPP es un documento electrónico que contiene información consolidada de la inscripción de un jugador a lo largo de su carrera, incluida la federación miembro correspondiente, su estatus (aficionado o profesional), el tipo de inscripción (permanente o préstamo) y el club o los clubes (incluida la categoría de formación) en los que ha estado inscrito desde el año natural en que cumplió 12 años. Se generará en las circunstancias definidas en el Reglamento de la Cámara de Compensación de la FIFA.
4. A fin de crear el EPP, las asociaciones miembro transmitirán electrónicamente a la FIFA información correcta, veraz y completa sobre la inscripción del jugador a través de la interfaz FIFA Connect, siempre que la FIFA la solicite por este método.



8. Solicitud de inscripción

La solicitud de inscripción deberá presentarse con una copia del contrato del jugador profesional. El órgano competente tendrá potestad discrecional para considerar cualquier enmienda en el contrato o acuerdos adicionales que no se hayan presentado debidamente.

9. Certificado de transferencia internacional

1. Los jugadores inscritos en una asociación únicamente podrán inscribirse en una nueva asociación únicamente cuando esta última haya recibido el certificado de transferencia internacional (en adelante, «el CTI») de la asociación anterior. El CTI se expedirá gratuitamente, sin condiciones ni plazos. Cualquier disposición en contra se considerará nula y sin efecto. La asociación que expide el CTI remitirá una copia a la FIFA. Los procedimientos administrativos para la expedición del CTI se encuentran definidos en el anexo 3 del presente reglamento.
2. Está prohibido que las asociaciones soliciten que se expida un CTI a fin de permitir a los jugadores que participen en partidos amistosos en el contexto de una prueba.
3. Salvo en los casos sujetos al Reglamento de la Cámara de Compensación de la FIFA, la nueva asociación deberá informar por escrito a la asociación o asociaciones del club o clubes que formaron y educaron al jugador entre los 12 y los 23 años de edad (v. art. 7) acerca de la inscripción del jugador como profesional una vez recibido el CTI.
4. Los jugadores menores de 10 años no necesitan el CTI.

10. Préstamo de profesionales

1. Un club («club anterior») podrá ceder en préstamo a un profesional a otro club («nuevo club») sobre la base de un acuerdo por escrito. Las siguientes normas se aplican a la cesión de profesionales:
 - a) Los clubes deberán firmar un acuerdo por escrito en el que se definan los términos del préstamo («contrato de préstamo»), en particular, su duración y condiciones económicas. El profesional podrá ser una de las partes del contrato de préstamo.
 - b) El profesional y el nuevo club deberán firmar un contrato que comprenda la totalidad del periodo de préstamo. Este contrato reflejará que el profesional está cedido en préstamo.
 - c) Durante el periodo de préstamo acordado, las obligaciones contractuales entre el profesional y su club anterior quedarán suspendidas, excepto si se especifica lo contrario por escrito.

- d) De conformidad con el art. 5, apdo. 4, se podrá firmar un contrato de préstamo con una duración mínima equivalente al tiempo entre dos periodos de inscripción y una duración máxima de un año. La fecha de finalización deberá situarse dentro de uno de los periodos de inscripción de la asociación a la que pertenece el club anterior. No se reconocerá cláusula alguna que estipule una duración superior del préstamo.
- e) Un contrato de préstamo podrá prolongarse, en función de la duración mínima y máxima, con el consentimiento por escrito del profesional.
- f) Se prohibirá al nuevo club llevar a cabo un subpréstamo o transferencia permanente de un profesional a un tercer club.

2. Los contratos de préstamo con una duración superior a un año que precedan a la entrada en vigor de este reglamento preservarán su validez hasta el vencimiento, y solo podrán prolongarse de conformidad con el art. 10, apdo. 1 e).

3. El préstamo de un profesional está sujeto a los procedimientos administrativos descritos en los arts. 5 a 9 y en el anexo 3.

4. En caso de que el contrato entre el profesional y el nuevo club haya sido rescindido unilateralmente antes de que concluya la duración acordada en el contrato de préstamo:

- a) el profesional tendrá derecho a volver al club anterior;
- b) el profesional deberá informar de inmediato al club anterior de la rescisión prematura y comunicarle si pretende regresar a dicho club;
- c) si el profesional decide volver al club anterior, este deberá reintegrar de inmediato al profesional. El contrato, que quedó suspendido durante el préstamo, se restablecerá a partir de la fecha de reincorporación y, en particular, el club anterior deberá remunerar al profesional, y
- d) la asociación determinará, de mutuo acuerdo con los grupos de interés nacionales, las normas que rigen las inscripciones en el ámbito nacional.

5. Los términos del art. 10, apdo. 4 se aplicarán sin perjuicio de lo siguiente:

- a) la vigencia del art. 17, en relación con la rescisión del contrato entre el profesional y el nuevo club;
- b) la vigencia del art. 17, en caso de que el club anterior no logre reintegrar de inmediato al profesional, y
- c) el derecho del club anterior a solicitar una compensación, derivada de su obligación de reintegrar al profesional. La compensación mínima pagadera será equivalente a la cantidad que el club anterior deba pagar al profesional entre la fecha de reincorporación y la fecha original de conclusión del contrato de préstamo.



6. A partir del 1 de julio de 2024, se aplicarán las siguientes limitaciones:
- a) en cualquier momento de la temporada, un club podrá ceder en préstamo un máximo de seis profesionales;
 - b) en cualquier momento de la temporada, un club podrá tener en plantilla un máximo de seis profesionales cedidos en préstamo.
7. Las restricciones anteriores no se aplicarán al préstamo de un profesional si:
- a) el préstamo se produce antes del final de la temporada del club anterior en la que el profesional cumpla 21 años, y
 - b) el profesional es un jugador formado por el club anterior.
8. Las siguientes restricciones se aplican independientemente de la edad del jugador o de si ha sido formado por el club:
- a) en cualquier momento de la temporada, un club podrá ceder en préstamo a un club específico un máximo de tres profesionales;
 - b) en cualquier momento de la temporada, un club podrá tener en plantilla un máximo de tres profesionales cedidos en préstamo por un club específico.
9. El siguiente periodo de transición se aplicará a las limitaciones del art. 10, apdo. 6:
- a) del 1 de julio de 2022 al 30 de junio de 2023: un máximo de ocho profesionales para cada una de las limitaciones;
 - b) del 1 de julio de 2023 al 30 de junio de 2024: un máximo de siete profesionales para cada una de las limitaciones.

11. Jugadores no inscritos

Si un jugador que no ha sido inscrito en la asociación participa con un club en cualquier partido oficial, la participación se considerará ilegal. Podrán imponerse sanciones contra el jugador o el club, sin perjuicio de cualquier medida necesaria para rectificar las consecuencias deportivas de dicha participación. En principio, la asociación correspondiente o el organizador de la competición en cuestión tiene el derecho a imponer dichas sanciones.

12. Cumplimiento de sanciones disciplinarias

1. La nueva asociación en la que se haya inscrito al jugador ejecutará toda sanción de hasta cuatro partidos o tres meses que haya impuesto al jugador la asociación anterior, pero que aún no haya sido cumplida (íntegramente) en el momento de la transferencia, a fin de que la sanción se cumpla en el ámbito nacional. Al expedir el CTI, la asociación anterior notificará a la nueva asociación a través del TMS las sanciones disciplinarias que aún no se hayan cumplido (íntegramente).
2. La nueva asociación en la que se haya inscrito al jugador ejecutará toda sanción disciplinaria de más de cuatro partidos o superior a tres meses que aún no haya cumplido (íntegramente) el jugador, solo en el caso de que la Comisión Disciplinaria de la FIFA haya extendido su validez al ámbito internacional. Asimismo, al expedir el CTI, la asociación anterior notificará a la nueva asociación a través del TMS toda sanción disciplinaria pendiente.

12bis. Deudas vencidas

1. Se solicita a los clubes que cumplan con las obligaciones económicas contraídas con jugadores y otros clubes, conforme a las condiciones estipuladas en los contratos firmados con los jugadores profesionales y en los acuerdos de transferencia.
2. De conformidad con el apdo. 4 del presente artículo, podrá sancionarse a aquellos clubes que se retrasen en sus pagos más de 30 días sin la existencia de, prima facie, base contractual que lo contemple.
3. Para considerar que un club tiene deudas vencidas en el sentido recogido en el presente artículo, el acreedor (jugador o club) deberá haber puesto en mora al club deudor por escrito y haberle otorgado un plazo de 10 días como mínimo para cumplir con sus obligaciones económicas.
4. En el ámbito de sus competencias (v. arts. 22 al 24), el Tribunal del Fútbol podrá imponer las siguientes sanciones:
 - a) advertencia;
 - b) apercibimiento;
 - c) multa;
 - d) prohibición de inscribir nuevos jugadores, tanto en el ámbito nacional como en el internacional, durante uno o dos periodos de inscripción completos y consecutivos.



5. Las sanciones previstas en el apdo. 4 anterior se podrán imponer de manera acumulativa.
 6. La reincidencia en una infracción se considerará como agravante y conllevará una pena más severa.
 7. En caso de rescisión unilateral de la relación contractual, los términos del presente artículo se entienden sin perjuicio de la aplicación de otras medidas recogidas en el art. 17.
- 



**ESTABILIDAD
CONTRACTUAL
ENTRE JUGADORES
PROFESIONALES Y
CLUBES**

13. Cumplimiento de contratos

Un contrato entre un jugador profesional y un club podrá rescindirse solo al vencimiento del contrato o de común acuerdo.

14. Rescisión de contratos por causa justificada

1. En el caso de que exista una causa justificada, cualquier parte puede rescindir un contrato sin ningún tipo de consecuencias (pago de una indemnización o imposición de sanciones deportivas).
2. Cualquier conducta abusiva de una parte que tenga como objetivo forzar a su contraparte a rescindir un contrato o modificar los términos de este, constituirá una causa justificada de rescisión para la contraparte (jugador o club).

14bis. Rescisión de contratos por causa justificada debido a la existencia de salarios pendientes

1. En caso de que, contraviniendo la legalidad, un club adeude a un jugador al menos dos salarios mensuales vencidos, se considerará que el jugador tiene causa justificada para rescindir el contrato, siempre y cuando haya puesto en mora al club deudor por escrito y le haya otorgado un plazo de al menos quince días para cumplir con sus obligaciones económicas. En este sentido, podrán ser tomadas en cuenta las estipulaciones divergentes con lo anterior que consten en contratos ya existentes en el momento de entrada en vigor de la presente disposición.
2. En el caso de los salarios cuya periodicidad no sea mensual, se calculará de manera prorrateada la cantidad equivalente a dos meses. El retraso en el pago de una cantidad equivalente a un mínimo de dos mensualidades también se considerará como causa justificada de rescisión del contrato por parte del jugador, siempre y cuando haya notificado su rescisión conforme al apartado 1 precedente.
3. Los acuerdos colectivos negociados de forma válida entre representantes de empleadores y empleados en el ámbito nacional de conformidad con la legislación nacional podrán divergir de los principios estipulados en los apartados 1 y 2 precedentes. Los términos de dichos acuerdos prevalecerán frente al presente reglamento.

15. Rescisión de contratos por causa deportiva justificada

Un jugador profesional que en el transcurso de una temporada participe en menos del 10 % de los partidos oficiales disputados por su club puede rescindir prematuramente su contrato argumentando causa deportiva justificada. En el examen de estos casos, se considerarán debidamente las circunstancias del jugador. La existencia de una causa deportiva justificada se establecerá individualmente en cada caso. En tal caso, no se impondrán sanciones deportivas, aunque podrá exigirse indemnización. Un jugador profesional podrá rescindir su contrato sobre esta base en los 15 días siguientes a su último partido oficial de la temporada con el club en el que está inscrito.

16. Restricción de rescisión de contratos durante el periodo de competición

Un contrato no puede rescindirse unilateralmente en el transcurso de un periodo de competición.

17. Consecuencias de la ruptura de contratos sin causa justificada

Se aplicarán las siguientes disposiciones siempre que un contrato se rescinda sin causa justificada:

1. En todos los casos, la parte que rescinde el contrato se obliga a pagar una indemnización. Bajo reserva de las disposiciones sobre la indemnización por formación del art. 20 y el anexo 4, y salvo que no se estipule lo contrario en el contrato, la indemnización por incumplimiento se calculará considerando la legislación nacional, las características del deporte y otros criterios objetivos. Estos criterios deberán incluir, en particular, la remuneración y otros beneficios que se adeuden al jugador conforme al contrato vigente o al nuevo contrato, el tiempo contractual restante, hasta un máximo de cinco años, las cuotas y los gastos desembolsados por el club anterior (amortizados a lo largo del periodo de vigencia del contrato), así como la cuestión de si la rescisión del contrato se produce en un periodo protegido.



Teniendo en cuenta los principios mencionados, la indemnización debida a un jugador se calculará como sigue:

- i. En caso de que el jugador no haya firmado un nuevo contrato tras la rescisión de su contrato anterior, por regla general, la indemnización será equivalente al valor residual del contrato que haya sido rescindido prematuramente.
- ii. En caso de que el jugador hubiera firmado un nuevo contrato antes de la decisión, el valor del nuevo contrato durante el periodo correspondiente al tiempo restante del contrato rescindido prematuramente se deducirá del valor residual del contrato que haya sido rescindido prematuramente (la «indemnización reducida»). Asimismo, y siempre y cuando el contrato se haya rescindido prematuramente por la existencia de deudas vencidas, además de la indemnización reducida, el jugador tendrá derecho a percibir una cantidad correspondiente a tres salarios mensuales (la «indemnización adicional»). En caso de circunstancias graves, la indemnización adicional podrá incrementarse hasta un máximo de seis salarios mensuales. La indemnización total no superará, bajo ningún concepto, el valor residual del contrato rescindido prematuramente.
- iii. Los acuerdos colectivos negociados de forma válida entre representantes de empleadores y empleados en el ámbito nacional de conformidad con la legislación nacional podrán divergir de los principios estipulados en los puntos i. y ii. precedentes. Los términos de dichos acuerdos prevalecerán frente al presente reglamento.

2. El derecho a una indemnización no puede cederse a terceros. Si un jugador profesional debe pagar una indemnización, él mismo y su nuevo club tienen la obligación conjunta de efectuar el pago. El monto puede estipularse en el contrato o acordarse entre las partes.

3. Además de la obligación de pago de una indemnización, deberán imponerse sanciones deportivas a un jugador que rescinda un contrato durante el periodo protegido. La sanción consistirá en una restricción de cuatro meses en su elegibilidad para jugar en cualquier partido oficial. En el caso de circunstancias agravantes, la restricción será de seis meses. Estas sanciones deportivas entrarán en vigor inmediatamente después de que se haya notificado la decisión al jugador. Dichas sanciones deportivas quedarán suspendidas durante el periodo comprendido entre el último partido oficial de la temporada y el primer partido oficial de la siguiente temporada, incluidos en ambos casos las copas nacionales y los campeonatos internacionales de clubes. No obstante, dicha suspensión de las sanciones deportivas no se aplicará si el jugador es miembro habitual del equipo representativo de la asociación que es elegible para representar, y la asociación en cuestión participa en la competición final de un torneo internacional durante el periodo entre el último

y el primer partido de la temporada. El incumplimiento unilateral sin causa justificada o causa deportiva justificada tras el periodo protegido no implicará sanciones deportivas. Fuera del periodo protegido podrán imponerse medidas disciplinarias si la rescisión no se notifica con la debida antelación dentro de los quince días siguientes al último partido oficial de la temporada (incluyendo las copas nacionales) con el club en el que está registrado el jugador. El periodo protegido comienza de nuevo cuando, al renovar el contrato, se extiende la duración del contrato previo.

4. Además de la obligación de pago de una indemnización, deberán imponerse sanciones deportivas al club que rescinda un contrato durante el periodo protegido, o que haya inducido a la rescisión de un contrato. Debe suponerse, a menos que se demuestre lo contrario, que cualquier club que firma un contrato con un jugador profesional que haya rescindido su contrato sin causa justificada ha inducido al jugador profesional a la rescisión del contrato. La sanción consistirá en prohibir al club la inscripción de nuevos jugadores, tanto en el ámbito nacional como en el internacional, durante dos periodos de inscripción completos y consecutivos. El club podrá inscribir nuevos jugadores, tanto en el ámbito nacional como en el internacional, solo a partir del periodo de inscripción posterior al cumplimiento íntegro de la sanción deportiva respectiva. En particular, el club no podrá hacer uso de las excepciones establecidas en el art. 6, apdo. 3 del presente reglamento para inscribir jugadores antes del plazo.
5. Se sancionará a toda persona sujeta a los Estatutos y reglamentos de la FIFA que actúe de cualquier forma que induzca a la rescisión de un contrato entre un jugador profesional y un club con la finalidad de facilitar la transferencia del jugador.

18. Disposiciones especiales relacionadas con los contratos entre jugadores profesionales y clubes

1. De conformidad con el Reglamento de la FIFA sobre Agentes de Fútbol, en los contratos de trabajo que se formalicen tras la prestación de los servicios del agente de fútbol deberán figurar el nombre del agente, su cliente, su número de licencia de la FIFA y su firma
2. La duración mínima de un contrato será a partir de la fecha de inscripción al final de la temporada; la duración máxima será de cinco años. Cualquier otro contrato de una duración distinta se permitirá solamente si se ajusta a la legislación nacional. Los jugadores menores de 18 años no pueden firmar un contrato de profesionales de una duración mayor de tres años. No se aceptará cualquier cláusula de un periodo mayor.



3. Un club que desee concertar un contrato con un jugador profesional debe comunicar por escrito su intención al club del jugador antes de iniciar las negociaciones con el jugador. Un jugador profesional tendrá la libertad de firmar un contrato con otro club si su contrato con el club actual ha vencido o vencerá dentro de un plazo de seis meses. Cualquier violación de esta disposición estará sujeta a las sanciones pertinentes.
4. La validez de un contrato no puede supeditarse a los resultados positivos de un examen médico o a la concesión de un permiso de trabajo.
5. Si un jugador profesional concierta más de un contrato para el mismo periodo, se aplicarán las disposiciones del capítulo IV.
6. Las cláusulas contractuales que concedan al club un plazo adicional para pagar al jugador profesional las cantidades vencidas según lo estipulado en el contrato (los llamados «periodos de gracia») no serán reconocidas. No obstante, los periodos de gracia contenidos en los acuerdos colectivos negociados de forma válida por representantes de empleadores y empleados en el ámbito nacional de conformidad con la legislación nacional serán jurídicamente vinculantes y reconocidos. Los contratos ya existentes en el momento de entrada en vigor de esta disposición no se verán afectados por la presente prohibición.
7. Las jugadoras tienen derecho a disfrutar de la baja por maternidad durante el periodo de vigencia de su contrato; percibirán dos terceras partes del salario que estipule el contrato. Si las condiciones establecidas en la legislación nacional aplicable del país donde esté domiciliado su club o en un convenio colectivo fueran más favorables, estas deberán prevalecer.



**INFLUENCIA
DE TERCEROS Y
PROPIEDAD DE
LOS DERECHOS
ECONÓMICOS DE
JUGADORES**

18bis. Influencia de terceros en los clubes

1. Ningún club concertará un contrato que permita al/los club(es) contrario(s) y viceversa o a terceros, asumir una posición por la cual pueda influir en asuntos laborales y sobre transferencias relacionadas con la independencia, la política o la actuación de los equipos del club.
2. La Comisión Disciplinaria de la FIFA podrá imponer sanciones disciplinarias a los clubes que no cumplan las obligaciones estipuladas en este artículo.

18ter. Propiedad de los derechos económicos de jugadores por parte de terceros

1. Ningún club o jugador podrá firmar un contrato con un tercero que conceda a dicho tercero el derecho de participar, parcial o totalmente, del valor de un futuro traspaso de un jugador de un club a otro, o que le otorgue derechos relacionados con futuros fichajes o con el valor de futuros fichajes.
2. La prohibición del apdo. 1 entrará en vigor el 1 de mayo de 2015.
3. Los contratos que se vean afectados por el apartado 1, suscritos con anterioridad al 1 de mayo de 2015, seguirán siendo válidos hasta su fecha de vencimiento contractual. Sin embargo, no se podrá prolongar su vigencia.
4. La duración de los acuerdos contemplados en el apartado 1, suscritos entre el 1 de enero de 2015 y el 30 de abril de 2015, no podrá exceder de un año a partir de la fecha de su entrada en vigor.
5. A finales de abril de 2015, todos los contratos en vigor afectados por el apdo. 1 deberán registrarse en el TMS. Todos los clubes que hayan firmado este tipo de contratos deberán cargarlos íntegramente —incluyendo posibles anexos y enmiendas— en el TMS, especificando los datos del tercero involucrado, el nombre completo del jugador y la duración del contrato.
6. La Comisión Disciplinaria de la FIFA podrá imponer medidas disciplinarias a los clubes y jugadores que no cumplan las obligaciones estipuladas en este artículo.



**DISPOSICIONES
ESPECIALES
RELACIONADAS CON
LAS JUGADORAS**

18quater. Disposiciones especiales relacionadas con las jugadoras

1. La validez de un contrato no puede supeditarse al hecho de que, durante el periodo de vigencia de este, la jugadora esté o se quede embarazada, esté de baja por maternidad o disfrutando de sus derechos relacionados con la maternidad.
2. Si un club rescinde unilateralmente un contrato sobre la base de que una jugadora esté o se quede embarazada, esté de baja por maternidad o disfrutando de sus derechos relacionados con la maternidad, se considerará que el club ha rescindido el contrato sin causa justificada.
 - a) A menos que se demuestre lo contrario, se dará por supuesto que la rescisión unilateral de un contrato por parte de un club durante un embarazo o una baja por maternidad se produjo como consecuencia del embarazo de una jugadora.
3. Si se rescinde un contrato porque una jugadora esté o se quede embarazada, como excepción al art. 17, apdo. 1:
 - a) la indemnización a favor de una jugadora se calculará como sigue:
 - i. en caso de que la jugadora no haya firmado ningún nuevo contrato tras la rescisión de su contrato anterior, por norma general, la indemnización equivaldrá al valor residual del contrato que se haya rescindido de forma prematura;
 - ii. en caso de que la jugadora haya firmado un nuevo contrato en el momento de la decisión, el valor del nuevo contrato durante el periodo correspondiente al tiempo restante del contrato rescindido prematuramente se deducirá del valor residual del contrato rescindido prematuramente;
 - iii. en cualquiera de los casos anteriores, la jugadora tendrá derecho a percibir una indemnización adicional correspondiente a seis salarios mensuales según conste en el contrato que se haya rescindido de forma prematura;
 - iv. los convenios colectivos negociados de forma válida entre representantes de empleadores y empleados en el ámbito nacional de conformidad con la legislación nacional podrán divergir de los principios estipulados en los apartados precedentes. Los términos de dichos convenios prevalecerán frente al presente reglamento.
 - b) además de la obligación de abonar una indemnización, se impondrán sanciones deportivas a todo club que rescinda unilateralmente un contrato sobre la base de que una jugadora esté o se quede embarazada, esté de baja por maternidad o disfrutando de sus derechos relacionados con la maternidad. Se prohibirá al club inscribir nuevas jugadoras, tanto

en el ámbito nacional como en el internacional, durante dos periodos de inscripción completos y consecutivos. El club podrá inscribir nuevas jugadoras, tanto en el ámbito nacional como en el internacional, solo a partir del periodo de inscripción posterior al cumplimiento íntegro de la sanción deportiva respectiva. En particular, el club no podrá hacer uso de la excepción ni de las medidas establecidas en el art. 6, apdo. 3 c) del presente reglamento con el fin de inscribir antes a nuevas jugadoras;

- c) la sanción estipulada en b) se podrá imponer de manera acumulativa junto con una multa.

4.

Durante el periodo de vigencia del contrato, toda jugadora que se quede embarazada tiene derecho a lo siguiente:

- a) seguir ofreciendo servicios deportivos a su club (p. ej. jugar y entrenar) tras la confirmación del especialista que esté llevando el embarazo y de un profesional médico independiente (escogido de mutuo acuerdo por la jugadora y el club) de que resulta seguro para ella hacerlo. En estos casos, el club tiene la obligación de respetar la decisión y de elaborar un plan oficial a fin de que siga participando en las actividades deportivas de forma segura, siempre priorizando la salud de la jugadora y la del nonato;
- b) prestar otros servicios a su club en caso de que su médico no considere seguro que siga prestando servicios deportivos o ella decida no ejercer su derecho a seguir prestando servicios deportivos. En estos casos, el club tiene la obligación de respetar la decisión y colaborar con la jugadora para elaborar un plan oficial a fin de que pueda prestar otros servicios. La jugadora tendrá derecho a percibir su salario completo hasta el momento en que decida comenzar la baja por maternidad;
- c) determinar, de manera independiente y teniendo en cuenta los periodos mínimos previstos (v. Definiciones), la fecha de inicio de la baja por maternidad. Todo club que presione u obligue a una jugadora a comenzar su baja por maternidad en un momento concreto será sancionado por la Comisión Disciplinaria de la FIFA;
- d) retomar la actividad futbolística tras la baja por maternidad, tras la confirmación del especialista que haya llevado el embarazo y de un profesional médico independiente (escogido de mutuo acuerdo por la jugadora y el club) de que resulta seguro para ella hacerlo. En estos casos, el club tiene la obligación de respetar su decisión, facilitar su incorporación a la actividad futbolística [v. art. 6, apdo. 3 d)] y ofrecerle apoyo médico continuo. Cuando retome la actividad futbolística, la jugadora tendrá derecho a percibir su salario completo.

5.

Mientras esté prestando servicios deportivos a su club, la jugadora deberá poder amamantar al bebé o extraerse leche. El club deberá poner a su disposición un lugar adecuado a tales efectos de conformidad con la legislación nacional aplicable en el país donde esté domiciliado el club o con los convenios colectivos.





TRANSFERENCIAS INTERNACIONALES DE MENORES DE EDAD

19. Protección de menores

1. Las transferencias internacionales de jugadores se permiten solo cuando el jugador alcanza la edad de 18 años.

2. Se permiten las siguientes cinco excepciones:

- a) Si los padres del jugador cambian su domicilio al país donde el nuevo club tiene su sede por razones no relacionadas con el fútbol.
- b) El jugador tiene entre 16 y 18 años, y:
 - i. la transferencia se efectúa dentro del territorio de la Unión Europea (UE) o del Espacio Económico Europeo (EEE), o
 - ii. la transferencia se efectúa entre dos asociaciones dentro del mismo país.

El nuevo club debe cumplir las siguientes obligaciones mínimas:

- iii. Proporcionar al jugador una formación o entrenamiento futbolístico adecuado que corresponda a los mejores estándares nacionales (v. artículo 4 del anexo 4).
- iv. Además de la formación o capacitación futbolística, garantizar al jugador una formación académica o escolar, o una formación o educación y capacitación conforme a su vocación, que le permita iniciar una carrera que no sea futbolística en caso de que cese en su actividad de jugador profesional.
- v. Tomar todas las previsiones necesarias para asegurar que se asiste al jugador de la mejor manera posible (condiciones óptimas de vivienda en una familia o en un alojamiento del club, puesta a disposición de un tutor en el club, etc.).
- vi. En relación con la inscripción del jugador, aportará a la asociación correspondiente la prueba de cumplimiento de las citadas obligaciones.
- c) El jugador vive en su hogar a una distancia menor de 50 km de la frontera nacional, y el club de la asociación vecina está también a una distancia menor de 50 km de la misma frontera en el país vecino. La distancia máxima entre el domicilio del jugador y el del club será de 100 km. En tal caso, el jugador deberá seguir viviendo en su hogar y las dos asociaciones en cuestión deberán otorgar su consentimiento.
- d) El jugador cuenta con un permiso de residencia, al menos temporal, en el país de destino y/o ha sido reconocido como persona vulnerable que necesita de la protección del Gobierno de dicho país tras haber huido de su país de origen (o de su país de residencia anterior), sin sus padres, por alguna de las siguientes razones de carácter humanitario:
 - i. su vida o su libertad están amenazadas por motivos de raza, religión, nacionalidad, pertenencia a un determinado grupo social o por su posicionamiento político, o



ii. cualquier otra circunstancia que pudiera poner en grave peligro su vida.

Si el menor ha sido reconocido oficialmente como refugiado o persona vulnerable podrá ser inscrito tanto por un club profesional como por un club exclusivamente aficionado. No se aplicarán restricciones a las transferencias nacionales posteriores que se realicen antes de que el menor cumpla 18 años.

Si el menor ha sido reconocido oficialmente como solicitante de asilo o ha sido reconocido por las autoridades estatales competentes como persona vulnerable de conformidad con el artículo 19, apartado d), solo podrá ser inscrito por un club exclusivamente aficionado. Dicho jugador podrá ser traspasado en el ámbito nacional, pero no podrá inscribirse en un club profesional hasta cumplir 18 años.

- e) El jugador es un estudiante y se muda sin sus padres temporalmente a otro país por motivos académicos para participar en un programa de intercambio. La duración de la inscripción del jugador en el nuevo club hasta que cumpla los 18 años o hasta el final del programa académico o escolar no podrá superar un año. El nuevo club del jugador solo podrá ser un club exclusivamente aficionado sin un equipo profesional ni relación de derecho, de hecho o económica con un club profesional.

3. Las disposiciones de este artículo se aplicarán también a todo jugador que no haya sido previamente inscrito en ningún club, no sea natural del país en el que tiene su sede la asociación en la que desea inscribirse por primera vez y no haya vivido en dicho país de manera ininterrumpida los últimos cinco años como mínimo.

4. Si un jugador menor tiene al menos diez años de edad, la Cámara del Estatuto del jugador del Tribunal del Fútbol deberá aprobar:

- a) su transferencia internacional conforme al apdo. 2;
- b) su primera inscripción conforme al apdo. 3, o
- c) su primera inscripción en caso de que el jugador menor de edad no sea natural del país en el que tiene su sede la asociación en la que desea inscribirse por primera vez y haya vivido de manera ininterrumpida durante al menos los últimos cinco años en ese país.

5. Es necesario contar con la aprobación de conformidad con el apdo. 4 antes de que la asociación presente la solicitud del CTI o de la primera inscripción.

6. Si un jugador menor no ha cumplido diez años, la asociación que desee inscribir al jugador —a instancias de su club afiliado— será responsable de comprobar y asegurarse de que, sin lugar a dudas, las circunstancias del jugador se ciñan estrictamente al tenor de las excepciones estipuladas en los apdos. 2, 3 o 4 c). Tales comprobaciones deberán hacerse antes de la inscripción.

7. Una asociación podrá solicitar a la Cámara del Estatuto del Jugador del Tribunal del Fútbol una exención limitada para menores («ELM»).

- a) La ELM, en caso de que se conceda, eximirá a la asociación miembro de las obligaciones relativas a la solicitud que se estipulan en el apdo. 4., conforme a términos y condiciones específicos y solo para jugadores menores aficionados que vayan a ser inscritos en clubes exclusivamente aficionados.
- b) En ese caso, antes de solicitar el CTI y/o la primera inscripción, la asociación en cuestión deberá comprobar y asegurarse de que, sin lugar a dudas, las circunstancias del jugador se correspondan con alguna de las excepciones estipuladas en los apdos. 2, 3 y 4 c).

8. Todo club que inscriba a un jugador menor de edad tras una transferencia nacional, una transferencia internacional o una primera inscripción deberá:

- cumplir con el deber de diligencia con respecto al menor;
- adoptar las medidas necesarias para proteger y salvaguardar al menor ante cualquier posible abuso, y
- garantizar que el menor tenga la oportunidad de recibir una formación académica (de conformidad con los más altos estándares a nivel nacional) que le permita emprender una carrera profesional más allá del fútbol.

9. El procedimiento de solicitud a la Cámara del Estatuto del Jugador del Tribunal del Fútbol en relación con las cuestiones descritas en este artículo se recoge en las Reglas de procedimiento del Tribunal del Fútbol.

19bis. Inscripción y notificación de la presencia de menores de edad en academias

1. Aquellos clubes que operen una academia (dentro de la propia estructura del club y con la cual tengan una relación de derecho, de hecho y/o económica) deberán notificar la presencia de jugadores menores de edad en la academia (inscritos o no inscritos en el club) a la asociación en cuyo territorio desempeñe su actividad el club. Si la academia opera en un territorio ajeno al de la asociación a la que pertenece el club, este deberá notificar a la asociación del territorio en el que opera la academia.

2. Cada asociación deberá solicitar a aquellas academias que no tengan una relación de derecho, de hecho y/o económica con un club (academias privadas) y que operen en su territorio que informen a la asociación de todos los menores que asisten a la academia. Cada asociación será responsable de denunciar cualquier irregularidad que se produzca en las academias privadas ante las autoridades locales, así como de adoptar las medidas necesarias para proteger y salvaguardar a los menores ante cualquier tipo de abuso.



3. Cada asociación deberá llevar un registro de los jugadores menores de edad que clubes o academias le hayan notificado con, al menos, los siguientes datos: nombre completo (nombre y apellidos), nacionalidad, fecha de nacimiento, país de origen (o país de residencia anterior), agente (cuando proceda) y club que opera la academia.

4. Si un club desea colaborar con una academia privada, deberá:

- i) informar de dicha colaboración a la asociación a la que esté afiliado;
- ii) asegurarse de que la academia privada informe sobre sus jugadores a la asociación en la que opera la academia;
- iii) antes de firmar un contrato de colaboración con una academia privada, asegurarse de que dicha academia adopte las medidas necesarias para proteger y salvaguardar a los menores, y
- iv) denunciar ante las autoridades pertinentes cualquier irregularidad de la que tenga conocimiento y adoptar las medidas necesarias para proteger y salvaguardar a los menores ante cualquier tipo de abuso.

5. Al notificar los nombres de sus jugadores, tanto la academia como los jugadores se comprometen a practicar el fútbol según los Estatutos de la FIFA y a observar y compartir los valores éticos del deporte del fútbol organizado.

6. El art. 19 también se aplicará a la notificación de jugadores menores de edad que no sean ciudadanos del país en el que desean que se notifique su presencia.

Las asociaciones deberán informar a la FIFA de cada menor que asista a una academia en su territorio siempre que dicho menor:

- i) no sea ciudadano del país en el que esté domiciliada la asociación; y
- ii) no haya vivido de forma continua durante al menos cinco años en ese país.

Estos informes deberán incluir una evaluación prima facie que determine si el menor cumple los requisitos expuestos en el art. 19.

7. La Comisión Disciplinaria de la FIFA impondrá sanciones conforme al Código Disciplinario de la FIFA en caso de cualquier violación de esta disposición.

19ter. Pruebas

Condiciones generales para los jugadores a prueba

1. Cualquier club puede invitar a un jugador a participar en una prueba durante un periodo determinado. Un profesional (en el sentido del art. 2 del presente reglamento) solo podrá participar en las pruebas con el consentimiento previo por escrito de su club actual.
2. Antes de que comience la prueba, el club y el jugador invitado deberán acordar las condiciones de esta (p. ej., el pago del alojamiento, los gastos de viaje y de comidas, y las dietas) y registrarlas en el formulario de la FIFA para las pruebas. El club deberá registrar en el TMS el formulario debidamente rellenado y firmado como mínimo diez días antes del comienzo de la prueba.
3. Durante una prueba, el club deberá cumplir con el deber de diligencia con respecto al jugador en cuestión. Concretamente, el club deberá proporcionar a dicho jugador la atención médica necesaria para tratar las lesiones sufridas durante las actividades incluidas en la prueba, que correrá a cargo del propio club.
4. La duración máxima de una prueba para jugadores menores de 21 años será de ocho semanas por club, consecutivas o no consecutivas, en una misma temporada. La duración máxima de una prueba para jugadores mayores de 21 años será de tres semanas por club, consecutivas o no consecutivas, en una misma temporada.
5. Un jugador a prueba solo podrá participar en partidos amistosos y en aquellas actividades que no recaigan en el ámbito del fútbol organizado. Dichos partidos amistosos deberán celebrarse durante la duración de la prueba.
6. Ninguna persona sujeta a los Estatutos de la FIFA podrá solicitar, ofrecer y/o recibir cualquier tipo de pago relacionado con una prueba, sin perjuicio del acuerdo alcanzado entre el club y el jugador a prueba con respecto a las condiciones de la prueba, conforme al apdo. 2 del presente artículo.
7. Los clubes con un jugador a prueba no tendrán derecho a percibir compensación por formación por el periodo en el que dicho jugador hubiera estado a prueba.



Condiciones específicas para menores a prueba

8. Además de las condiciones generales anteriormente expuestas, un menor solo podrá estar a prueba con un club si:
- a) el periodo de prueba comienza durante la misma temporada en la que:
 - i. el menor a prueba cumple 16 años, o
 - ii. el menor a prueba cumple 15 años si tanto el menor como el domicilio del club se encuentran en Europa.
 - b) el club obtiene el consentimiento por escrito de los padres del menor a prueba;
 - c) empleado como persona de contacto del menor a prueba;
 - d) el club garantiza que el menor a prueba reciba condiciones óptimas de vivienda y alojamiento, y cubre los gastos relevantes, y
 - e) en el caso de jugadores aficionados menores de 16 años, se informa de la prueba al club actual del menor y se le proporciona el formulario de la FIFA para las pruebas, cumplimentado y debidamente firmado.
9. Un menor podrá asistir tan solo a dos pruebas por año natural, cada una de ellas sujeta a la duración máxima estipulada en el art. 19ter, apdo. 4.

Otros asuntos

10. Los acuerdos colectivos negociados de forma válida entre representantes de empleadores y empleados en el ámbito nacional de conformidad con la legislación nacional podrán divergir de los estándares mínimos estipulados en disposiciones anteriores y/o establecer requisitos adicionales cuando un jugador abandone su club actual para asistir a una prueba.

Sanciones

11. La Comisión Disciplinaria de la FIFA impondrá sanciones conforme al Código Disciplinario de la FIFA en caso de incumplimiento de cualquiera de las condiciones acordadas en el formulario de la FIFA para las pruebas, de no registrar un formulario cumplimentado y debidamente firmado y/o de toda infracción de esta disposición. En tales procedimientos, tanto el jugador a prueba como el club correspondiente tendrán la condición procesal de parte ante la Comisión Disciplinaria.



INDEMNIZACIÓN POR FORMACIÓN Y MECANISMO DE SOLIDARIDAD

20. Indemnización por formación

La indemnización por formación se pagará al club o clubes formadores de un jugador: 1) cuando el jugador se inscriba por primera vez como profesional y 2) por cada transferencia del jugador profesional hasta el fin del año natural en el que cumple 23 años. La obligación de pagar una indemnización por formación surge, aunque la transferencia se efectúe durante o al término del contrato. Las disposiciones sobre la indemnización por formación se establecen en el anexo 4 del presente reglamento. Los principios de la indemnización por formación no serán aplicables al fútbol femenino.

21. Mecanismo de solidaridad

Si un jugador profesional es transferido antes del vencimiento de su contrato, el club o los clubes que contribuyeron a su educación y formación recibirán una parte de la indemnización pagada al club anterior (contribución de solidaridad). Las disposiciones sobre la contribución de solidaridad se establecen en el anexo 5 del presente reglamento.



JURISDICCION

22. Competencia de la FIFA

1. Sin perjuicio del derecho de cualquier jugador, entrenador, asociación o club a elevar un caso ante un tribunal ordinario de disputas laborales, la FIFA tiene la competencia para tratar:

- a) disputas entre clubes y jugadores en relación con el mantenimiento de la estabilidad contractual (art. 13-18) si se ha expedido una solicitud del CTI y si existe una demanda de una parte interesada en relación con dicho CTI, en particular por lo que se refiere a su expedición, concerniente a sanciones deportivas o a la indemnización por incumplimiento de contrato;
- b) disputas con respecto a la relación laboral entre un club y un jugador que cobren una dimensión internacional; no obstante, las partes anteriormente mencionadas podrán optar, explícitamente y por escrito, a que estas disputas las resuelva una cámara nacional de resolución de disputas (CNRD) o un órgano nacional de resolución de disputas con una denominación equivalente que la FIFA haya reconocido oficialmente, de conformidad con los Principios para el reconocimiento de las cámaras nacionales de resolución de disputas. Esta cláusula de jurisdicción será exclusiva y se incluirá directamente en el contrato o en el convenio colectivo por el que se rijan las partes;
- c) disputas con respecto a la relación laboral entre un club o una asociación y un entrenador que cobren una dimensión internacional; no obstante, los clubes y entrenadores podrán optar, explícitamente y por escrito, a que las disputas entre ellos las resuelva una CNRD o un órgano nacional de resolución de disputas con una denominación equivalente que la FIFA haya reconocido oficialmente, de conformidad con los Principios para el reconocimiento de las cámaras nacionales de resolución de disputas. Esta cláusula de jurisdicción será exclusiva y se incluirá directamente en el contrato o en el convenio colectivo por el que se rijan las partes;
- d) disputas relacionadas con la indemnización por formación (art. 20) y el mecanismo de solidaridad (art. 21) entre clubes que pertenecen a asociaciones distintas, que no están sujetas al Reglamento de la Cámara de Compensación de la FIFA;
- e) disputas relacionadas con la indemnización por formación (art. 20) y el mecanismo de solidaridad (art. 21) entre clubes que pertenezcan a la misma asociación, siempre que la transferencia del jugador que ocasione la disputa haya ocurrido entre clubes que pertenezcan a diferentes asociaciones, que no están sujetas al Reglamento de la Cámara de Compensación de la FIFA;
- f) asuntos de complejidad jurídica o fáctica en el proceso de revisión del EPP, de acuerdo con el art. 10, apdo. 3 del Reglamento de la Cámara de Compensación de la FIFA, y disputas entre clubes, de acuerdo con el art. 18, apdo. 2 del Reglamento de la Cámara de Compensación de la FIFA; y
- g) disputas entre clubes de distintas asociaciones que no corresponden a los casos previstos en las letras a), d), e) y f).

2. La FIFA tiene competencia para decidir en relación con las solicitudes en materia regulatoria especificadas en este reglamento o en otros reglamentos de la FIFA.

23. Tribunal del Fútbol

1. La Cámara de Resolución de Disputas del Tribunal del Fútbol decidirá sobre los casos descritos en el art. 22, apdos. 1 a), b), d), e) y f).
2. La Cámara del Estatuto del Jugador del Tribunal del Fútbol decidirá sobre los casos descritos en el art. 22, apdos. 1 c) y g) y 2.
3. El Tribunal del Fútbol no tratará ningún caso sujeto al presente reglamento si han transcurrido más de dos años desde los hechos que dieron origen a la disputa. La aplicación de este límite temporal debe verificarse de oficio en cada caso.
4. Los procedimientos para presentar reclamaciones en relación con las disputas descritas en el art. 22 se recogen en las Reglas de procedimiento del Tribunal del Fútbol.

24. Consecuencias de la omisión del pago puntual de cantidades adeudadas

1. Cuando:
 - a) el Tribunal del Fútbol ordene a una parte (club o jugador) que efectúe el pago de una suma de dinero (sumas pendientes o indemnización) a otra parte (club o jugador), también deberá incluir en su decisión las consecuencias de la omisión del pago puntual de las cantidades adeudadas;
 - b) las partes en una disputa acepten (o no rechacen) una propuesta de la Secretaría General de la FIFA conforme a las Reglas de procedimiento del Tribunal del Fútbol, también se deberán incluir en la carta de confirmación las consecuencias de la omisión del pago puntual de las cantidades adeudadas.
2. Tales consecuencias serán las siguientes:
 - a) Para un club, la prohibición de inscribir nuevos jugadores, tanto en el ámbito nacional como en el internacional, hasta que se abonen las cantidades adeudadas. Laduración total máxima de dicha prohibición será de hasta tres periodos de inscripción completos y consecutivos, con sujeción al apdo. 7 del presente artículo;



- b) Para un jugador, la restricción de disputar cualquier partido oficial hasta que se abonen las cantidades adeudadas. La duración total máxima de dicha restricción, será de hasta seis meses sin participar en partidos oficiales, con sujeción al apdo. 7 del presente artículo.

3. Estas consecuencias podrán omitirse cuando el Tribunal del Fútbol:

- a) haya impuesto una sanción deportiva al amparo del art. 12bis, del art. 17o del art. 18quater en el mismo caso; o
- b) haya sido informado de que el club deudor esté en situación de insolvencia en virtud de la legislación nacional pertinente y no esté legitimado para cumplir con una orden.

4. Si se aplican dichas consecuencias, el deudor deberá pagar al completo la cantidad adeudada (incluidos todos los intereses aplicables) al acreedor en el plazo de 45 días desde la notificación de la decisión.

5. El plazo de 45 días empezará en cuanto se notifique la decisión o se envíe la carta de confirmación.

- a) El plazo quedará detenido si se solicita debidamente el fundamento íntegro de la decisión. Tras la notificación del fundamento íntegro de la decisión, el plazo se reanudará.
- b) El plazo también se verá detenido por un recurso ante el Tribunal de Arbitraje Deportivo.

6. El deudor abonará el pago completo (incluidos todos los intereses aplicables) en la cuenta bancaria indicada por el acreedor, según se estipule en la decisión o en la carta de confirmación.

7. Si el deudor no abona el pago completo (incluidos todos los intereses aplicables) en el plazo fijado, y la decisión es firme y vinculante:

- a) el acreedor podrá solicitar a la FIFA que imponga la ejecución de las consecuencias;
- b) tras recibir dicha solicitud, la FIFA informará al deudor sobre la aplicación de las consecuencias;
- c) las consecuencias serán de aplicación inmediata tras la notificación de la FIFA, incluso, para disipar cualquier duda, si se aplican mientras esté abierto el periodo de inscripción. En tales casos, el tiempo restante de ese periodo de inscripción será el primer periodo de inscripción «completo» a efectos del apdo. 2 a);
- d) las consecuencias solo se revocarán de conformidad con el apdo. 8 del presente artículo.

8. Para que se revoquen las consecuencias una vez ejecutadas, el deudor deberá proporcionar un comprobante de pago a la FIFA por la cuantía completa (incluidos todos los intereses aplicables).
- a) Tras recibir el comprobante de pago, la FIFA solicitará inmediatamente al acreedor que confirme la recepción del pago completo (incluidos todos los intereses aplicables) en un plazo de cinco días.
 - b) Tras recibir la confirmación del acreedor, o tras la finalización del plazo si no se recibiese respuesta, la FIFA notificará a las partes la revocación de las consecuencias.
 - c) Las consecuencias se revocarán inmediatamente tras la notificación de la FIFA.
 - d) Sin perjuicio de lo anterior, si no se ha abonado el pago completo (incluidos todos los intereses aplicables), las consecuencias seguirán en vigor hasta que se cumplan en su totalidad.

25. Aplicación de decisiones y cartas de confirmación

1. El sucesor deportivo de un deudor se considerará el deudor, y estará sujeto a toda decisión o carta de confirmación emitidas por el Tribunal del Fútbol. Los criterios para decidir si una entidad es sucesora deportiva de otra son, entre otros, la sede, el nombre, la forma jurídica, los colores del equipo, los jugadores, los accionistas o grupos de interés o propietarios y la categoría competitiva.
2. Si el Tribunal del Fútbol ordena a un deudor que efectúe el pago de una suma de dinero (sumas pendientes o indemnización) a un acreedor:
- a) el pago se efectuará cuando el deudor abone al completo el importe total exigido (incluidos todos los intereses aplicables) al acreedor;
 - b) el pago no se considerará saldado si el deudor efectúa unilateralmente deducciones al importe total exigido (incluidos todos los intereses aplicables).
3. Las acciones siguientes no contravienen la prohibición de inscribir nuevos jugadores descrita en los arts. 12bis, 17, 18quater o 24:
- a) el regreso del préstamo de un jugador profesional, únicamente si el contrato de préstamo vence de forma natural;
 - b) la ampliación del préstamo de un jugador profesional, después del vencimiento natural del contrato de préstamo;
 - c) la contratación definitiva de un jugador profesional que haya estado inscrito temporalmente en el club justo antes de que se impusiera la prohibición de inscribir nuevos jugadores;
 - d) la inscripción de un jugador profesional que ya estaba inscrito en el club como jugador aficionado justo antes de que se impusiera la prohibición de inscribir nuevos jugadores.





DISPOSICIONES FINALES

26. Disposiciones transitorias

1. Todo caso sometido a la FIFA antes de la entrada en vigor del presente reglamento se decidirá conforme al reglamento anterior.
 - a) Aquellos casos presentados ante la FIFA que a 1 de octubre de 2021 todavía estén pendientes de una decisión de la Comisión del Estatuto del Jugador, la Cámara de Resolución de Disputas o una de sus subcomisiones, deberá resolverlos la cámara correspondiente del Tribunal del Fútbol de conformidad con las Reglas de procedimiento del Tribunal del Fútbol.
 - b) Para esos casos, se aplicarán las disposiciones transitorias de las Reglas de procedimiento del Tribunal del Fútbol.
 - c) Los apdos. 1 b) y c). del art. 22 solo se aplicarán para los casos presentados ante la FIFA a partir del 1 de enero de 2025. Los demás casos se decidirán conforme al reglamento anterior.
2. En principio, cualquier otro caso se decidirá conforme al presente reglamento. Los siguientes casos se exceptúan de dicho principio:
 - a) disputas relacionadas con la indemnización por formación;
 - b) disputas relacionadas con el mecanismo de solidaridad.

Los casos que son una excepción a este principio se decidirán conforme al reglamento que haya estado vigente en el momento de la firma del contrato objeto de la disputa, o bien en el momento en que se presentaron los hechos materia de la disputa.
3. Las asociaciones miembro enmendarán sus reglamentos de acuerdo con el art. 1 a fin de garantizar que cumplan con lo estipulado en el presente reglamento y los someterán a la FIFA para aprobación. No obstante, cada asociación miembro implementará el art. 1, apdo. 3 a).

27. Casos no previstos

Los casos no previstos en el presente reglamento, así como todo caso de fuerza mayor, serán resueltos por el Consejo de la FIFA, cuyas decisiones serán definitivas.

28. Idiomas oficiales

En caso de discrepancias relativas a la interpretación de los textos inglés, francés y español del reglamento, el texto inglés hará fe.



29. Entrada en vigor

El presente reglamento fue aprobado por el Consejo de la FIFA el 17 de diciembre de 2023 y entra en vigor el 1 de febrero de 2024.

Las modificaciones transitorias aprobadas por el Consejo de la FIFA como resultado de la pandemia se revisarán periódicamente y se eliminarán según convenga.

El Consejo de la FIFA analizará periódicamente la aplicación de modificaciones transitorias que resulten necesarias como consecuencia de la guerra en Ucrania.



ANEXOS

ANEXO

Liberación de jugadores para equipos representativos de la asociación



1. Principios para el fútbol masculino

1. Los clubes se obligan a liberar a sus jugadores inscritos en favor de los equipos representativos del país para el que tienen derecho a jugar debido a su nacionalidad, si la asociación en cuestión convoca al jugador. Se prohíbe cualquier acuerdo divergente entre un jugador y un club.

2. En el sentido del apartado precedente, la liberación de jugadores es obligatoria para los partidos que figuren en el calendario internacional (v. apartados 3 y 4), así como para los partidos de competiciones finales de la Copa Mundial de la FIFA™, de la Copa FIFA

Confederaciones y campeonatos de equipos representativos «A» de las confederaciones, siempre que la asociación en cuestión sea miembro de la confederación organizadora.

3. Tras consultar con las partes interesadas pertinentes, la FIFA publicará el calendario internacional para cuatro u ocho años, que incluirá los periodos internacionales correspondientes (v. apartado 4). Tras la publicación del calendario internacional, solo se añadirán las competiciones finales de la Copa Mundial de la FIFA™, la Copa FIFA Confederaciones y los campeonatos de equipos representativos «A» de las confederaciones.

4. Un periodo internacional es un periodo de nueve días, que comienza el lunes por la mañana y termina el martes por la noche de la semana siguiente (sujeto a las excepciones temporales siguientes), reservado para actividades de los equipos representativos. En estos periodos internacionales, cada equipo representativo podrá disputar como máximo dos partidos (sujeto a

las excepciones temporales siguientes), independientemente de si se trata de partidos de clasificación para un torneo internacional o de encuentros amistosos. Los partidos podrán programarse a partir del miércoles para cualquier día del periodo internacional, siempre que se deje un mínimo de dos días naturales completos entre los dos partidos (p. ej. jueves/domingo o sábado/martes).

- i. Durante el periodo internacional de marzo de 2022, en el caso de las federaciones afiliadas a la OFC:
 - a) se amplía un día el periodo internacional, y
 - b) cada equipo representativo podrá disputar un máximo de tres partidos.
- ii. Durante el periodo internacional de marzo de 2022, en el caso de las federaciones afiliadas a la Concacaf:
 - a) se amplía un día el periodo internacional, y
 - b) cada equipo representativo podrá disputar un máximo de tres partidos.

5. Los equipos representativos disputarán los dos partidos (con las excepciones temporales establecidas en el apartado 4 de este artículo) durante un periodo internacional en el territorio de la misma confederación, salvo en el caso de partidos eliminatorios intercontinentales. Si al menos uno de los dos partidos es amistoso, podrán disputarse en dos confederaciones, a condición de que la distancia entre las sedes no exceda el total de cinco horas de vuelo, según el horario oficial de la línea aérea, ni dos husos horarios.

6. No es obligatoria la liberación de jugadores fuera de un periodo internacional o fuera de las competiciones finales del calendario internacional, conforme al apartado 2. No es obligatorio liberar al mismo jugador para más de una competición final anual del equipo representativo «A». El Consejo de la FIFA puede confirmar excepciones a esta regla solo en el caso de la Copa FIFA Confederaciones.

7. Durante los periodos internacionales, se deberá liberar a los jugadores, quienes iniciarán su viaje para integrarse en el equipo representativo a más tardar la mañana del lunes y emprenderán el viaje de vuelta a su club a más tardar la mañana del siguiente miércoles, después de que termine el periodo internacional, con las excepciones temporales siguientes. Durante las competiciones finales, según los apartados 2 y 3, se deberá liberar a los jugadores, quienes iniciarán su viaje para integrarse en el equipo representativo a más tardar la mañana del lunes de la semana que precede el inicio de la competición final en cuestión y la asociación los liberará la mañana del día posterior al último partido de su equipo en el torneo.

- i. Durante los periodos internacionales ampliados con arreglo a los apdos. 4 i) y ii), los jugadores emprenderán el viaje de vuelta a su club a más tardar la mañana siguiente a la fecha de finalización del periodo internacional.



8. Los clubes y asociaciones correspondientes podrán acordar un periodo de liberación más largo o llegar a varios acuerdos con respecto a lo estipulado en el apartado 7.
9. Los jugadores que acudan a una convocatoria de su asociación de acuerdo con el presente artículo reasumirán sus deberes con sus clubes a más tardar 24 horas después de que termine el periodo para el que fueron convocados. Este plazo se ampliará a 48 horas si las actividades de los equipos representativos en cuestión se desarrollan en una confederación distinta a aquella en la que el club del jugador está inscrito. Se notificará por escrito a los clubes las fechas del itinerario del jugador diez días antes del inicio de la liberación. Las asociaciones deberán garantizar que los jugadores regresen puntualmente a sus clubes después del partido.
10. Si un jugador no se reincorpora a su club en el plazo previsto en este artículo, a petición de su club, la Cámara del Estatuto del Jugador del Tribunal del Fútbol reducirá el periodo de liberación en la siguiente ocasión en que la asociación convoque al jugador. La reducción se hará de la manera siguiente:
- a) para el periodo internacional: en dos días;
 - b) para la competición final de un torneo internacional: en cinco días.
11. En caso de incumplimiento repetido de estas disposiciones, a petición de su club, la Cámara del Estatuto del Jugador del Tribunal del Fútbol podrá decidir:
- a) imponer una multa;
 - b) reducir aún más el periodo de liberación;
 - c) prohibir a la asociación convocar al jugador o jugadores para actividades subsiguientes con el equipo representativo.

1bis. Principios para el fútbol femenino

1. Los clubes estarán obligados a ceder a sus jugadoras a las selecciones del país por cuya federación pueden ser convocadas atendiendo a su nacionalidad. Se prohíbe todo acuerdo en sentido contrario entre jugadoras y clubes
2. La cesión de las jugadoras, en los términos recogidos en el apdo. 1 del presente artículo, es obligatoria en todos los periodos internacionales —reservados para la disputa de partidos internacionales— establecidos en el calendario internacional femenino (v. apdo. 3 y 4 siguientes), así como para las fases finales de la Copa Mundial Femenina de la FIFA™, el Torneo Olímpico de Fútbol femenino, los campeonatos de las confederaciones para selecciones absolutas —siempre que la federación en cuestión sea miembro de la confederación organizadora— y la ronda final de torneos clasificatorios de las confederaciones para el Torneo Olímpico de Fútbol femenino.

3. Tras consultar con las partes interesadas pertinentes, la FIFA publicará el calendario internacional femenino válido por un periodo de cuatro años, que incluirá todos los periodos internacionales del cuatrienio (v. apdo. 4), así como las fases finales de la Copa Mundial Femenina de la FIFA™, el Torneo Olímpico de Fútbol femenino y los periodos bloqueados para los campeonatos de las confederaciones para selecciones absolutas y la ronda final de torneos clasificatorios de las confederaciones para el Torneo Olímpico de Fútbol femenino. Tras la publicación del calendario internacional femenino, solo se añadirán a los respectivos periodos bloqueados las fechas de los campeonatos de selecciones absolutas femeninas de las confederaciones y la ronda final de torneos clasificatorios de las confederaciones para el Torneo Olímpico de Fútbol Femenino. Los campeonatos de selecciones absolutas femeninas de las confederaciones y la ronda final de torneos clasificatorios de las confederaciones para el Torneo Olímpico de Fútbol Femenino deberán disputarse en los periodos bloqueados respectivos; además, las confederaciones deberán notificar a la FIFA por escrito y un mínimo de dos años antes las fechas de sus campeonatos de selecciones femeninas absolutas o de la ronda final de torneos clasificatorios.

4. Existen tres tipos de periodos internacionales:

- a) El tipo I hace referencia al periodo de nueve días que comienza el lunes por la mañana y termina el martes por la noche de la semana siguiente, reservado para las diferentes actividades de las selecciones. En estos periodos de tipo I, las selecciones podrán disputar un máximo de dos partidos, ya sean estos partidos clasificatorios para un torneo internacional o amistosos. Los partidos podrán programarse a partir del miércoles para cualquier día del periodo internacional, siempre que se deje un mínimo de dos días naturales completos entre los dos partidos (p. ej. jueves/domingo o sábado/martes).
- b) El tipo II hace referencia al periodo de diez días que comienza el lunes por la mañana y termina el miércoles por la noche de la semana siguiente, reservado para los torneos amistosos y partidos clasificatorios de las selecciones. En estos periodos de tipo II, las selecciones podrán disputar un máximo de tres partidos. Los partidos podrán programarse a partir del primer jueves del periodo internacional, siempre que se deje un mínimo de dos días naturales completos entre dos partidos (p. ej. jueves/domingo/miércoles).
- c) El tipo III hace referencia al periodo de trece días que comienza el lunes por la mañana y termina el sábado por la noche de la semana siguiente, reservado exclusivamente para los partidos clasificatorios de los campeonatos por confederaciones de selecciones absolutas. En estos periodos de tipo III, las selecciones podrán disputar un máximo de cuatro partidos. Los partidos podrán programarse a partir del primer jueves del periodo internacional, siempre que se deje un mínimo de dos días naturales completos entre dos partidos (p. ej. jueves/domingo/miércoles/sábado).



5. No será obligatorio ceder a las jugadoras fuera de los mencionados periodos internacionales o de las competiciones recogidas en el apdo. 2 precedente incluidas en el calendario internacional femenino.
6. Durante los tres tipos de periodos internacionales, se deberá ceder a las jugadoras, quienes iniciarán su viaje para integrarse en la selección nacional a más tardar la mañana del lunes y emprenderán el viaje de vuelta a su club a más tardar la mañana del siguiente miércoles (tipo I), la mañana del siguiente jueves (tipo II) o la mañana del domingo siguiente (tipo III), a la conclusión del periodo internacional. En las fases finales de campeonatos clasificatorios de confederaciones para el Torneo Olímpico de Fútbol femenino, será obligatorio ceder a las jugadoras, que iniciarán el viaje para sumarse a la concentración de su selección a más tardar la mañana del lunes anterior al partido inaugural del torneo clasificatorio y la asociación deberá cederlas por la mañana del día posterior al último partido de la selección en el torneo. En el caso de los clasificatorios, el número máximo de días de duración de la cesión —entre el lunes de incorporación y el día de vuelta al club— será de 16. En el caso de las otras fases finales recogidas en los apartados 2 y 3, las jugadoras se cederán para integrarse en su selección a más tardar la mañana del lunes de la semana precedente a la semana de inicio de la fase final en cuestión y la federación las liberará la mañana del día posterior al último partido de su selección en el torneo.
7. Los clubes y federaciones correspondientes podrán acordar un periodo de cesión más largo o alcanzar distintos acuerdos con respecto a lo estipulado en el apdo. 6.
8. Las jugadoras que acudan a una convocatoria de su federación en los términos estipulados en el presente artículo retomarán sus obligaciones con sus clubes en el plazo de las 24 horas posteriores al periodo para el que fueron convocadas. Este plazo se ampliará a 48 horas si la actividad de su selección se desarrolló en una confederación distinta a aquella a la que pertenece el club de la jugadora. Diez días antes del inicio del periodo de cesión, se notificará por escrito a los clubes las fechas de los desplazamientos de la jugadora. Las federaciones deberán garantizar que las jugadoras regresen puntualmente a sus clubes después del partido.
9. Si una jugadora no se reincorporara a su club en el plazo previsto en este artículo, a petición de su club, la Cámara del Estatuto del Jugador del Tribunal del Fútbol reducirá el periodo de cesión en la siguiente ocasión en que la federación convoque a la jugadora de la manera siguiente:
 - a) para el periodo internacional: en dos días;
 - b) para la competición final de un torneo internacional: en cinco días.

10. En caso de reincidencia en el incumplimiento de estas disposiciones, a petición de su club, la Cámara del Estatuto del Jugador del Tribunal del Fútbol podrá decidir:
- a) imponer una multa;
 - b) reducir aún más el periodo de cesión;
 - c) prohibir a la asociación convocar a la jugadora o jugadoras a posteriores convocatorias con su selección.

1ter. Principios del futsal

- 1. Los clubes estarán obligados a ceder a sus jugadores a las selecciones del país por cuya federación pueden ser convocados atendiendo a su nacionalidad. Se prohíbe todo acuerdo en sentido contrario entre jugadores y clubes.
- 2. La cesión de los jugadores, en los términos recogidos en el apdo. 1 del presente artículo, es obligatoria en todos los periodos internacionales —reservados para la disputa de partidos internacionales— establecidos en el calendario internacional de futsal (v. apdo. 3 y 4), así como para las fases finales de la Copa Mundial de Futsal de la FIFA™ y de los campeonatos de selecciones nacionales «A» o absolutas de las diferentes confederaciones, siempre que la federación convocante sea miembro de la confederación organizadora.
- 3. Tras la correspondiente consulta con las partes interesadas pertinentes, la FIFA publicará el calendario internacional para un periodo de cuatro años, que incluirá todos los periodos internacionales en esos cuatro años (v. apdo. 4). Tras la publicación del calendario internacional de futsal, solo se le añadirán las fases finales de la Copa Mundial de Futsal de la FIFA™ y los campeonatos de selecciones nacionales absolutas de las diferentes confederaciones.
- 4. Existen dos tipos de periodos internacionales:
 - a) El tipo I hace referencia al periodo de diez días que comienza el lunes por la mañana y termina el miércoles por la noche de la semana siguiente, reservado para las diferentes actividades de las selecciones. En estos periodos de tipo I, las selecciones podrán disputar un máximo de cuatro partidos, ya sean estos partidos clasificatorios para un torneo internacional o amistosos, pero nunca en más de dos confederaciones.
 - b) El tipo II hace referencia al periodo de cuatro días que comienza el domingo por la mañana y termina el miércoles por la noche de la semana siguiente, reservado para las diferentes actividades de las selecciones. En estos periodos de tipo II, las selecciones podrán disputar un máximo de dos partidos, ya sean estos partidos clasificatorios para un torneo internacional o amistosos, y siempre en la misma confederación.



5. No será obligatorio ceder a los jugadores fuera de los mencionados periodos internacionales o de las fases finales recogidas en el apdo. 2 precedente incluidas en el calendario internacional de futsal.
6. Durante los dos tipos de periodos internacionales, será obligatorio ceder a los jugadores; estos iniciarán el viaje para sumarse a la concentración de su selección no más tarde de la primera mañana del periodo (es decir, el domingo o el lunes), y emprenderán el viaje de vuelta a su club la mañana del siguiente jueves como muy tarde, una vez concluido el periodo internacional. En las fases finales de campeonatos de confederaciones para selecciones nacionales «A» o absolutas, será obligatorio ceder a los jugadores; estos iniciarán el viaje para sumarse a la concentración de su selección la mañana del duodécimo día previo al inicio de la competición. La federación deberá permitir su regreso al club la mañana del día posterior al último encuentro de su selección en el torneo. En el caso de la Copa Mundial de Futsal de la FIFA™, también será obligatorio ceder a los jugadores; estos iniciarán el viaje para sumarse a la concentración de su selección la mañana del decimocuarto día previo al inicio del Mundial. La federación deberá permitir su regreso al club el día posterior al último encuentro de su selección en el torneo.
7. Los clubes y asociaciones correspondientes podrán acordar un periodo de cesión más largo o alcanzar distintos acuerdos con respecto a lo estipulado en el apdo. 6 precedente.
8. Los jugadores que acudan a una convocatoria de su federación en los términos estipulados en el presente artículo retomarán sus obligaciones con sus clubes en el plazo de las 24 horas posteriores al periodo para el que fueron convocados. Este plazo se ampliará a 48 horas si la actividad de su selección se desarrolló en una confederación distinta a aquella en la que pertenece el club del jugador. Diez días antes del inicio del periodo de cesión, se notificará por escrito a los clubes las fechas de los desplazamientos del jugador. Las federaciones deberán garantizar que los jugadores regresen puntualmente a sus clubes después del último partido.
9. Si un jugador no se reincorpora a su club en el plazo previsto en este artículo, a petición de su club, la Cámara del Estatuto del Jugador del Tribunal del Fútbol reducirá el periodo de cesión en la siguiente ocasión en que la federación convoque al jugador de la manera siguiente:
 - a) para el periodo internacional: en dos días;
 - b) para la competición final de un torneo internacional: en cinco días.

10. En caso de reincidencia en el incumplimiento de estas disposiciones, a petición de su club, la Cámara del Estatuto del Jugador del Tribunal del Fútbol podrá decidir:
- a) imponer una multa;
 - b) reducir aún más el periodo de cesión;
 - c) prohibir a la asociación convocar al jugador o jugadores a posteriores convocatorias con su selección.

2. Disposiciones financieras y seguros

1. Los clubes que liberen a un jugador según las disposiciones del presente anexo no tienen derecho a una indemnización financiera.
2. La asociación que convoca a un jugador sufragará los gastos de viaje del jugador ocasionados por la convocatoria.
3. El club en el que está inscrito el jugador en cuestión contratará para el jugador un seguro de enfermedad y accidentes que cubra todo el periodo de su liberación. El seguro cubrirá también cualquier tipo de lesiones que el jugador pueda sufrir en un partido internacional para el que ha sido liberado.
4. La FIFA indemnizará al club en que esté inscrito aquel jugador profesional de fútbol once que, a consecuencia de un accidente, sufra una lesión física durante el periodo de liberación para disputar partidos internacionales «A» y se ve temporalmente afectado por una incapacidad total. Los términos y condiciones de la indemnización, incluida la gestión de pérdidas, se establecen en el boletín técnico del Programa de Protección de Clubes.

3. Convocatoria de jugadores

1. Por regla general, todo jugador inscrito en un club se obliga a responder afirmativamente a la convocatoria para formar parte de uno de los equipos representativos de la asociación del país cuya nacionalidad ostenta.
2. La asociación que desee convocar a un jugador deberá hacerlo por escrito al menos 15 días antes del primer día del periodo internacional (v. art. 1, apdo. 4 del anexo 1) en el que se lleven a cabo las actividades del equipo representativo para el que se le necesita. Las asociaciones que deseen convocar a un jugador para la competición final de un torneo internacional deberán notificarlo por escrito al jugador al menos 15 días antes del comienzo del periodo de liberación correspondiente. Al mismo tiempo, se deberá comunicar por escrito la convocatoria al club del jugador. Asimismo se aconseja a las asociaciones incluir a la asociación del club en cuestión en la convocatoria. El club deberá confirmar la liberación del jugador dentro de los seis días siguientes.



3. La asociación que desee la asistencia de la FIFA para obtener la liberación de un jugador que juega en el extranjero podrá conseguirla únicamente cumpliendo las dos condiciones siguientes:

- a) que se haya solicitado sin éxito la intervención de la asociación en la que el jugador está inscrito;
- b) que se haya presentado el caso a la FIFA a más tardar cinco días antes de que se celebre el partido para el que se necesita al jugador.

4. Jugadores lesionados

Un jugador que, debido a lesión o enfermedad, no pueda asistir a una convocatoria de la asociación del país cuya nacionalidad ostenta, deberá, si esta asociación lo solicita, someterse a un examen médico realizado por un médico designado por la asociación. Si el jugador así lo desea, dicho examen médico se hará en el territorio de la asociación donde está inscrito.

5. Restricciones sobre el juego

Un jugador convocado por su asociación para una de sus selecciones representativas no tiene derecho, a menos que la asociación en cuestión acuerde lo contrario, a jugar para el club al que pertenece durante el periodo que dure o debiera durar su liberación, conforme a las disposiciones del presente anexo, más un periodo adicional de cinco días.

6. Medidas disciplinarias

Las infracciones de cualesquiera de las disposiciones establecidas en el presente anexo se sancionarán con medidas disciplinarias que adoptará la Comisión Disciplinaria de la FIFA basándose en el Código Disciplinario.

ANEXO

Reglamento sobre la contratación de entrenadores



1. **Ámbito de aplicación**

1. Este anexo establece las normas que rigen los contratos entre entrenadores y clubes profesionales o asociaciones.
2. El presente anexo es de aplicación a los entrenadores que:
 - a) perciben por su actividad un monto superior a los gastos que realmente generan, y
 - b) están contratados por un club profesional o asociación.
3. Este anexo se aplica por igual a los entrenadores de fútbol y de futsal.
4. Cada asociación deberá establecer en su reglamento los medios apropiados para proteger la estabilidad de los contratos otorgados por entrenadores y clubes o asociaciones, con el debido respeto a la legislación nacional obligatoria y a los convenios colectivos.

2. **Contrato de trabajo**

1. El entrenador debe tener un contrato por escrito con un club o una asociación, formalizado a título individual.
2. Dicho contrato incluirá los elementos esenciales de un contrato de trabajo, como, entre otros, el objeto del mismo, los derechos y obligaciones de las partes, así como su estatus y ocupación, la remuneración acordada, la duración del contrato y las firmas de todas las partes.



3. De conformidad con el Reglamento de la FIFA sobre Agentes de Fútbol, en los contratos de trabajo que se formalicen tras la prestación de los servicios del agente de fútbol deberán figurar el nombre del agente, su cliente, su número de licencia de la FIFA y su firma.
4. La validez del contrato no podrá depender de los siguientes factores:
 - a) la concesión de un permiso de trabajo o de residencia;
 - b) la obligación de poseer una licencia de entrenadores específica, o
 - c) cualquier otro requisito de índole administrativa o regulatoria.
5. En el proceso de contratación, los clubes y las asociaciones deben actuar con la debida diligencia para garantizar que el entrenador reúna los requisitos necesarios para ser contratado (p. ej. poseer la licencia de entrenador requerida) y cumpla sus obligaciones.
6. Las cláusulas contractuales que concedan al club o a la asociación un plazo adicional para pagar al entrenador las cantidades vencidas según lo estipulado en el contrato (los llamados «periodos de gracia») no serán reconocidas. No obstante, los periodos de gracia contenidos en los convenios colectivos negociados de forma válida por representantes de empleadores y empleados en el ámbito nacional de conformidad con la legislación nacional serán jurídicamente vinculantes y reconocidos. Los contratos ya existentes en el momento de entrada en vigor de esta disposición no se verán afectados por la presente prohibición.

3. Cumplimiento de contratos

Los contratos solo podrán rescindirse en su fecha de vencimiento o de mutuo acuerdo.

4. Rescisión de contratos por causa justificada

1. En el caso de que exista una causa justificada, cualquier parte puede rescindir un contrato sin pagar indemnización.
2. Cualquier conducta abusiva de una parte que tenga como objetivo forzar a su contraparte a rescindir un contrato o modificar los términos de este, constituirá una causa justificada de rescisión para la contraparte.

5. Rescisión de contratos por causa justificada debido a la existencia de salarios pendientes

1. En caso de que, contraviniendo la legalidad, un club o asociación adeude a un entrenador al menos dos salarios mensuales vencidos, se considerará que el entrenador tiene causa justificada para rescindir el contrato, siempre y cuando haya puesto en mora al club o asociación deudora por escrito y le haya otorgado un plazo de al menos quince días para cumplir con sus obligaciones económicas. En este sentido, podrán ser tomadas en cuenta las estipulaciones divergentes con lo anterior que consten en contratos ya existentes en el momento de entrada en vigor de la presente disposición.
2. En el caso de los salarios cuya periodicidad no sea mensual, se calculará de manera prorrateada la cantidad equivalente a dos meses. El retraso en el pago de una cantidad equivalente a un mínimo de dos mensualidades también se considerará como causa justificada de rescisión del contrato por parte del entrenador, siempre y cuando haya notificado su rescisión conforme al apdo. 1 precedente.
3. Los convenios colectivos negociados de forma válida entre representantes de empleadores y empleados en el ámbito nacional de conformidad con la legislación nacional podrán divergir de los principios estipulados en los apdos. 1 y 2 precedentes. Los términos de dichos acuerdos prevalecerán frente al presente reglamento.

6. Consecuencias de la rescisión de contratos sin causa justificada

1. En todos los casos, la parte que incumple el contrato se obliga a pagar una indemnización.
2. Salvo que se estipule lo contrario en el contrato, la indemnización por incumplimiento contractual se calculará como sigue:

Indemnización a favor del entrenador

- a) En caso de que el entrenador no haya firmado ningún contrato tras la rescisión de su contrato anterior, por norma general, la indemnización equivaldrá al valor residual del contrato que se haya rescindido de forma prematura;
- b) En caso de que el entrenador haya firmado un nuevo contrato en el momento de la decisión, el valor del nuevo contrato durante el periodo correspondiente al tiempo restante del contrato rescindido prematuramente se deducirá del valor residual del contrato que haya sido rescindido prematuramente (la «indemnización reducida»). Asimismo, y siempre y cuando el contrato



se haya rescindido prematuramente por la existencia de deudas vencidas, además de la indemnización reducida, el entrenador tendrá derecho a percibir una cantidad correspondiente a tres salarios mensuales (la «indemnización adicional»). En caso de circunstancias graves, la indemnización adicional podrá incrementarse hasta un máximo de seis salarios mensuales. La indemnización total no superará, bajo ningún concepto, el valor residual del contrato rescindido prematuramente.

- c) Los convenios colectivos negociados de forma válida entre representantes de empleadores y empleados en el ámbito nacional de conformidad con la legislación nacional podrán divergir de los principios estipulados con anterioridad. Los términos de dichos convenios prevalecerán frente al presente reglamento.

Indemnización a favor del club o de la asociación

- d) La indemnización se calculará a partir de los daños y gastos ocasionados al club o la asociación como consecuencia de la rescisión del contrato. En particular, se tendrá en cuenta la remuneración restante y otros beneficios que correspondan al entrenador en virtud del contrato rescindido prematuramente y/o en virtud del nuevo contrato, los pagos y gastos generados para el club anterior (amortizados a lo largo de la duración del contrato) y el principio de las características del deporte.

3. El derecho a una indemnización no puede cederse a terceros.

4. Se sancionará a toda persona sujeta a los Estatutos de la FIFA que actúe de cualquier forma que induzca al incumplimiento de un contrato entre un entrenador y un club o asociación.

7. Deudas vencidas

1. Se solicita a los clubes y asociaciones que cumplan con las obligaciones económicas contraídas con entrenadores conforme a las condiciones estipuladas en los contratos firmados con estos últimos.

2. De conformidad con el apdo. 4 del presente artículo, podrá sancionarse a aquellos clubes o asociaciones que se retrasen en sus pagos más de 30 días sin la existencia, prima facie, de base contractual que lo contemple.

3. Para considerar que un club o asociación tiene deudas vencidas en el sentido recogido en el presente artículo, el acreedor (entrenador) deberá haber puesto en mora al club o asociación deudora por escrito y haberle otorgado un plazo de diez días como mínimo para cumplir con sus obligaciones económicas.

4. En el ámbito de sus competencias, el Tribunal del Fútbol podrá imponer las siguientes sanciones:
 - a) advertencia;
 - b) apercibimiento;
 - c) multa.
5. Las sanciones previstas en el apdo. 4 anterior se podrán imponer de manera acumulativa.
6. La reincidencia en una infracción se considerará como agravante y conllevará una pena más severa.
7. En caso de rescisión unilateral de la relación contractual, los términos del presente artículo se entienden sin perjuicio del pago de una indemnización conforme al art. 6, apdo. 2 de este anexo.

8. Consecuencias de la omisión del pago puntual de cantidades adeudadas

1. Cuando:
 - a) el Tribunal del Fútbol ordene a una parte (un club, un entrenador o una asociación) que efectúe el pago de una suma de dinero (sumas pendientes o indemnización) a otra parte (un club, un entrenador o una asociación), también deberá incluir en su decisión las consecuencias de la omisión del pago puntual de las cantidades adeudadas;
 - b) las partes en una disputa acepten (o no rechacen) una propuesta de la Secretaría General de la FIFA conforme a las Reglas de procedimiento del Tribunal del Fútbol, también se deberán incluir en la carta de confirmación las consecuencias de la omisión del pago puntual de las cantidades adeudadas.
2. Dichas consecuencias serán las siguientes:
 - a) para un club: la prohibición de inscribir nuevos jugadores, tanto en el ámbito nacional como en el internacional, hasta que se abonen las cantidades adeudadas. La duración total máxima de dicha prohibición, incluidas las posibles sanciones deportivas, será de hasta tres periodos de inscripción completos y consecutivos, con sujeción al apdo. 7 del presente artículo;
 - b) para una asociación: restricción para recibir un porcentaje de los fondos de desarrollo hasta que se abonen las cantidades adeudadas, con sujeción al apdo. 7 del presente artículo;



- c) para un entrenador: restricción para participar en cualquier actividad relacionada con el fútbol hasta que se abonen las cantidades adeudadas. La duración total máxima de dicha restricción, incluidas las posibles sanciones deportivas, será de hasta seis meses, con sujeción al apdo. 7 del presente artículo.

3. Tales consecuencias podrán omitirse cuando el Tribunal del Fútbol haya sido informado de que el club o la asociación deudora esté en situación de insolvencia en virtud de la legislación nacional pertinente y no esté legitimada para cumplir con una orden.

4. Si se aplican dichas consecuencias, el deudor deberá pagar al completo la cantidad pendiente (incluidos todos los intereses aplicables) al acreedor en el plazo de 45 días desde la notificación de la decisión.

5. El plazo de 45 días empezará en cuanto se notifique la decisión o se envíe la carta de confirmación.

- a) El plazo quedará detenido si se solicita debidamente el fundamento íntegro de la decisión. El plazo se reanudará tras la notificación del fundamento íntegro de la decisión.
- b) El plazo también se verá detenido por un recurso ante el Tribunal de Arbitraje Deportivo.

6. El deudor abonará el pago completo (incluidos todos los intereses aplicables) en la cuenta bancaria indicada por el acreedor, según se estipule en la decisión o en la carta de confirmación.

7. Si el deudor no abona el pago completo (incluidos todos los intereses aplicables) en el plazo fijado, y la decisión es firme y vinculante:

- a) el acreedor podrá solicitar a la FIFA que imponga el cumplimiento de las consecuencias;
- b) tras recibir dicha solicitud, la FIFA informará al deudor sobre la aplicación de las consecuencias;
- c) las consecuencias serán de aplicación inmediata tras la notificación de la FIFA, incluso, para disipar cualquier duda, si se aplican mientras esté abierto el periodo de inscripción. En tales casos, el tiempo restante de ese periodo de inscripción será el primer periodo de inscripción «completo» a efectos del apdo. 2 a);
- d) las consecuencias solo se revocarán de conformidad con el apdo. 8 del presente artículo.

8. Para que se revoquen las consecuencias una vez impuestas, el deudor debe proporcionar un comprobante de pago a la FIFA por la cuantía completa (incluidos todos los intereses aplicables).
- a) Tras recibir el comprobante de pago, la FIFA solicitará inmediatamente al acreedor que confirme la recepción del pago completo en un plazo de cinco días.
 - b) Tras recibir la confirmación del acreedor, o tras la finalización del plazo si no se recibiese respuesta, la FIFA notificará a las partes la revocación de las consecuencias.
 - c) Las consecuencias se revocarán inmediatamente tras la notificación de la FIFA.
 - d) Sin perjuicio de lo anterior, si no se ha abonado el pago completo (incluidos todos los intereses aplicables), las consecuencias seguirán en vigor hasta que se cumplan en su totalidad.
9. En aras de la claridad, las disposiciones del art. 25 también son de aplicación al presente anexo.



ANEXO

Transferencias internacionales de jugadores y sistema de correlación de transferencias



TÍTULO I. REGLAS GENERALES

1. Objetivos

1. El sistema de correlación de transferencias (TMS) está diseñado para cumplir los objetivos del sistema de transferencias del fútbol.
2. Además, el TMS tiene los siguientes objetivos específicos:
 - a) supervisar y regular el procedimiento de las b. transferencias internacionales de jugadores;
 - b) informar a las autoridades futbolísticas sobre el sistema de transferencias del fútbol;
 - c) mejorar la transparencia, la eficiencia y la credibilidad del sistema de transferencias internacionales del fútbol;
 - d) distinguir claramente entre los diversos pagos relativos a las transferencias internacionales de jugadores de fútbol; y
 - e) garantizar la protección de los menores de edad.

2. Ámbito de aplicación

1. El presente anexo regula el procedimiento para las transferencias internacionales de jugadores en el TMS.

2. Es obligatorio que las asociaciones y clubes utilicen el TMS para las transferencias internacionales de jugadores profesionales y aficionados de fútbol once.
3. La FIFA permite a las asociaciones y clubes acceder al TMS sin coste alguno. No se cobrará a nadie por ninguna actividad realizada en el TMS.

TÍTULO II. USUARIOS DEL TMS

3. Disposiciones generales

1. En el marco de las transferencias internacionales de jugadores, los usuarios del TMS estarán autorizados a ejecutar acciones en el TMS en nombre del club o la asociación, conforme a los permisos que les hayan sido concedidos por la FIFA
2. La Secretaría General de la FIFA está autorizada a ejecutar las acciones previstas en este anexo.

4. Procedimiento para obtener acceso al TMS

1. Solo los usuarios autorizados por la FIFA tienen acceso al TMS.

Asociaciones

2. Para acceder al TMS por primera vez, la asociación deberá nombrar al menos a dos usuarios del TMS, que deberán recibir una formación específica por parte de la FIFA.
3. Las asociaciones podrán nombrar a un nuevo usuario del TMS en todo momento. El nuevo usuario del TMS deberá ser formado por un usuario autorizado ya existente en la asociación. Al finalizar la formación, la asociación deberá enviar una solicitud de nuevo usuario a través del TMS.

Clubes

4. Para acceder al TMS por primera vez, el club nombrará al menos a un usuario del TMS, que recibirá la formación de la asociación a la que esté afiliado el club. Al finalizar la formación, la asociación deberá enviar una solicitud de nuevo usuario a través del TMS.
5. Los clubes podrán nombrar a un nuevo usuario del TMS en todo momento. El nuevo usuario del TMS deberá ser formado por un usuario autorizado ya existente en el club. A falta de usuarios del TMS ya en activo, será la asociación a la que esté afiliado el club quien imparta la formación. Al finalizar la formación, la asociación deberá enviar una solicitud de nuevo usuario a través del TMS.



5. Requisitos del usuario del TMS

1. Los requisitos que debe reunir la persona para ser usuaria del TMS son:
 - a) ser empleada directa del club o asociación. A falta de empleados, podrían permitirse voluntarios o miembros de los órganos ejecutivos;
 - b) haber sido formada para usar el TMS por un usuario del TMS de la asociación o club en cuestión, o haber cursado el programa de formación en línea del TMS;
 - c) tener nociones básicas de informática;
 - d) tener un buen nivel de al menos uno de los siguientes idiomas oficiales de la FIFA: español, francés o inglés;
 - e) superar un control de antecedentes de la FIFA que constate que la persona no ha sido condenada por un delito penal relacionado con, entre otros, asuntos como: crimen organizado, tráfico de drogas, corrupción, cohecho, blanqueo de capitales, evasión fiscal, fraude, amaño o manipulación de partidos, malversación de fondos, apropiación indebida, incumplimiento de obligaciones fiduciarias, falsificación, mala praxis legal, abuso sexual, agresiones físicas, acoso, explotación o tráfico de niños o jóvenes en situación vulnerable;
 - f) no puede ser usuaria activa del TMS de más de una entidad al mismo tiempo;
 - g) no puede ejercer un cargo ni realizar actividades que puedan generar un conflicto de intereses;
 - h) no puede ser jugador de fútbol profesional;
 - i) no puede ser agente de fútbol;
 - j) proporcionar una dirección de correo electrónico personal (corporativa, a ser posible) que no sea general ni compartida; y
 - k) tener al menos 18 años.
2. Las asociaciones podrán añadir requisitos mínimos para los usuarios del TMS de su jurisdicción.

TÍTULO III. OBLIGACIONES

6. Obligaciones generales: clubes y asociaciones

1. Los clubes y asociaciones son responsables de todas las acciones que realicen sus usuarios del TMS.

2. Los clubes y asociaciones siempre deberán:

- a) actuar de buena fe;
- b) cumplir los Estatutos de la FIFA y toda la reglamentación de la FIFA;
- c) comunicar a la FIFA toda sospecha de incumplimiento de la reglamentación de la FIFA;
- d) respetar la confidencialidad de todos los datos contenidos en el TMS, emplear el mayor cuidado posible para garantizar la confidencialidad absoluta y solo usar los datos confidenciales con el objetivo de completar las transferencias de jugadores en las que participan directamente;
- e) asegurarse de que solo sus usuarios del TMS autorizados accedan al TMS en su nombre;
- f) acceder el TMS periódicamente para asegurarse de cumplir con sus obligaciones en todo momento;
- g) realizar las acciones pendientes del TMS sin demora;
- h) asegurarse de contar con el equipo, la formación y los conocimientos necesarios para cumplir con sus obligaciones;
- i) usar el TMS solo con los objetivos establecidos en la reglamentación de la FIFA;
- j) comprobar que la dirección de correo electrónico de todos los usuarios del TMS autorizados sea válida y esté en funcionamiento;
- k) solicitar la desactivación de una cuenta de usuario del TMS si este ya no está autorizado a usar el TMS en su nombre;
- l) velar por que la información introducida sea veraz y correcta;
- m) velar por que la documentación introducida en el TMS sea veraz, completa y legible. Los documentos que se carguen deberán corresponderse con el tipo de documentación solicitada (es decir, no debe cargarse un «contrato de trabajo» en el apartado «contrato de transferencia»). Los documentos deberán estar en formato PDF; y
- n) si así lo solicita la Secretaría General de la FIFA, se deberá cargar la traducción de un documento (o un fragmento del mismo) en uno de los siguientes idiomas oficiales de la FIFA: español, francés o inglés.

3. A fin de garantizar que tanto los clubes como las asociaciones cumplan con sus obligaciones con arreglo al presente anexo, la Secretaría General de la FIFA investigará los asuntos relacionados con transferencias internacionales de jugadores. Los clubes y asociaciones deberán colaborar con todas las posibles investigaciones que realice la FIFA sobre las transferencias internacionales de jugadores y el uso que hagan los clubes y asociaciones del TMS. En particular, deberán colaborar con el esclarecimiento de los hechos y responder, dentro de los plazos establecidos, a las solicitudes de documentación, información o cualquier otro material de cualquier naturaleza que obre en su poder o, si no fuera el caso, que legítimamente esté a su alcance, dentro de los plazos establecidos por la FIFA.



7. Obligaciones específicas: clubes

Los clubes con acceso al TMS deberán:

- a) tener siempre al menos un usuario del TMS;
- b) comprobar que sus datos de contacto, es decir, la dirección, el teléfono y el correo electrónico, sean correctos y estén siempre actualizados;
- c) comprobar que sus datos bancarios sean válidos y estén siempre actualizados;
- d) introducir y confirmar las órdenes de transferencia y, cuando corresponda, comprobar que la información solicitada coincida (v. art. 10 del presente anexo); y
- e) declarar todos los pagos efectuados en el marco de las transferencias internacionales.

8. Obligaciones específicas: asociaciones

1. Las asociaciones deberán:

- a) supervisar la actividad de sus clubes afiliados en el TMS para verificar que cumplan con este anexo, e informar a la FIFA de todo posible incumplimiento;
- b) tener siempre al menos dos usuarios del TMS autorizados;
- c) impartir formación continua sobre el TMS a sus clubes afiliados;
- d) comprobar que sus datos de contacto, es decir, la dirección, el número de teléfono y el correo electrónico, así como los de sus clubes afiliados, sean correctos y estén siempre actualizados;
- e) comprobar que sus datos bancarios sean válidos y estén siempre actualizados;
- f) indicar la categoría de formación de sus clubes afiliados;
- g) comprobar que sus clubes afiliados y sus jugadores inscritos reciban un FIFA ID y, cuando se requiera, resolver los duplicados de sus clubes afiliados y jugadores inscritos sin demora;
- h) confirmar o rechazar jugadores de reciente creación (v. art. 13 del presente anexo);
- i) llevar a cabo el procedimiento del CTI (v. art. 11 del presente anexo);
- j) introducir las transferencias de jugadores aficionados en nombre de sus clubes afiliados sin acceso al TMS (v. art. 10 del presente anexo); y

- k) introducir la información correspondiente a las fechas de los periodos de competición, la temporada y el periodo de inscripción, según corresponda (v. art. 6 del reglamento), al menos doce meses antes del primer partido de la temporada en cuestión de las siguientes competiciones, si corresponde;
 - i. competiciones masculinas profesionales;
 - ii. competiciones femeninas profesionales;
 - iii. competiciones de aficionados (masculinas y femeninas).

2. La asociación podrá modificar en el TMS las fechas de los periodos de inscripción que ya se hayan introducido en el sistema antes de que comiencen. Estas modificaciones se notificarán a la FIFA. Una vez iniciado el periodo de inscripción, no podrán alterarse las fechas.

9. Función de la FIFA

La Secretaría General de la FIFA será responsable de:

- a) asistir a los usuarios del TMS en asuntos técnicos y de normativa;
- b) gestionar el acceso de los usuarios del TMS;
- c) brindar formación y apoyo continuos a las asociaciones y clubes;
- d) introducir en el TMS las sanciones aplicadas a clubes o asociaciones;
- e) gestionar los procedimientos especiales indicados en este anexo;
- f) investigar posibles infracciones de la normativa de la FIFA relativa al uso del TMS; y
- g) imponer sanciones administrativas por el incumplimiento de este anexo (v. art. 17 del presente anexo).

TÍTULO IV. PROCESO DE TRANSFERENCIA DE JUGADORES

10. Clubes: creación de la orden de transferencia

1. Al crear órdenes de transferencia, los clubes deberán introducir los datos y cargar la documentación justificativa sobre:
- a) el tipo de orden;
 - b) los jugadores que se traspanan;
 - c) los datos de la transferencia;
 - d) las partes implicadas en la transferencia.



2. Respecto a la orden de transferencia, los clubes deberán especificar si:

- a) es para contratar o liberar a un jugador;
- b) es permanente o en préstamo;
- c) en su nuevo club, el jugador tendrá un d. contrato profesional o aficionado, y
- d) si está vinculada a una orden de transferencia de préstamo anterior, deberán señalar el motivo de la nueva transferencia:
 - i. regreso del préstamo;
 - ii. prolongación del préstamo;
 - iii. cesión en préstamo que pasa a ser una transferencia permanente;
 - iv. finalización del préstamo (esto es, el contrato de préstamo entre los clubes ha finalizado y el contrato de trabajo del jugador en el club anterior también ha finalizado).

3. Respecto al jugador objeto de la transferencia, los clubes indicarán la siguiente información, según corresponda por el tipo de orden de transferencia:

- a) estatus del jugador (aficionado o profesional) en el club anterior;
- b) nombre, nacionalidad(es), fecha de nacimiento y sexo;
- c) en caso de préstamos, si el jugador fue formado por un club (v. definición 31 del reglamento) y si el préstamo se produce antes del final de la temporada del club anterior en la que el profesional cumple los 21 años;
- d) fechas de inicio y finalización del contrato del jugador con el club anterior;
- e) fechas de inicio y finalización del contrato del jugador con el nuevo club;
- f) remuneración fija estipulada en el contrato de trabajo con el nuevo club; y
- g) motivo de la terminación del contrato de trabajo del jugador con el club anterior.

4. Respecto a los datos de la transferencia, los clubes indicarán la siguiente información, según corresponda por el tipo de orden de transferencia:

- a) si existe un acuerdo de transferencia con el club anterior; para que no haya lugar a dudas, se incluye todo acuerdo según el cual el club anterior renuncie al derecho a percibir compensaciones por formación a cambio de otro pago conforme al art. 10, apdo. 4 d) del presente anexo;
- b) la fecha de celebración del acuerdo de transferencia;
- c) las fechas de inicio y finalización del contrato de préstamo;

- d) si la transferencia se realiza a cambio de alguno de los siguientes pagos:
 - i. pago fijo por la transferencia, incluidos el importe y las cuotas, de haberlas;
 - ii. cuota de liberación (compra), incluidos el importe y las cuotas, de haberlas;
 - iii. variables por transferencia, incluidos el importe y las condiciones detalladas; o
 - iv. prima de reventa, incluido el porcentaje acordado.
- e) moneda en que se realiza el pago;
- f) datos de la cuenta bancaria del club; y
- g) declaración sobre la influencia y declaración sobre la propiedad de los derechos económicos del jugador por parte de terceros (v. arts. 18bis y 18ter del presente reglamento).

5. En cuanto a las partes implicadas en la transferencia, los clubes deberán indicar la siguiente información, según corresponda:

- a) el club anterior del jugador;
- b) la asociación anterior del jugador;
- c) el nuevo club del jugador;
- d) la nueva asociación del jugador;
- e) el nombre del agente del club, comisión y toda comisión pagada al agente de fútbol; y
- f) el nombre del agente del jugador.

6. Los clubes están obligados a cargar la siguiente documentación justificativa obligatoria sobre la información introducida en el TMS, según corresponda por el tipo de orden de transferencia.

- a) el nuevo club:
 - i. prueba de la identidad del jugador (pasaporte o documento nacional de identidad);
 - ii. prueba de la fecha de finalización del último contrato de trabajo del jugador y motivo de la rescisión;
 - iii. el contrato de trabajo del jugador con el nuevo club; y
 - iv. el contrato de transferencia (si es permanente o en préstamo) entre el nuevo club y el anterior. Cuando corresponda, deberá cargarse en el TMS cualquier enmienda introducida nada más realizarse.



- v. Copia del contrato de representación formalizado con un agente de fútbol, si corresponde, en un plazo de 14 días a partir de darse dicha circunstancia. Cuando corresponda, deberán cargarse en el TMS copias de las modificaciones del contrato en cuestión, en un plazo de 14 días a partir de darse dicha circunstancia.
 - vi. Copia de otros contratos formalizados con agentes de fútbol que no sean contratos de representación, si corresponde, en un plazo de 14 días a partir de darse dicha circunstancia. Cuando corresponda, deberán cargarse en el TMS copias de las modificaciones del contrato en cuestión, en un plazo de 14 días a partir de darse dicha circunstancia.
- b) el club anterior:
- i. cuando se declare propiedad de los derechos económicos del jugador por parte de terceros (v. art. 10, apdo. 4 g) del presente anexo), el acuerdo con terceros; y
 - ii. en caso de préstamos, prueba de que el profesional es un jugador formado por un club (v. art. 10, apdo. 3 c) del presente anexo).
 - iii. Copia del contrato de representación formalizado con un agente de fútbol, si corresponde, en un plazo de 14 días a partir de darse dicha circunstancia. Cuando corresponda, deberán cargarse en el TMS copias de las modificaciones del contrato en cuestión, en un plazo de 14 días a partir de darse dicha circunstancia.
 - iv. Copia de otros contratos formalizados con agentes de fútbol que no sean contratos de representación, si corresponde, en un plazo de 14 días a partir de darse dicha circunstancia. Cuando corresponda, deberán cargarse en el TMS copias de las modificaciones del contrato en cuestión, en un plazo de 14 días a partir de darse dicha circunstancia.

7. Una vez introducida toda la información y con toda la documentación obligatoria cargada, el club o clubes confirmarán la transferencia en el TMS sin demora y antes de que finalice el periodo de inscripción de la nueva asociación (salvo para las excepciones previstas en el art. 6, del presente reglamento).

8. En el caso de transferencias internacionales con acuerdo de transferencia (ya sea permanente o en préstamo), ambos clubes deberán:

- a) con independencia del otro, introducir y confirmar la orden de transferencia en cuanto se concrete el acuerdo;
- b) comprobar que la información solicitada coincide; y
- c) colaborar para resolver posibles excepciones de correlación.

9. Este artículo también se aplica cuando las asociaciones introducen la transferencia de un jugador aficionado en nombre de un club afiliado sin acceso al TMS.

11. Asociaciones: procedimiento del CTI e inscripción del jugador

1. Una vez creada la orden de transferencia (v. art. 10 del presente anexo) y, si corresponde, cuando se haya confirmado al jugador (v. art. 13 del presente anexo):
 - a) se notificará a través del TMS a la nueva asociación que la orden de transferencia espera la solicitud del CTI;
 - b) una vez recibida esta notificación, la nueva asociación podrá solicitar en el TMS que la asociación anterior entregue el CTI del jugador;
 - c) a más tardar, el CTI se solicitará el último día del periodo de inscripción de la nueva asociación para que se haga la transferencia durante dicho periodo. Si se realiza la solicitud del CTI una vez cerrado el periodo de inscripción pertinente de la nueva asociación (salvo para las excepciones previstas en el art. 6, del presente reglamento), su estado cambiará a «excepción de validación» (v. art. 14, apdo. 1 c) del presente anexo); y
 - d) en las transferencias internacionales de jugadores menores de edad, solo se podrá solicitar el CTI cuando el Tribunal del Fútbol haya aprobado la solicitud de menores correspondiente o cuando se haya inscrito al jugador conforme a la exención limitada para menores (v. art. 19 del presente reglamento).
2. En los casos en que el jugador fuera profesional en su club anterior, tras la notificación de la solicitud del CTI la asociación anterior pedirá de inmediato al club anterior que confirme si:
 - a) el contrato de trabajo ha vencido; o
 - b) la rescisión anticipada fue de mutuo acuerdo.
3. En un plazo de siete días tras la fecha de la solicitud del CTI, la asociación anterior deberá:
 - a) entregar el CTI a la nueva asociación; o bien
 - b) rechazar la solicitud del CTI, escoger el motivo del rechazo y cargar una declaración justificativa debidamente firmada. Solo se rechazará el CTI cuando:
 - i. el contrato laboral entre el club anterior y el jugador profesional no haya vencido; o
 - ii. su rescisión anticipada no se haya producido de mutuo acuerdo.
4. Al entregar el CTI, la asociación anterior cargará una copia de toda documentación pertinente relativa a las sanciones disciplinarias impuestas al jugador y, si procede, su extensión al ámbito mundial (v. art. 12 del presente reglamento).



5. Al entregar el CTI, la nueva asociación acusará recibo, introducirá la información de la inscripción del jugador en cuestión en el TMS e inscribirá al jugador en el sistema electrónico de registro de jugadores sin demora.
6. Si la asociación anterior no responde a la solicitud de CTI en un plazo de siete días, la nueva asociación podrá inscribir al jugador en el nuevo club e introducir en el TMS la información de la inscripción del jugador en cuestión.
7. La nueva asociación solo acusará recibo del CTI (v. apdo. 5) o confirmará la inscripción en el TMS (v. apdo. 6) si el jugador va a ser inscrito en el nuevo club.
8. Si la asociación anterior rechaza la solicitud del CTI, la nueva asociación deberá:
 - a) aceptar el rechazo, en cuyo caso se cancelará la transferencia; o
 - b) impugnar el rechazo, en cuyo caso el estado de la transferencia pasará a ser excepción de validación. En este caso, a petición de la nueva asociación, el Tribunal del Fútbol de la FIFA podrá autorizar la inscripción del jugador sin perjuicio de posibles reclamaciones que se presenten ante la FIFA conforme al art. 22 del reglamento.
9. El jugador no podrá jugar con su nuevo club hasta que la nueva asociación cumpla una de las siguientes opciones:
 - a) acuse recibo del CTI, introduzca la información de la inscripción del jugador en el TMS e inscriba al jugador en el sistema electrónico de registro de jugadores;
 - b) inscriba al jugador en el sistema electrónico de registro de jugadores e introduzca la información de la inscripción del jugador en el TMS cuando:
 - i. no reciba respuesta a la solicitud del CTI en un plazo de siete días; o
 - ii. el Tribunal del Fútbol de la FIFA autorice la inscripción del jugador.
10. Todas las inscripciones descritas en el apdo. 9 tienen el mismo efecto y validez.

12. Pagos

1. Los clubes deberán declarar todos los pagos de club a club efectuados en el marco de las transferencias internacionales (v. art. 11, apdo. 4 del Reglamento de la Cámara de Compensación de la FIFA). Al declarar la ejecución del pago, el nuevo club deberá cargar el comprobante de pago pertinente en el TMS en un plazo de 30 días.
2. Cuando un pago entre clubes deje de tener validez, los clubes implicados deberán solicitar el cierre forzoso de la transferencia sin demora.

3. Los clubes deberán declarar todo pago en relación con un acuerdo de representación formalizado con un agente de fútbol. Al declarar la ejecución del pago, el club en cuestión deberá cargar el comprobante de pago pertinente en el TMS en un plazo de 14 días.
4. Los clubes deberán declarar todo pago en relación con un acuerdo con un agente de fútbol que no esté vinculado con un acuerdo de representación. Al declarar la ejecución del pago, el club en cuestión deberá cargar el comprobante de pago pertinente en el TMS en un plazo de 14 días.

TÍTULO V. PROCEDIMIENTOS DE CARÁCTER ESPECIAL

13. Confirmación del jugador

1. Si el jugador objeto de la transferencia no consta en el TMS, el club que primero introduzca la orden de transferencia en el sistema creará su perfil. Lo mismo se aplica en el caso de las asociaciones que introduzcan órdenes de transferencia de jugadores aficionados en nombre de sus clubes afiliados sin acceso al TMS.
2. Solo se iniciará el proceso del CTI cuando la asociación anterior haya verificado, corregido (de ser necesario) y confirmado los datos del jugador recientemente creado. Al confirmar al jugador, la asociación anterior confirma que esta fue la última donde estuvo inscrito el jugador en cuestión y que los datos sobre su identidad (nombre, nacionalidad, fecha de nacimiento y sexo) son correctos.
3. La asociación anterior deberá rechazar al jugador recién creado si este no estuviera inscrito en ella en el momento de producirse la transferencia.
4. La confirmación del jugador deberá hacerse sin demora.

14. Excepciones de validación

1. La excepción de validación podrá aparecer en los siguientes casos:
 - a) el jugador tiene menos de 18 años y no se ha aceptado aún la solicitud de menores correspondiente;
 - b) el nuevo club está sancionado y no puede inscribir nuevos jugadores;
 - c) el nuevo club y/o el club anterior han superado el límite de préstamos (v. art. 10 del presente reglamento);
 - d) la fecha de solicitud del CTI está fuera del periodo de inscripción de la nueva asociación, y no se aplican las excepciones del art. 6, del reglamento; o
 - e) la asociación anterior ha rechazado la solicitud de CTI y la nueva asociación ha impugnado esa decisión.



2. Las solicitudes de intervención en las excepciones de validación se presentarán a través del TMS. Una vez recibida la solicitud de la asociación afectada, la Secretaría General de la FIFA la valorará y, si se requiere, remitirá el caso a la Cámara del Estatuto del Jugador del Tribunal del Fútbol. Este tipo de solicitudes, así como la documentación justificativa, se presentarán exclusivamente en uno de los siguientes idiomas oficiales de la FIFA: español, francés o inglés. Cada caso se valorará de forma individual según sus características y circunstancias particulares.

15. Cancelación

1. Por regla general, las órdenes de transferencia con información incorrecta deberán cancelarse.
2. Los clubes, o la nueva asociación que actúe en nombre de un club en una transferencia de aficionados, podrán cancelar la orden de transferencia antes de que se solicite el CTI.
3. Si ya se ha solicitado el CTI, solo las asociaciones pertinentes podrán solicitar la cancelación en el TMS, indicando el motivo y especificando la información correcta.
4. En este caso, la asociación contraria aceptará o cuestionará la solicitud de cancelación.
 - a) Si acepta la solicitud, se cancelará la transferencia.
 - b) Si cuestiona la solicitud, la asociación correspondiente cargará una declaración justificativa en el TMS y contactará con la Secretaría General de la FIFA para resolver la disputa.

TÍTULO VI. ENTRADA EN VIGOR

16. Aspectos generales

1. Se impondrán sanciones a los clubes y asociaciones que infrinjan lo dispuesto en el presente anexo, incluidas las infracciones cometidas por sus usuarios del TMS.
2. Será responsabilidad de la Secretaría General de la FIFA investigar las infracciones de las disposiciones contenidas en el presente anexo.
3. Será responsabilidad de la Comisión Disciplinaria de la FIFA imponer sanciones por las infracciones de las disposiciones contenidas en el presente anexo conforme a lo dispuesto en el Código Disciplinario de la FIFA.

17. Procedimiento de sanción administrativa

1. Sin perjuicio de las competencias de la Comisión Disciplinaria de la FIFA, la Secretaría General de la FIFA tendrá competencia para imponer las sanciones contempladas en el procedimiento de sanción administrativa (PSA) detallado a continuación.
2. El PSA se ocupa de las infracciones del presente anexo de naturaleza principalmente técnica o administrativa.
3. De detectarse este tipo de infracción, se procederá de la siguiente manera:
 - a) la Secretaría General de la FIFA contactará con la asociación o club para identificar la infracción, solicitar una declaración u otra información dentro de un plazo establecido y, si corresponde, solicitar que se rectifique la situación;
 - b) una vez recibida la declaración o información, o una vez transcurrido el plazo para enviarlas, la Secretaría General de la FIFA podrá remitir una carta de sanción administrativa con la sanción impuesta, si corresponde;
 - c) la parte podrá aceptar o rechazar la sanción y, en este caso, solicitar la apertura de procedimientos disciplinarios ante la Comisión Disciplinaria de la FIFA. Si la parte acepta la sanción, la misma será ejecutable a partir de la fecha de la aceptación;
 - d) si la parte acepta la sanción, la cumple (cuando corresponda) y rectifica la situación dentro del plazo establecido, se cerrará el caso;
 - e) si la parte no responde a la carta de sanción administrativa, responde con imprecisiones o de forma incompleta y/o no rectifica la situación o no cumple la sanción, se remitirá el caso a la Comisión Disciplinaria de la FIFA para que lo evalúe y adopte una decisión en consecuencia.
4. Sin perjuicio de otras sanciones que podrá imponer la Comisión Disciplinaria de la FIFA, mediante el PSA podrán imponerse las siguientes sanciones:
 - a) advertencia;
 - b) reprensión o apercibimiento; o
 - c) multa de hasta 30 000 CHF.

18. Plazos y notificaciones

Las cartas o decisiones notificadas por la Secretaría General de la FIFA a las partes a través del TMS o de la dirección de correo electrónico indicada por las partes en el TMS se considerarán medios válidos de notificación y serán suficientes para establecer plazos.



ANEXO

Indemnización por formación



1. Objetivo

1. La formación y la educación de un jugador se realizan entre los 12 y los 23 años. Por regla general, la indemnización por formación se pagará hasta la edad de 23 años por la formación efectuada hasta los 21 años de edad, a menos que sea evidente que un jugador ha terminado su proceso de formación antes de cumplir los 21 años. En tal caso, se pagará una indemnización por formación hasta el final del año natural en el que el jugador cumpla los 23 años, pero el cálculo de la suma de indemnización pagadera se basará en los años comprendidos entre los 12 años y la edad en que el jugador ha concluido efectivamente su formación.
2. La obligación de pagar una indemnización por formación existe sin perjuicio de cualquier otra obligación a pagar una indemnización por incumplimiento de contrato.

2. Pago de la indemnización por formación

1. Se debe una indemnización por formación:
 - a) cuando un jugador se inscribe por primera vez en calidad de profesional; o
 - b) cuando un jugador profesional es transferido entre clubes de dos asociaciones distintas (ya sea durante la vigencia o al término de su contrato) antes de finalizar el año natural de su 23.^{er} cumpleaños.

2. No se debe una indemnización por formación:
 - a) si el club anterior rescinde el contrato del jugador sin causa justificada (sin perjuicio de los derechos de los clubes anteriores);
 - b) si el jugador es transferido a un club de la 4.ª categoría, o
 - c) si el jugador profesional reasume su calidad de aficionado al realizarse la transferencia.
3. En los casos que estén sujetos al Reglamento de la Cámara de Compensación de la FIFA, el pago de la indemnización por formación se efectuará conforme a dicho reglamento.

3. Responsabilidad de pago de la indemnización por formación

1. En el caso de la primera inscripción como jugador profesional, el club en el que se inscribe el jugador es responsable del pago de la indemnización por formación, en un plazo de 30 días a partir de la inscripción, a todos los clubes en los que estuvo inscrito el jugador (de acuerdo con el historial de la carrera del jugador que figura en el pasaporte del jugador) y que han contribuido a la formación del jugador a partir del año natural en el que el jugador cumplió 12 años de edad. El monto pagadero se calculará prorratea, en función del periodo de formación del jugador con cada club. En el caso de transferencias subsiguientes del jugador profesional, la indemnización por formación se deberá solo al club anterior del jugador por el tiempo que efectivamente entrenó con ese club.
2. En los dos casos anteriores, el pago de una indemnización por formación se efectuará en el plazo de los 30 días siguientes a la inscripción del jugador profesional en la nueva asociación.
3. Una asociación tendrá derecho a recibir la indemnización por formación, la cual en principio se debería a uno de sus clubes afiliados, si logra aportar prueba irrefutable de que el club en el cual el profesional estuvo inscrito y se formó ya no participa en el fútbol organizado y/o ya no existe; en particular, por motivo de bancarrota, liquidación, disolución o pérdida de afiliación. Esta indemnización se destinará a programas de desarrollo del fútbol juvenil de la asociación o asociaciones en cuestión.



4. Costos de formación

1. A fin de calcular la indemnización de los costos de formación y educación, las asociaciones clasificarán a sus clubes en un máximo de 4 categorías, de acuerdo con sus inversiones financieras en la formación de jugadores. Los costos de formación se establecen para cada categoría y corresponden a la suma requerida para formar a un jugador durante un año, multiplicada por un «factor jugador», que es la relación entre el número de jugadores que deben formarse para producir un jugador profesional.
2. Los costos de formación, que se establecen por confederación para cada categoría de un club, así como la categorización de clubes de cada asociación, se publican en el sitio de internet oficial de la FIFA (www.fifa.com). Estos datos se actualizan al final de cada año civil. Las asociaciones deberán mantener al día en todo momento los datos referentes a la categoría de formación de sus clubes en el TMS (v. anexo 3).

5. Cálculo de la indemnización por formación

1. Por regla general, para calcular la indemnización por formación para el club o los clubes anteriores es necesario considerar los gastos que el nuevo club hubiese efectuado en caso de haber formado al jugador.
2. En consecuencia, la primera vez que un jugador se inscribe como profesional, la indemnización por formación pagadera se calcula con los costos de formación de la categoría del nuevo club multiplicados por el número de años de formación; en principio, a partir del año natural del 12.º cumpleaños del jugador al año natural de su 21.º cumpleaños. En el caso de transferencias subsiguientes, la indemnización por formación se calcula con los costos de formación de la categoría del nuevo club multiplicados por el número de años de formación con el club anterior.
3. Para garantizar que la indemnización por formación de jugadores muy jóvenes no se fije en niveles irracionalmente altos, los costos de formación de jugadores de los años naturales de sus 12 a 15 años de edad, es decir, cuatro años naturales, se basarán en los costos de formación y educación de clubes de la 4.ª categoría.
4. La Cámara de Resolución de Disputas podrá revisar disputas sobre el monto de una indemnización por formación y decidir un ajuste si el monto es obviamente desproporcionado en el caso revisado.

6. Disposiciones especiales para la UE/EEE

1. En la transferencia de jugadores de una asociación a otra dentro de la UE/ EEE, el monto de la indemnización por formación se definirá de la manera siguiente:
 - a) Si el jugador pasa de un club de una categoría inferior a otro de categoría superior, el cálculo se realizará conforme a los gastos promedio de los costos de formación de los dos clubes.
 - b) Si el jugador pasa de una categoría superior a una inferior, el cálculo se realizará conforme a los costos de formación del club de categoría inferior.
2. En el territorio de la UE/EEE, el último año natural de formación puede realizarse antes del año natural en el que el jugador cumpla sus 21 años de edad, si se comprueba que el jugador completó su formación antes de ese periodo.
3. Si el club anterior no ofrece al jugador un contrato, no se pagará una indemnización por formación a menos que el club anterior pueda justificar que tiene derecho a dicha indemnización. El club anterior debe ofrecer al jugador un contrato por escrito, remitido por correo certificado, a más tardar 60 días antes del vencimiento de su contrato vigente, sujeto a la siguiente excepción temporal. Esta oferta deberá ser, al menos, de un valor equivalente al contrato vigente. Esta disposición no será en perjuicio de los derechos a una indemnización por formación de los clubes anteriores del jugador.
 - i. La oferta del contrato puede hacerse por correo electrónico, siempre que el antiguo club reciba la confirmación del jugador de que ha recibido una copia de dicha oferta y puede proporcionar dicha confirmación en caso de cualquier disputa.

7. Medidas disciplinarias

La Comisión Disciplinaria de la FIFA podrá imponer medidas disciplinarias a clubes o jugadores que no cumplan las obligaciones estipuladas en este anexo.



ANEXO

Mecanismo de solidaridad



1. Contribución de solidaridad

1. Si un jugador profesional es transferido durante el periodo de vigencia de un contrato, el 5 % de cualquier indemnización pagada al club anterior dentro del marco de esta transferencia, salvo de la indemnización por formación, se deducirá del importe total de esta indemnización y será distribuida por el nuevo club como contribución de solidaridad entre el club o los clubes que a lo largo de los años hayan formado y educado al jugador. Esta contribución de solidaridad se realizará proporcionalmente, en función del número de años que el jugador ha estado inscrito en cada club durante los años naturales comprendidos entre la edad de 12 y 23 años, de la forma siguiente:

- a) Año natural del 12.º cumpleaños: 5 % del 5 % de cualquier indemnización
- b) Año natural del 13.º cumpleaños: 5 % del 5 % de cualquier indemnización
- c) Año natural del 14.º cumpleaños: 5 % del 5 % de cualquier indemnización
- d) Año natural del 15.º cumpleaños: 5 % del 5 % de cualquier indemnización
- e) Año natural del 16.º cumpleaños: 10 % del 5 % de cualquier indemnización
- f) Año natural del 17.º cumpleaños: 10 % del 5 % de cualquier indemnización
- g) Año natural del 18.º cumpleaños: 10 % del 5 % de cualquier indemnización
- h) Año natural del 19.º cumpleaños: 10 % del 5 % de cualquier indemnización
- i) Año natural del 20.º cumpleaños: 10 % del 5 % de cualquier indemnización
- j) Año natural del 21.º cumpleaños: 10 % del 5 % de cualquier indemnización
- k) Año natural del 22.º cumpleaños: 10 % del 5 % de cualquier indemnización
- l) Año natural del 23.º cumpleaños: 10 % del 5 % de cualquier indemnización

2. Los clubes formadores tienen derecho a percibir (una parte proporcional) del 5 % de la contribución de solidaridad en los siguientes casos:
- a) se realiza el traspaso definitivo o en calidad de préstamo de un jugador profesional entre clubes afiliados a asociaciones distintas;
 - b) se realiza el traspaso definitivo o en calidad de préstamo de un jugador profesional entre clubes afiliados a la misma asociación, siempre que el club formador esté afiliado a una asociación distinta.

2. Procedimiento de pago

1. En los casos que no estén sujetos al Reglamento de la Cámara de Compensación de la FIFA, el nuevo club deberá abonar al club o los clubes formadores la contribución de solidaridad conforme a las disposiciones precedentes, a más tardar dentro de los 30 días siguientes a la inscripción del jugador o, en el caso de pagos parciales, 30 días después de la fecha de dichos pagos.
2. En los casos que no estén sujetos al Reglamento de la Cámara de Compensación de la FIFA, es responsabilidad del nuevo club calcular el monto de la contribución de solidaridad y distribuirlo conforme al historial de la carrera del jugador, tal como figura en el pasaporte del jugador. Si es necesario, el jugador asistirá al nuevo club a cumplir con esta obligación.
3. En los casos que estén sujetos al Reglamento de la Cámara de Compensación de la FIFA, el pago de la contribución de solidaridad se efectuará conforme a dicho reglamento.
4. Una asociación tendrá derecho a recibir el porcentaje de la contribución de solidaridad, la cual en principio se debería a uno de sus clubes afiliados, si logra aportar prueba irrefutable de que el club en el que se formó y educó el profesional ya no participa en el fútbol organizado o ya no existe; en particular, por motivo de bancarrota, liquidación, disolución o pérdida de afiliación. Esta indemnización se destinará a programas de desarrollo del fútbol juvenil de la asociación o asociaciones en cuestión.
5. La Comisión Disciplinaria podrá imponer medidas disciplinarias a los clubes que no cumplan las obligaciones estipuladas en el presente anexo.



ANEXO

Reglas sobre el estatuto y la transferencia de jugadores de fútbol



1. **Ámbito de aplicación**

1. Las reglas sobre el estatuto y la transferencia de jugadores de fútbol forman parte del presente reglamento.
2. Estas reglas establecen las normas mundiales y obligatorias concernientes al estatuto de los jugadores de fútbol, su elegibilidad para participar en el fútbol organizado, así como su transferencia entre clubes de distintas asociaciones.
3. Estas reglas se aplican sin reservas a jugadores y jugadoras, tanto aficionados y aficionadas como profesionales, salvo que este anexo prevea alguna disposición especial aplicable.
4. La transferencia de jugadores de fútbol entre clubes pertenecientes a una misma asociación está sujeta a un reglamento específico redactado por la asociación conforme al artículo 1 del presente reglamento. Dicho reglamento deberá incluir:
 - a) los medios apropiados para proteger la estabilidad contractual, con el debido respeto a la legislación nacional obligatoria y a los convenios colectivos, así como los principios contenidos en el artículo 1, apartado 3, letra c) del presente reglamento; y
 - b) disposiciones para la resolución de disputas entre clubes y jugadores.
5. Las siguientes disposiciones del presente reglamento son obligatorias para el fútbol en el ámbito nacional y deben incorporarse sin modificación al reglamento de la asociación: artículos 2 a 8, 10, 11, 12bis, 18, 18 apdo. 7 (a menos que la legislación nacional ofrezca condiciones más favorables), 18bis, 18ter, 18quater (a menos que la legislación nacional ofrezca condiciones más favorables) 19 y 19bis.

2. Liberación de jugadores de futsal para los equipos representativos de una asociación

1. Las disposiciones incluidas en el art. 1ter del anexo 1 del presente reglamento son vinculantes.
2. Un jugador solo podrá representar a una única asociación, sea como integrante de una selección de futsal o de fútbol once. Aquel jugador que haya representado a una asociación (de manera total o parcial) en una competición de fútbol once o de futsal de cualquier categoría no podrá disputar un partido internacional con otra selección.

Esta disposición está sujeta a la excepción del art. 9 del Reglamento de Aplicación de los Estatutos.

3. Inscripción de jugadores de futsal

1. Conforme al artículo 2 del presente reglamento, para jugar con un club un jugador de futsal debe inscribirse en una asociación como jugador profesional o aficionado. Solo los jugadores inscritos pueden participar en el futsal organizado. Mediante la inscripción, el jugador de futsal se obliga a aceptar los Estatutos y reglamentos de la FIFA, además de los estatutos y reglamentos de la confederación y asociación pertinentes.
2. Un jugador puede estar inscrito en un solo club de futsal. Sin embargo, puede estar inscrito al mismo tiempo en un club de fútbol once. No es necesario que el club de futsal o el club de fútbol once pertenezcan a la misma asociación.
3. Un jugador profesional que esté bajo contrato en un club de fútbol once solo podrá firmar otro contrato profesional con un club de futsal distinto si tiene la autorización por escrito de su club de fútbol once (y viceversa).
4. Los jugadores de futsal pueden estar inscritos en un máximo de tres clubes de futsal durante una temporada. Durante este periodo el jugador es elegible para jugar partidos oficiales solamente por dos clubes. Como excepción a esta regla, un jugador de futsal que juega en dos clubes de futsal pertenecientes a asociaciones cuyas temporadas se crucen (es decir, donde la temporada comience en el verano/otoño mientras la otra comience en invierno/primavera), puede ser elegible para jugar partidos oficiales en un tercer club de futsal durante la temporada que corresponda, siempre que haya cumplido cabalmente sus obligaciones contractuales con sus clubes de futsal anteriores. Asimismo, han de respetarse las disposiciones sobre los periodos de inscripción (art. 6), así como la duración mínima de un contrato (art. 18, apdo. 2).



5. En cualquier caso, se tendrá en cuenta la integridad deportiva de la competición. En particular, el jugador de fútbol no será elegible para jugar en partidos oficiales por más de dos clubes durante la misma temporada en el mismo campeonato nacional o copa, a reserva de estipulaciones más rigurosas en los reglamentos individuales de competiciones de las asociaciones miembro.

4. Cumplimiento de contratos

1. Solo se podrá rescindir un contrato entre un jugador de fútbol profesional y un club de fútbol cuando venza o de común acuerdo.
2. Las disposiciones aplicables al mantenimiento de la estabilidad contractual se establecen en los artículos 13-18 del presente reglamento.

5. Transferencias internacionales de jugadores de fútbol

5.1. Principios

1. Un jugador de fútbol inscrito en un club de fútbol afiliado a una asociación podrá registrarse en un club de fútbol de otra asociación solo cuando:
 - a) haya solicitado y recibido el certificado de transferencia internacional de fútbol (CTIF) de la nueva asociación;
 - b) el CTIF haya sido enviado por parte de la asociación anterior;
 - c) el CTIF haya sido recibido por parte de la nueva asociación;
 - d) la nueva asociación haya inscrito al jugador en su sistema electrónico de registro de jugadores.
2. La disposición anterior será de aplicación para todas las transferencias internacionales de jugadores de fútbol aficionados o profesionales.
3. Un jugador de fútbol no podrá jugar con su nuevo club de fútbol hasta que se cumplan todas las condiciones descritas en apdo. 1 del presente artículo, cuando corresponda.
4. Los jugadores de fútbol menores de 10 años no necesitan un CTIF.
5. Los clubes y asociaciones siempre:
 - a) actuarán de buena fe;
 - b) cumplirán los Estatutos de la FIFA y toda la reglamentación de la FIFA;
 - d) velarán por que la información facilitada sea veraz y correcta.

5.2. El proceso de la transferencia: procedimiento del CTIF e inscripción del jugador de fútbol

1. El nuevo club de fútbol deberá solicitar a su asociación la inscripción del jugador de fútbol durante uno de los periodos de inscripción establecidos por dicha asociación, sujeto a la excepción del art. 6 de este reglamento.

La solicitud de inscripción deberá ir acompañada de los siguientes documentos, cuando proceda:

- a) copia del contrato de trabajo entre el nuevo club de fútbol y el jugador de fútbol profesional, y
- b) copia del contrato de transferencia o préstamo firmado entre el nuevo club de fútbol y el club anterior.

2. Tras el recibo de la solicitud, la nueva asociación solicitará inmediatamente a la asociación anterior la expedición del CTIF para el jugador de fútbol (la «solicitud del CTIF»). La solicitud del CTIF deberá ir acompañada de la documentación estipulada en el apdo. 1 de este artículo, cuando corresponda.

3. Como muy tarde, el CTIF se solicitará el último día del periodo de inscripción pertinente de la nueva asociación para que se haga la transferencia durante dicho periodo.

4. En el caso de la transferencia internacional de un jugador de fútbol que tenía el estatus de profesional en su club de fútbol anterior, tras recibir la solicitud del CTIF, la asociación anterior solicitará inmediatamente al club de fútbol anterior y al jugador de fútbol profesional que confirmen si:

- a) el contrato de trabajo ha vencido;
- b) la rescisión temprana fue de mutuo acuerdo;
- c) existen disputas contractuales.

5. En el transcurso de los siete días siguientes a la solicitud del CTIF, la asociación anterior deberá, ya sea:

- a) expedir el CTIF a la nueva asociación; o bien
- b) informar por escrito a la nueva asociación de que el CTIF no puede ser remitido. Esto solo podrá darse cuando:
 - i. el contrato laboral entre el club anterior de fútbol y el jugador de fútbol profesional no haya vencido, o
 - ii. no haya habido un mutuo acuerdo con respecto a la rescisión anticipada del contrato.



La disposición del apdo. b) de este artículo solo se aplica a las transferencias internacionales de jugadores de fútbol que tuvieran el estatus de profesional en sus clubes de fútbol anteriores.

6. Cuando se entrega el CTIF a la nueva asociación, la asociación anterior debe:
 - a) adjuntar una copia del pasaporte del jugador;
 - b) notificar por escrito a la nueva asociación de cualquier sanción deportiva pendiente impuesta al jugador de fútbol y, si procede, su extensión al ámbito mundial (v. art. 12 del reglamento), y
 - c) remitir una copia del CTIF a la FIFA.
7. El CTIF se expedirá gratuitamente, sin condiciones ni plazos. Cualquier disposición en contra se considerará nula y sin efecto.
8. Una vez enviado el CTIF, la nueva asociación deberá inscribir al jugador en su sistema electrónico de registro de jugadores.
9. Si la asociación anterior no responde a la solicitud del CTIF en un plazo de 30 días, la nueva asociación inscribirá inmediatamente al jugador de fútbol en el nuevo club de fútbol a título provisional («inscripción provisional») e introducirá la información de la inscripción del jugador en cuestión en el sistema electrónico de registro de jugadores nacional. Esta inscripción provisional será permanente transcurrido un año desde la solicitud del CTIF.
10. La asociación anterior no entregará el CTIF de un jugador de fútbol profesional si surge un conflicto contractual entre el club de fútbol anterior y el jugador de fútbol profesional sobre la base de las circunstancias establecidas en el apdo. 4 del presente artículo.

En dichas circunstancias excepcionales y previa solicitud de la nueva asociación, la FIFA adoptará medidas provisionales. En este sentido, tendrá en cuenta los argumentos presentados por la asociación anterior para justificar el rechazo del CTIF. En caso de que el Tribunal del Fútbol autorice la inscripción provisional (v. art. 23), la nueva asociación procederá a inscribir al jugador. Asimismo, el jugador de fútbol profesional, el club de fútbol anterior y/o el nuevo club de fútbol tendrán derecho a presentar una reclamación ante la FIFA, de acuerdo con el art. 22. La decisión sobre la inscripción provisional del jugador se adoptará sin perjuicio del fondo de cualquier disputa contractual.

11. La nueva asociación podrá conceder la elegibilidad provisional a un jugador sobre la base de un CTIF enviado por telefax o correo electrónico hasta el final del periodo de competición en curso. Si dentro de este periodo no se recibe el CTIF original, la elegibilidad del jugador para jugar se considerará definitiva.

12. Las reglas y procedimientos anteriores se aplican igualmente a jugadores de fútbol profesionales y aficionados que al cambiar a su nuevo club de fútbol cambian de estatus.

5.3. Préstamo de jugadores profesionales de fútbol

1. Las disposiciones precedentes se aplican también al préstamo de un jugador de fútbol profesional de un club de fútbol afiliado a una asociación a otro club de fútbol afiliado a otra asociación, así como a su regreso del préstamo al club de fútbol original, si procede.
2. La solicitud del CTIF deberá ir acompañada de una copia del contrato de préstamo (v. art. 5.2, apdo. 2).
3. Una vez finalizado el periodo de préstamo, la asociación del club de fútbol que liberó al jugador de fútbol en préstamo deberá solicitar el CTIF a la asociación del club de fútbol en el que se hubiera inscrito dicho préstamo. Un jugador de fútbol no es elegible para jugar con su club de fútbol original hasta que se complete el procedimiento para la expedición del CTIF y la asociación que hubiera liberado al jugador de fútbol en préstamo lo haya vuelto a inscribir en el sistema electrónico de registro de jugadores.

6. Aplicación de sanciones disciplinarias

1. Una suspensión de partidos impuesta a un jugador por una infracción cometida durante un partido de fútbol o en relación con un partido de fútbol, solo afectará a la participación de dicho jugador con su club de fútbol. Del mismo modo, la suspensión de partidos impuesta a un jugador de fútbol once solo afectará a la participación de dicho jugador con su club de fútbol once.
2. Una suspensión por un número determinado de días o meses afectará a la participación del jugador tanto en su club de fútbol como en su club de fútbol once, indistintamente de que haya sido cometida en el fútbol o en el fútbol once.
3. En el caso en que un jugador de fútbol esté inscrito al mismo tiempo en un club de fútbol y en un club de fútbol once que pertenecen a dos asociaciones distintas, la asociación en la que el jugador está inscrito deberá notificar una suspensión impuesta por días y meses a la segunda asociación en la que pueda estar inscrito el jugador.
4. Al entregar el CTIF, la asociación anterior informará a la nueva asociación de las sanciones disciplinarias impuestas al jugador y, si procede, su extensión al ámbito mundial (v. art. 12 del reglamento).



7. Protección de menores

La transferencia internacional de un jugador solo se permite cuando este ha alcanzado, como mínimo, la edad de 18 años. Las excepciones a esta regla se establecen en el artículo 19 del presente reglamento.

8. Indemnización por formación

Las disposiciones relativas a la indemnización por formación, según el artículo 20 y el anexo 4 del presente reglamento, no se aplican a la transferencia de jugadores a y desde clubes de fútbol.

9. Mecanismo de solidaridad

Las disposiciones relativas al mecanismo de solidaridad, según el art. 21 y el anexo 5 del presente reglamento, no se aplican a la transferencia de jugadores a y desde clubes de fútbol.

10. Competencias de la FIFA

1. Se impondrán sanciones a los clubes y federaciones que infrinjan lo dispuesto en el presente anexo.
2. Será responsabilidad de la Secretaría General de la FIFA investigar las infracciones del presente anexo.
3. Será responsabilidad de la Comisión Disciplinaria de la FIFA imponer sanciones por cualquier infracción del presente anexo conforme a lo dispuesto en el Código Disciplinario de la FIFA.
4. Sin perjuicio del derecho de cualquier jugador o club a elevar un caso ante un tribunal ordinario de disputas laborales, la FIFA tiene la competencia para tratar todos los casos establecidos en el art. 22 del presente reglamento.
5. El Tribunal del Fútbol decide sobre cualquier disputa conforme al artículo 23 del presente reglamento.

ANEXO

Disposiciones transitorias relativas a la situación excepcional derivada de la guerra en Ucrania



1. **Ámbito de aplicación**

1. Sin menoscabo del siguiente apdo. 2, el presente anexo se aplica a los contratos de trabajo de dimensión internacional firmados entre jugadores o entrenadores y clubes afiliados a la Federación Ucraniana de Fútbol (UAF, por sus siglas en inglés) o a la Federación Rusa de Fútbol (FUR, por sus siglas en inglés).

2. El presente anexo no aplica a:

- a) los contratos de trabajo de dimensión internacional de jugadores que, en el momento en el que este anexo entre en vigor y en lo sucesivo, estén inscritos en un club afiliado a la UAF o a la FUR;
- b) los contratos de trabajo de dimensión internacional de entrenadores que, en el momento en el que este anexo entre en vigor y en lo sucesivo, presten sus servicios en un club afiliado a la UAF o a la FUR;
- c) los contratos de trabajo de dimensión internacional de jugadores o entrenadores firmados o ampliados después del 7 de marzo de 2022.



2. Contratos de trabajo de dimensión internacional con clubes afiliados a la UAF o a la FUR

- 1.** Sin menoscabo de las disposiciones del presente reglamento y a menos que se acuerde lo contrario entre las partes, jugadores y entrenadores pueden suspender unilateralmente hasta el 30 de junio de 2024 un contrato de dimensión internacional con un club afiliado a la UAF o a la FUR.
- 2.** Para que tenga validez, los jugadores o entrenadores informarán por escrito al club de la suspensión unilateral del contrato antes del 1 de julio de 2023.
- 3.** La duración mínima de un contrato constituido de conformidad con el art. 18, apdo. 2 del presente reglamento no se aplica a ningún nuevo contrato firmado por el profesional cuyo contrato se haya suspendido en virtud de los apdos. 1 y 2 anteriores.

3. Consecuencias de la suspensión

Un jugador o entrenador cuyo contrato se ha suspendido de conformidad con el art. 2, apdos. 1 y 2 anteriores no comete incumplimiento de contrato al firmar o inscribirse con un nuevo club. El art. 18, apdo. 5 del presente reglamento no se aplica a un profesional cuyo contrato se haya suspendido en virtud del art. 2, apdos. 1 y 2 de este anexo.

4. Inscripción

Sin menoscabo de las disposiciones del art. 5, apdo. 4 del presente reglamento, un jugador previamente inscrito en la UAF o en la FUR, puede inscribirse en un máximo de cuatro clubes durante una temporada y podrá disputar partidos oficiales con tres clubes diferentes.

5. Periodos de inscripción

Sin perjuicio de las disposiciones contenidas en el anexo 3, en el caso de que la UAF o la FUR rechazaran una solicitud del CTI para un profesional en virtud del contenido del presente anexo la administración de la FIFA podrá autorizar con carácter inmediato la disposición sobre la inscripción del jugador en la nueva federación de su nuevo club.

6. Protección de menores

Sin menoscabo de las disposiciones del art. 19 del presente reglamento, se considerará que todo menor residente en el territorio de Ucrania y que desea inscribirse en un nuevo club satisface los requisitos de la exención estipulada en el art. 19, apdo. 2 a) o d) del presente reglamento.

7. Indemnización por formación

1. El nuevo club no abonará indemnización por formación por ningún jugador inscrito previamente en la UAF ni en la FUR, y cuyo contrato se haya suspendido con el objetivo de que pueda inscribirse con un nuevo club de conformidad con el presente anexo.
2. No tendrá la obligación de pagar una indemnización por formación un club no afiliado a la UAF ni a la FUR que haya inscrito a un jugador cuyo contrato esté suspendido en virtud del presente anexo.
3. El nuevo club no abonará la indemnización por formación por la primera inscripción de un jugador como profesional siempre y cuando:
 - a) el jugador se inscriba en un club no afiliado a la UAF ni a la FUR tras haber abandonado el territorio ucraniano o ruso después del 7 de marzo de 2022 y, para inscribirse en un nuevo club, se acogiera a la excepción contenida en el art. 19, apdo. 2 a) o d) del presente reglamento;
 - b) el jugador abandonara el territorio ucraniano o ruso después del 7 de marzo de 2022 y desea inscribirse por primera vez como profesional con un club afiliado a la UAF o a la FUR.

8. Transferencia internacional de jugadores

1. Un jugador cuyo contrato se haya suspendido en virtud del presente anexo no estará sujeto, durante el periodo de suspensión, a una transferencia mediante pago (ya sea permanente o en préstamo).
2. Un jugador cuyo contrato se haya suspendido en virtud del presente anexo no firmará un nuevo contrato con otro club afiliado a la UAF ni a la FUR durante el periodo de suspensión.



FIFA®

Excelentíssimo Doutor Juiz de Direito da Vara Regional de Recuperações, Falências e Concordatas da Comarca de Florianópolis-SC.

Assembleia-Geral de Credores

Data: 22/02/2024

Início: 10h00m

Os credores **ROBERTO CESAR ZARDIN RODRIGUES** e **LUIZ OTAVIO SANTOS DE ARAÚJO**, constando como credores de Classe I – Trabalhista na Relação de Credores (mov. 194), nestes autos de Pedido de Recuperação Judicial nº 5031675-75.2023.8.24.0023, vêm, respeitosamente perante Vossa Excelência, complementar suas RESSLAVAS já enviadas ao i. Administrador Judicial, pelo que segue:

Dentre as condições do plano, estão o pagamento das verbas de natureza salarial e rescisória. Logo, os credores de classe I de valor igual ou inferior a R\$ 30.000,00, que irão receber pagamentos sem deságio e de forma antecipada, como dispõe as cláusulas 1.8.2, 1.8.3, 1.8.4 e 1.8.5, de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), não pode ser contabilizado seus votos, daí devendo ser anulada a Assembléia por força da vedação do artigo 45, §3º, da Lei 11.101/05, uma vez que não alcança o quórum mínimo para aprovação.

Pede deferimento.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2024.

Henrique Richter Caron

OAB/PR 40.736

ANEXO III

CHAT

REDATORA - LUANA 22 Fevereiro 2024 08:59:54 AM

Sejam bem-vindos à assembleia geral de credores. Em caso de dúvidas ou dificuldades na plataforma, contate o suporte da AJUD por mensagem através do WhatsApp (51) 99207-1200. Ressalvas deverão ser encaminhadas para contato@administradorjudicial.adv.br.

HENRIQUE RICHTER CARON 22 Fevereiro 2024 09:08:42 AM

Olá, minha presença já está confirmada? (Roberto Cesar Zardin e Luiz Otavio)

IVANIA A GARCIA 22 Fevereiro 2024 09:09:10 AM

bom dia !

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:10:01 AM

Olá, Henrique. Sim, presenças confirmadas. Basta aguardar o início da assembleia.

HENRIQUE RICHTER CARON 22 Fevereiro 2024 09:11:17 AM

Outra pergunta. As ressalvas serão feitas oralmente, por escrito e em que momento e de que forma?

JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO 22 Fevereiro 2024 09:11:54 AM

Bom dia. A tela aqui esta travada. Não consigo rolar para baixo para confirmar todos os meus clientes. É normal isso?

HENRIQUE CESAR ROESLER LANGER 22 Fevereiro 2024 09:12:15 AM

Olá. Presença confirmada do Dr. Henrique Cesar Roesler Langer representando Kelvin Mateus de Oliveira???

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:13:36 AM

As ressalvas podem ser enviadas para o e-mail contato@administradorjudicial.adv.br ou aqui no chat. Se desejar fazer o uso da palavra, no momento oportuno o presidente passará a palavra aos credores.

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:14:22 AM

Sim, é um compartilhamento de tela. Para confirmar presença é só clicar no botão "AQUI" na parte superior da tela e inserir as credenciais.

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:14:51 AM

Olá, Henrique. Sim, presenças confirmada. Basta aguardar o início da assembleia.

GILBERTO ALVES 22 Fevereiro 2024 09:16:10 AM

Bom dia presença conformada de Dr. Gilberto Alves representante de André Júnio Pereira da Silva.

GILBERTO ALVES 22 Fevereiro 2024 09:16:34 AM

confirmada

ALINE DE BAIRROS 22 Fevereiro 2024 09:17:44 AM

Bom dia, prezados. Estou representando 4 credores, clico apenas em um confirmar presença, correto?

ALINE DE BAIRROS 22 Fevereiro 2024 09:19:16 AM

Presença confirmada de Dra. Aline de Bairros representando: FLASH FORWARD REPRESENTAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE ATLETAS LTDA, FÁBRICA MARKETING ESPORTIVO LTDA EPP, RICARDO JESUS DA SILVA, SUELI APARECIDA GRAVE DUTRA - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EIRELI - EPP

GILBERTO ALVES 22 Fevereiro 2024 09:20:25 AM

Poderias me informar se o Andre Júnio Pereira da Silva, tem mais de um representante. ?/

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:20:32 AM

Bom dia, Aline. Correto.

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:21:51 AM

Prezados, não é necessário enviar no chat a confirmação de presença. A validação é mediante login e senha, utilizando o botão "AQUI" na parte superior da tela. Em caso de dúvidas, estamos à disposição.

ALINE DE BAIRROS 22 Fevereiro 2024 09:22:29 AM

Os nomes dos credores irao aparecer na tela ao lado?

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:23:07 AM

Sim, os nomes aparecem por ordem cronológica de confirmação de presença.

HENRIQUE CESAR ROESLER LANGER 22 Fevereiro 2024 09:33:03 AM

Você poderia confirmar se o nome de Kelvin Mateus de Oliveira aparece na tela ao lado??? Não consigo rolar a tela.

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:34:46 AM

Sim, a presença do credor Kelvin Mateus de Oliveira está confirmada. Na tela aparece da confirmação mais recente para a mais antiga.

ALINE DE BAIRROS 22 Fevereiro 2024 09:37:09 AM

Mesma coisa aqui, a tela não desce

ALINE DE BAIRROS 22 Fevereiro 2024 09:37:51 AM

FLASH FORWARD REPRESENTAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE ATLETAS LTDA, FÁBRICA MARKETING ESPORTIVO LTDA EPP, RICARDO JESUS DA SILVA, SUELI APARECIDA GRAVE DUTRA - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EIRELI - EPP, poderiam confirmar dos 4 credores, por gentileza?

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:38:03 AM

Pessoal, como dito acima, a tela não desce. É um compartilhamento.

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:38:28 AM

Para confirmar presença é só seguir o passo a passo enviado por e-mail, ou seja, utilizando o botão "AQUI" na parte superior da tela.

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:38:49 AM

Feito o procedimento, é só aguardar o início da AGC.

GILBERTO ALVES 22 Fevereiro 2024 09:39:10 AM

Bom dia poderias me informar se ANDRE JUNIO PEREIRA JUNIOR tem mais de um representante/ Dr. Gilberto Alves

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:39:41 AM

Olá, Gilberto. Não, é só você como representante deste credor.

THIAGO RINO 22 Fevereiro 2024 09:46:47 AM

Bom dia, ao clicar no AQUI para confirmar presença, trava numa nova tela. por segurança.

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:47:16 AM

Olá, Thiago. Vamos te chamar no privado para verificar.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA 22 Fevereiro 2024 09:55:08 AM

Espero que ninguém se disponha a se submeter ao plano apresentado.

WELAB.BUSINESS (CREDOR) 22 Fevereiro 2024 09:59:12 AM

Idem

IVANIA A GARCIA 22 Fevereiro 2024 09:59:43 AM

Idem, eles tem como melhorar o plano

ALAN FLAVIO 22 Fevereiro 2024 10:00:58 AM

Bom dia a todos

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA 22 Fevereiro 2024 10:01:03 AM

Pra ficar ruim tem que melhorar muito.

HENRIQUE RICHTER CARON 22 Fevereiro 2024 10:02:54 AM

Pelo plano apresentado, voto negativo e apresentação de ressalvas

THIAGO RINO 22 Fevereiro 2024 10:13:05 AM

Prezado Sr. AJ, pela ordem, peço a palavra após o recuperando falar. 2 minutos apenas e 4 perguntas somente totalmente pertinentes ao PRJ e RJ. acredito que servirá a muitos credores. Obrigado

WELAB.BUSINESS (CREDOR) 22 Fevereiro 2024 10:14:03 AM

Bom dia. Igualmente, gostaria de exercer o direito de fala após a apresentação do plano.

JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO 22 Fevereiro 2024 10:18:31 AM

pela ordem, gostaria de me manifestar..

ALAN FLAVIO 22 Fevereiro 2024 10:18:42 AM

Peço inscrição para duvidas.

ALAN FLAVIO 22 Fevereiro 2024 10:18:50 AM

Classe 1 e classe 2

ALAN FLAVIO 22 Fevereiro 2024 10:18:53 AM

digo 3

RAQUELLI - BANCO BRADESCO S.A. 22 Fevereiro 2024 10:19:01 AM

Prezados, bom dia! Questiono se o modificativo altera integralmente o anteiro

RAQUELLI - BANCO BRADESCO S.A. 22 Fevereiro 2024 10:19:16 AM

anterior*

HENRIQUE RICHTER CARON 22 Fevereiro 2024 10:20:31 AM

Peço direito de voz. Henrique Richter Caron

DANIEL LOURENÇO 22 Fevereiro 2024 10:20:39 AM

Desejo fazer uso da palavra. Dr. Daniel Lourenço, OAB/SP 275.449

THIAGO RINO 22 Fevereiro 2024 10:22:49 AM

Avaí:nnPedido RJ 17/04/23nnQual o valor total da recuperação judicial? nnAssinou contrato com a liga forte?? nnQual valor?nnVendeu ativos e pediu autorização judicial??n se puder constar na ATA as indagações e resposta do clube.

AJUD TECNOLOGIA E ASSESSORIA PARA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL 22 Fevereiro 2024 10:28:29 AM

AJUD TECNOLOGIA E ASSESSORIA PARA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL 22 Fevereiro 2024 10:29:09 AM

Segue parecer da Administração Judicial a respeito do direito de arena

RAQUELLI - BANCO BRADESCO S.A. 22 Fevereiro 2024 10:32:45 AM

O Banco Bradesco pede a palavra.

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 10:38:36 AM

Próximo na ordem de fala: Dr. João Henrique Cren Chiminazzo.

DANIEL LOURENÇO 22 Fevereiro 2024 10:42:15 AM

Questiono se foi registrado meu pleito de manifestação?

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 10:42:25 AM

Sim.

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 10:42:40 AM

Posição 6 da fila.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA 22 Fevereiro 2024 10:42:50 AM

Não necessariamente é matéria preclusa. Os credores possuem o direito de não aprovar o plano. O fundamento da decisão é pessoal e pode ser, inclusive, o convencimento da ausência de necessidade da RJ.

HENRIQUE RICHTER CARON 22 Fevereiro 2024 10:44:26 AM

Bem lembrado

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 10:45:11 AM

Próximo na ordem de fala: Dr. Alan Flavio da Fonseca Geraldo.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA 22 Fevereiro 2024 10:51:14 AM

Desconto sobre o principal não pode ser aceito pelos credores.

RAQUELLI - BANCO BRADESCO S.A. 22 Fevereiro 2024 10:55:39 AM

Foi registrado o meu direito de fala? Banco Bradesco

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 10:55:44 AM

Próximo na ordem de fala: Dr. Henrique Ritcher Caron.

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 10:55:53 AM

Sim. Está na fila.

RAQUELLI - BANCO BRADESCO S.A. 22 Fevereiro 2024 10:55:57 AM

obrigada

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 10:58:50 AM

Próximo na ordem de fala: Dr. Daniel Lourenço.

THIAGO RINO 22 Fevereiro 2024 11:01:16 AM

Pela Ordem, peço venia para sanar uma nova dúvida sobre o PRJ e documentação. 1 minuto aproximado.

VANESSA MARA PINTO NOGUEIRA LIMA 22 Fevereiro 2024 11:02:30 AM

Por favor, fazer constar em ata sobre os valores de 94 milhões de reais da Liga Forte que serão recebidos, conforme exposto pelo Thiago Rino. E também sobre a ausência de prestação de contas dos valores de 23 milhões já recebidos.

DANIEL LOURENÇO 22 Fevereiro 2024 11:03:14 AM

Eu cai da rede

DANIEL LOURENÇO 22 Fevereiro 2024 11:03:28 AM

Ainda desejo fazer uso da palavra

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 11:03:33 AM

Dr. Daniel, você é o próximo na ordem de fala.

VANESSA MARA PINTO NOGUEIRA LIMA 22 Fevereiro 2024 11:06:20 AM

Mas se a proposta é 100% de deságio nas multas e juros, não há acréscimo nenhum em ação judicial em verbas salariais.

VANESSA MARA PINTO NOGUEIRA LIMA 22 Fevereiro 2024 11:11:00 AM

Por favor contar como ressalva a inconstitucionalidade e ilegalidade dessa discriminação entre verbas salariais judicializadas ou não.

DYEGO TAVARES 22 Fevereiro 2024 11:12:08 AM

Dr. Joao, isso é importante, será que o Dr. Marcos entendeu que o Dr. Henrique se referiu as ações com transito em julgado e acordos celebrados na Justiça do trabalho? não se referem as ações em fase do conhecimento?

HENRIQUE CESAR ROESLER LANGER 22 Fevereiro 2024 11:15:08 AM

Na ação trabalhista transitada em julgado, de verbas trabalhistas rescisórias entra no item 1.8.3??????

THIAGO RINO 22 Fevereiro 2024 11:16:04 AM

sim. seria a rediscussão do processo transitado em julgado rsrs...

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 11:21:03 AM

Próxima na ordem de fala: Dra. Raquelli Bólico.

EDUARDO BEIL 22 Fevereiro 2024 11:22:35 AM

Os credores por mim representados ratificam as ressalvas realizadas pelos demais advogados, seja na forma oral, seja na forma escrita. Obrigado. Eduardo Beil - OAB/SC 15184

WELAB.BUSINESS (CREDOR) 22 Fevereiro 2024 11:31:14 AM

De acordo. Solicito constar em ata que fiz o pedido oral de prestação de contas dos valores recebidos pela Liga, por transparência e por ser de interesse dos credores e ocorrido após o deferimento da RJ, mesmo que seja considerado bem de ativo circulante; sendo negado pela Recuperanda.

RAFAELLA PINHEIRO PROENÇA 22 Fevereiro 2024 11:34:02 AM

Ressalva enviada por e-mail.

JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO 22 Fevereiro 2024 11:35:43 AM

para fins de registro, todos os credores que represento reiterar todos os comentários feitos pelos demais advogados neste ato. Faço a ressalva de que o Plano Apresentado pelo Avaí é leonino, ilegal e imoral. João Henrique Cren Chiminazzo OAB/SP 222.762

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 11:36:27 AM

Próximo na ordem de fala: Dr. Thiago Rino.

WELAB.BUSINESS (CREDOR) 22 Fevereiro 2024 11:47:51 AM

De pleno acordo com a fala e pedido do dr. Thiago Rino (Jamile Aparecida Machnicki, OAB/PR 60.484, credor WELAB)

WELAB.BUSINESS (CREDOR) 22 Fevereiro 2024 11:52:24 AM

Dr. João Medeiros, por gentileza, poderia confirmar em qual movimentação dos autos consta a juntada do parecer?

REDATORA - LUANA 22 Fevereiro 2024 11:52:57 AM

Evento 373

WELAB.BUSINESS (CREDOR) 22 Fevereiro 2024 11:53:25 AM

Obrigada.

THIAGO RINO 22 Fevereiro 2024 11:55:48 AM

Provisionado, é algo improvável, futuro. totalmente diferente de ter um contato assinado,, com valores pagos ao clube em RJ.

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 11:59:58 AM

Caso necessitem de suporte, estamos à disposição no WhatsApp (51) 99207-1200.

HENRIQUE RICHTER CARON 22 Fevereiro 2024 12:00:05 PM

Votado

ALAN FLAVIO 22 Fevereiro 2024 12:01:49 PM

Votado

HENRIQUE RICHTER CARON 22 Fevereiro 2024 12:02:16 PM

Ressalvas enviadas

DANIEL LOURENÇO 22 Fevereiro 2024 12:02:41 PM

Não aprovar.....

ALINE DE BAIRROS 22 Fevereiro 2024 12:03:15 PM

Após os votos computados, estamos liberados?

DYEGO TAVARES 22 Fevereiro 2024 12:04:30 PM

nao aprovo

HENRIQUE RICHTER CARON 22 Fevereiro 2024 12:04:40 PM

Dr. João, poderia nos passar como foi votado, quem votou favorável, desfavorável ou absteve-se?

DYEGO TAVARES 22 Fevereiro 2024 12:04:46 PM

mas esta aparecido a opção somente para aprovar

DYEGO TAVARES 22 Fevereiro 2024 12:05:00 PM

o que está havendo?

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 12:05:27 PM

Olá, Dyego. Aparecem todas as opções. Vou te chamar no privado para lhe auxiliar.

DYEGO TAVARES 22 Fevereiro 2024 12:07:48 PM

consegui somente via link no celular

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 12:08:01 PM

O link enviado é o mesmo do botão "AQUI".

DANIEL LOURENÇO 22 Fevereiro 2024 12:09:02 PM

Sumiu a tela com os gráficos

DANIEL LOURENÇO 22 Fevereiro 2024 12:09:34 PM

Voltou

THIAGO RINO 22 Fevereiro 2024 12:39:58 PM

oi gostaria de manifestar de forma expressa minha desaprovacao do PRJ.

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 12:40:18 PM

O extrato de votação individualizado estará anexo à ata

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 12:40:33 PM

O chat também

HENRIQUE RICHTER CARON 22 Fevereiro 2024 12:40:50 PM

Dr. Joao, enviei ressalvas complementares

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 12:40:55 PM

Ciente

THIAGO RINO 22 Fevereiro 2024 12:41:18 PM

E se possível constar minha oposição quanto a possibilidade de votar na condição de credor classe I trabalhista pessoas que sequer ingressaram com processo judicial, e foram inscritos após o prazo prescricional pra entrar com ação

CONTEÚDO DE BATE-PAPO PRIVADO

REDATORA - LUANA 22 Fevereiro 2024 09:51:20 AM

Bom dia dra. Raquelli

REDATORA - LUANA 22 Fevereiro 2024 09:51:29 AM

precisamos de um credor para constar como secretário em ata

REDATORA - LUANA 22 Fevereiro 2024 09:51:35 AM

podemos indicar a senhora?

REDATORA - LUANA 22 Fevereiro 2024 09:51:47 AM

é apenas por formalidade, nao é necessário realizar nenhum procedimento adicional

RAQUELLI - BANCO BRADESCO S.A. 22 Fevereiro 2024 09:59:10 AM

Bom dia, claro

RAQUELLI - BANCO BRADESCO S.A. 22 Fevereiro 2024 09:59:12 AM

sem problemas

RAQUELLI - BANCO BRADESCO S.A. 22 Fevereiro 2024 09:59:23 AM

desculpa, não tinha visto a mensagem

REDATORA - LUANA 22 Fevereiro 2024 09:59:29 AM

Oii, acabamos chamando outro credor, mas vou colocaer o bradesco para assinar a ata então

REDATORA - LUANA 22 Fevereiro 2024 09:59:32 AM

muito obrigada

RAQUELLI - BANCO BRADESCO S.A. 22 Fevereiro 2024 10:00:24 AM

ta bom

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:48:11 AM

Olá, Thiago

THIAGO RINO 22 Fevereiro 2024 09:48:16 AM

oi

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:48:18 AM

Te chamamos no WhatsApp

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:48:28 AM

Você não recebeu as mensagens

SUPORTE AJUD 22 Fevereiro 2024 09:49:02 AM

Não tem tela de segurança. Possivelmente seja algo no seu dispositivo. Pode atualizar a página do login e senha, por favor?

ANEXO IV

LISTA DE PRESEÇAS | EXTRATO DE VOTAÇÃO

VOCÊ APROVA O PRJ MODIFICATIVO DO EVENTO 624?

PRESENTE	VOTO	CLASSE	NOME	VALOR	IP	PROCURADOR
SIM	SIM	1	ACÁCIO NUNO BOING	R\$ 10.000,00	190.171.84.72	MÁRIO RODOLFO CHAVES DA SILVA
SIM	SIM	1	ADELINO MENDES	R\$ 16.700,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	ADEMIR DE SOUZA RAMOS	R\$ 53.631,31		
NÃO	INDEFINIDO	1	ADIEL OLIVEIRA DA SILVA	R\$ 367,00		
SIM	SIM	1	ADRIANO CARMINO RAMOS	R\$ 2.366,26	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	AIRTON SOUZA DOS SANTOS JUNIOR	R\$ 52,00		
SIM	SIM	1	ALAN FLAVIO DA FONSECA GERALDO e ALAN BELACIANO (BELACIANO & ADVOGADOS ASSOCIADOS)	R\$ 26.353,61	189.106.161.242	ALAN FLAVIO DA FONSECA GERALDO
SIM	SIM	1	ALCEU ATHERINO NEVES	R\$ 6.818,21	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	ALEX DOS SANTOS COSTA	R\$ 624,00		
SIM	SIM	1	ALEX RAMOS DOS SANTOS	R\$ 1.419,43	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	ALEXANDRE TAVARES	R\$ 1.710,43		
NÃO	INDEFINIDO	1	ALEXANDRE ZURAWSKI	R\$ 908,00		
SIM	SIM	1	ALOISIO ZIMMER ADVOGADOS ASSOCIADOS	R\$ 402.747,32	45.236.133.170	LUCAS BIANCHI FARACO
SIM	NÃO	1	ANDERSON FRANCISCO NUNES	R\$ 193.461,91	191.13.49.155	THIAGO GARCIA CLEMENTE
NÃO	INDEFINIDO	1	ANDERSON MOREIRA DE SOUZA	R\$ 100.700,00		
SIM	SIM	1	ANDRE BITTENCOURT PALMA RIBEIRO	R\$ 56.360,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	ANDRE CRODA	R\$ 56.950,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	ANDRE FRANCISCO MORITZ	R\$ 42.712,50	189.69.57.153	JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO
NÃO	INDEFINIDO	1	ANDREY FELISBERTO DOS SANTOS	R\$ 61,80		
SIM	SIM	1	ANDRÉ JUNO PEREIRA DA SILVA	R\$ 31.648,00	191.191.35.173	
SIM	SIM	1	ANGELITA DE OLIVEIRA COSTA	R\$ 1.253,43	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	ARNALDO MANOEL DE ALMEIDA	R\$ 243.278,53	179.110.153.2	IVANIA APARECIDA GARCIA
NÃO	INDEFINIDO	1	ARTHUR LARGURA CHAVES	R\$ 69.629,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	ARTHUR NEVES SCHELES	R\$ 782,60		
NÃO	INDEFINIDO	1	ARTHUR SILVEIRA	R\$ 624,00		
SIM	NÃO	1	BEIL, BESSA & FREITAS ADVOGADOS	R\$ 98.936,22	177.202.255.223	EDUARDO BEIL
SIM	NÃO	1	BENTO LUPERCIO PEREIRA NETO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	R\$ 173.254,28	189.69.57.153	JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO
SIM	SIM	1	BRENO FERREIRA PEREIRA	R\$ 474,43	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	BROCCHI E SOUZA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	R\$ 88.259,06		
SIM	NÃO	1	BRUNO CESAR PEREIRA DA SILVA	R\$ 233.759,62	201.13.134.165	DANIEL LOURENÇO
NÃO	INDEFINIDO	1	BRUNO DEMÉTRIO DE OLIVEIRA	R\$ 62,80		
NÃO	INDEFINIDO	1	BRUNO GONCALO PEREIRA	R\$ 23.500,00		
SIM	NÃO	1	CAHEN & MINGRONE SOCIEDADE DE ADVOGADOS	R\$ 44.817,42	201.13.134.165	DANIEL LOURENÇO
NÃO	INDEFINIDO	1	CAIO FERNANDO DE OLIVEIRA	R\$ 6.700,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	CARLOS ALBERTO DA SILVA DE MARIA	R\$ 17.743,75		
SIM	SIM	1	CARLOS ALBERTO FERREIRA	R\$ 3.866,67	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	CARLOS CESAR SOUZA	R\$ 24.406,89	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	CARLOS EDUARDO P. BONATELLI	R\$ 140,90	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO	R\$ 2.511,51	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	CAROLINE FERREIRA ROQUE	R\$ 3.854,48	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	CHRISTIAN SOUZA DA SILVA	R\$ 67.305,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	CLAUDEMIR OLIVEIRA SANTOS	R\$ 75.475,00		
SIM	NÃO	1	CLAUDINEI DOS SANTOS OLIVEIRA	R\$ 94.000,00	189.69.57.153	JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO
SIM	SIM	1	CLAUDIO PIRES MERLIN	R\$ 24.146,15	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	CLAUDIO ROBERTO DA SILVA	R\$ 91.606,73	187.20.31.232	VANESSA MARA PINTO NOGUEIRA LIMA
NÃO	INDEFINIDO	1	CLAUDIO RODRIGUES GOMES	R\$ 56.950,00		
SIM	SIM	1	CLEIDY CRISTINA DA LUZ	R\$ 1.414,57	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	CLÁUDIO VITOR MORAIS DE LIMA CRUZ	R\$ 17.320,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	CRISTIANE POVOAS	R\$ 991,58	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	DAIANA MICHELE DE NEGRI	R\$ 4.625,38	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	DAISE ANDRE GOULART	R\$ 1.809,03	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	DANIEL AMORIM DIAS DA SILVA	R\$ 20.319,93	177.202.255.223	EDUARDO BEIL
NÃO	INDEFINIDO	1	DANIEL DE OLIVEIRA FELIZARDO	R\$ 3.017,35		
SIM	SIM	1	DAVID LUCIO DA SILVA	R\$ 6.420,28	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	DELMAR DA ROSA PEREIRA	R\$ 37.525,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	DIEGO DANIEL RODRIGUES DE MATOS	R\$ 9.225,00		
SIM	SIM	1	DIEGO MIGUEL RIBEIRO DA SILVA	R\$ 2.151,94	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	DIEGO RENAN DE LIMA FERREIRA	R\$ 116.420,26	189.69.57.153	JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO
SIM	NÃO	1	DIOGO FERNANDES DA ROSA OTACILIO	R\$ 193.842,77	177.202.255.223	EDUARDO BEIL
NÃO	INDEFINIDO	1	DOUGLAS CESAR DA SILVA	R\$ 352,99		
SIM	SIM	1	DOUGLAS CIPRIANO	R\$ 1.455,45	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	DOUGLAS DA SILVA LOPES	R\$ 62,80		
NÃO	INDEFINIDO	1	DOUGLAS WOLFF FIALHO	R\$ 47.230,17		
SIM	NÃO	1	D'IVANENKO ADVOGADOS ASSOCIADOS	R\$ 98.904,99	177.202.255.223	EDUARDO BEIL
SIM	NÃO	1	D'IVANENKO ADVOGADOS ASSOCIADOS e BEIL, BESSA & FREITAS ADVOGADOS	R\$ 239.113,86	177.202.255.223	EDUARDO BEIL
SIM	SIM	1	EBERT WILLIAN AMANCIO	R\$ 220.962,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	EDENILSON ZULMAR ALVES	R\$ 6.938,07	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	EDSON CARLOS SANTOS LIMA JÚNIOR	R\$ 275.216,32	201.13.134.165	DANIEL LOURENÇO
NÃO	INDEFINIDO	1	EDUARDO DARUGE NETO	R\$ 1.110,80		
NÃO	INDEFINIDO	1	EDUARDO GASPARG COSTA	R\$ 463,46		
NÃO	INDEFINIDO	1	EDUARDO KUNDE	R\$ 10.268,00		
SIM	SIM	1	ELICINETE DORCINA CRECIENCIO	R\$ 16.700,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	EUGENIO MACHADO SOUTO	R\$ 56.950,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	EVANDO ESPINASSE CAMILLATO	R\$ 61.819,07		
NÃO	INDEFINIDO	1	EVERTON LUAN NASCIMENTO DE OLIVEIRA	R\$ 24.161,80		
SIM	SIM	1	FABIO SILVA DA CUNHA	R\$ 2.144,20	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	FABRICIO BENTO DA CUNHA	R\$ 29.244,90	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	FAGNER IRONI DAPONTE	R\$ 938.294,25	187.85.17.94	THIAGO RINO
NÃO	INDEFINIDO	1	FELIPE CAMARGO DE SOUZA	R\$ 10.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	FELIPE DOS SANTOS MOSCA	R\$ 10.000,00		
SIM	SIM	1	FELIPE FLORÊNCIO DA SILVA	R\$ 10.062,80	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	FELIPE SARAIVA	R\$ 69.000,00		
SIM	SIM	1	FERNANDA SCHWEITZER A. PEREIRA	R\$ 1.712,43	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	FILIPE DE SOUZA CONCEIÇÃO	R\$ 1.121,85		
NÃO	INDEFINIDO	1	FILIPE FORTES FRAGA	R\$ 754,87		
SIM	NÃO	1	FILIPE SOUZA RINO	R\$ 315.313,65	187.85.17.94	THIAGO DE SOUZA RINO
NÃO	INDEFINIDO	1	FLÁVIO ROBERTO KRETZER	R\$ 23.500,00		
SIM	SIM	1	FLÁVIO ROBERTO SEVERO ALBANO	R\$ 3.146,99	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DA SILVA	R\$ 47.159,40	177.202.255.223	EDUARDO BEIL
NÃO	INDEFINIDO	1	GABRIEL BARBOSA DE OLIVEIRA	R\$ 11.849,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	GABRIEL DE OLIVEIRA DUTRA	R\$ 28.860,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	GABRIEL ELOI OLIVEIRA	R\$ 3.990,00		
SIM	NÃO	1	GABRIEL FARIAS DE LIMA	R\$ 18.000,00	179.219.209.239	RAFAELLA PINHEIRO PROENÇA
SIM	NÃO	1	GABRIEL LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	R\$ 10.264,54	177.202.255.223	EDUARDO BEIL

PRESENTE	VOTO	CLASSE	NOME	VALOR	IP	PROCURADOR
SIM	SIM	1	GABRIEL PELOZATO FARIAS ROSA	R\$ 723,68	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	GERACIMO JOAQUIM FORTUNATO	R\$ 3.701,50	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	GILBERTO FERNANDES DA SILVA JUNIOR	R\$ 16.700,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	GILBERTO GONÇALVES	R\$ 51.975,00	189.58.214.134	VICTOR BASSUALDO BOABAID
NÃO	INDEFINIDO	1	GILBERTO LENADRO DOS SANTOS JUNIOR	R\$ 1.645,43		
SIM	NÃO	1	GILSON KLEINA	R\$ 1.182.328,19	189.69.57.153	JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO
SIM	SIM	1	GILVAN AUGUSTO SANTANA	R\$ 8.121,38	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	GLEDSON RIBEIRO DOS SANTOS	R\$ 211.497,53	189.58.214.134	VICTOR BASSUALDO BOABAID
SIM	SIM	1	GUILHERME BELICO WAMOSY	R\$ 1.773,33	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	GUILHERME CYSNE ROSA	R\$ 37.809,30	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	GUSTAVO DE OLIVEIRA MODESTO	R\$ 69.062,80	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	GUSTAVO FRANCHIN SCHIAVOLIN	R\$ 289.748,40	189.69.57.153	JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO
SIM	SIM	1	GUSTAVO POFFO DE SOUZA	R\$ 2.302,00	189.58.214.134	VICTOR BASSUALDO BOABAID
SIM	SIM	1	HELENA SOARES COELHO	R\$ 5.023,01	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	HYORAN HEIDRICH NUNES	R\$ 1.127,05	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	IGOR DA SILVA DUTRA	R\$ 62,80	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	IURY DE OLIVEIRA NASCIMENTO	R\$ 325.522,65	187.85.17.94	THIAGO RINO
SIM	SIM	1	IVAN ECCO	R\$ 4.033,33	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	IVONIRA IVONE DA COSTA CARVALHO	R\$ 8.479,85	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	JACKSON JOSE KLOEPEL DE MORAIS	R\$ 5.396,28	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	JACSON ADRIANO DE JESUS	R\$ 6,84		
NÃO	INDEFINIDO	1	JADSON RODRIGUES DA SILVA	R\$ 25.000,00		ARNALDO DE SOUZA RAMOS JUNIOR
SIM	SIM	1	JEAN FRANCISCO MARTIN CANDIDO	R\$ 131.958,11	189.58.214.134	VICTOR BASSUALDO BOABAID
NÃO	INDEFINIDO	1	JEAN LUCAS GOMES	R\$ 1.128,10		
NÃO	INDEFINIDO	1	JEFFERSON FERNANDES SILVA	R\$ 1.124,00		
SIM	NÃO	1	JOAO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO	R\$ 28.823,46	189.69.57.153	
NÃO	INDEFINIDO	1	JOAO VITOR DE OLIVEIRA	R\$ 10.000,00		
SIM	NÃO	1	JOCELI DOS SANTOS	R\$ 56.950,00	179.219.209.239	RAFAELLA PINHEIRO PROENÇA
NÃO	INDEFINIDO	1	JONATHAN COPETE VALÊNCIA	R\$ 138.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	JONATHAN DA SILVA FRANCELINO	R\$ 6,84		
SIM	NÃO	1	JONATHAN LUIZ MOREIRA ROSA JUNIOR	R\$ 154.537,92	189.69.57.153	JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO
NÃO	INDEFINIDO	1	JONES DA SILVA LOPES	R\$ 14.237,50		
NÃO	INDEFINIDO	1	JOSE RENATO DA SILVA JUNIOR	R\$ 205.020,43		
NÃO	INDEFINIDO	1	JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA DA SILVA	R\$ 62,80		
SIM	SIM	1	JOSÉ MARCOS ALVES LUIZ	R\$ 8.158,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	JOÃO CARLOS DA SILVA	R\$ 35.895,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	JOÃO LUCAS CARDOSO	R\$ 342.739,16	187.85.17.94	THIAGO RINO
NÃO	INDEFINIDO	1	JOÃO PAULO FERREIRA LOURENÇO	R\$ 272.704,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	JOÃO PAULO PURCINO	R\$ 65.769,64		
NÃO	INDEFINIDO	1	JOÃO PAULO PURCINO DE ALMEIDA	R\$ 80.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	JOÃO VITOR DUTRA FONSECA	R\$ 62,80		
NÃO	INDEFINIDO	1	JOÃO VITOR MARQUES MATOS	R\$ 32.129,54		
NÃO	INDEFINIDO	1	JUDSON SILVA TAVARES	R\$ 56.950,00		
SIM	SIM	1	KAMILA COSTA TEIXEIRA	R\$ 6.722,22	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	KARINI COSTA TEIXEIRA	R\$ 13.636,73	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	KELVIN MATEUS DE OLIVEIRA	R\$ 72.061,94	189.32.29.208	HENRIQUE CESAR ROESLER LANGER
SIM	NÃO	1	KEVIN PETERSON DOS SANTOS SILVA	R\$ 141.929,78	177.202.255.223	EDUARDO BEIL
SIM	SIM	1	LEANDRO BOEIRA DE ANTONI	R\$ 4.433,33	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	LEANDRO CORDEIRO DE LIMA SILVA	R\$ 142.974,02	201.13.134.165	DANIEL LOURENÇO
SIM	SIM	1	LEANDRO LORIVALDO MACHADO	R\$ 2.930,09	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	LEONAN JOSÉ VALANDRO GOMES	R\$ 8.349,00		
SIM	SIM	1	LEONARDO COSTA FIDÉLIS	R\$ 72.119,74	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	LEONARDO MUSSNICH	R\$ 8.355,94		
NÃO	INDEFINIDO	1	LUAN MARTINS PEREIRA	R\$ 42.712,50		
SIM	SIM	1	LUAN SILVA PEREIRA	R\$ 10.000,00	189.34.47.72	JOÃO JORGE MUSSI
SIM	SIM	1	LUCAS DA SILVA JUSTINO	R\$ 983,85	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	LUCAS HENRIQUE FRIGERI	R\$ 13.052,00		
SIM	SIM	1	LUCIANO CORREA	R\$ 4.373,70	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	LUCIANO GUSO PINTO	R\$ 94.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	LUIS CARLOS CIRNE LIMA DE LORENZI	R\$ 58.223,40		
SIM	SIM	1	LUIZ EDUARDO GASPARG COELHO	R\$ 10.613,45	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	LUIZ FERNANDO Z. FUNCHAL	R\$ 76.036,80	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	LUIZ GUILHERME DA CONCEIÇÃO SILVA	R\$ 53.386,13		
SIM	NÃO	1	LUIZ OTAVIO SANTOS DE ARAUJO	R\$ 88.561,74	189.74.83.7	HENRIQUE RICHTER CARON
NÃO	INDEFINIDO	1	LUIZ ROBERTO FREITAS	R\$ 16.700,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	MARCELO PEREIRA DOS SANTOS	R\$ 1.379,43		
NÃO	INDEFINIDO	1	MARCIO RODRIGUES VELASCOS	R\$ 2.227,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	MARCO ANTONIO FIOROTTO MOREIRA	R\$ 624,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	MARCO ANTONIO RIBEIRO	R\$ 624,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	MARCOS EDUARDO COSTA	R\$ 14.237,50		
SIM	SIM	1	MARCOS PRADO BARBOSA	R\$ 75.838,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	MARCOS ROBERTO DA SILVA BARBOSA	R\$ 42.712,50	189.58.214.134	VICTOR BASSUALDO BOABAID
SIM	SIM	1	MARCOS VICENTE DOS SANTOS	R\$ 140.898,80	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	MARCOS VINICIUS SERRATO	R\$ 165.000,00	189.26.16.251	DYEGO KARLO TAVARES
SIM	SIM	1	MARIA SANTANA LEAL MORAIS	R\$ 2.587,41	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	MARIA VICTÓRIA RIELLI MACHADO PEREIRA	R\$ 7.767,81		
NÃO	INDEFINIDO	1	MATHEUS BARBOSA TEIXEIRA	R\$ 61.745,50		
NÃO	INDEFINIDO	1	MATHEUS CABRAL DE FREITAS	R\$ 1.060,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	MATHEUS FRIGO FURTADO	R\$ 28.860,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	MATHEUS HENRIQUE DE MOURA SOUZA	R\$ 760,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	MATHEUS LUCAS JACINTO	R\$ 92.690,97		
NÃO	INDEFINIDO	1	MATHEUS SIMONETE BRESSANELLI	R\$ 57.267,42		
SIM	NÃO	1	MAURICIO KOZLINSKI	R\$ 256.860,29	187.85.17.94	THIAGO RINO
SIM	SIM	1	MAURICIO REBELLATO	R\$ 75.475,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	MICHELI CRISTIANE ECKARDT DERLAM	R\$ 6.952,00		
SIM	SIM	1	NATALIA RAMOS RIBEIRO	R\$ 31.441,15	45.177.77.77	
SIM	SIM	1	NEW SOLLUTIONS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA (SANDRA MARA)	R\$ 8.700,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	ODILON FURTADO	R\$ 4.033,33	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	OTAVIO MIGUEL MACHADO JUNIOR	R\$ 966,59	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	PABLO DYEGO DA SILVA ROSA	R\$ 20.521,44		
SIM	SIM	1	PAMELA GARCIA	R\$ 10.000,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	PAOLA EMERIM GOMES	R\$ 1.502,72		
SIM	SIM	1	PAPIOLA CRISTINA GOMES	R\$ 5.396,28	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	PAULO EDUARDO SOUZA DE OLIVEIRA	R\$ 18.828,00	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	PEDRO AUGUSTO MOHR	R\$ 53.613,07		
SIM	NÃO	1	PEDRO DE ALMEIDA ARAUJO	R\$ 75.475,00	179.219.209.239	RAFAELLA PINHEIRO PROENÇA
SIM	NÃO	1	PEDRO HENRIQUE DE CASTRO SILVA	R\$ 405.888,16	177.202.255.223	EDUARDO BEIL
SIM	SIM	1	RAFAEL NILO SOARES	R\$ 2.261,80	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	RAFAEL VAZ DOS SANTOS	R\$ 14.762,07		
NÃO	INDEFINIDO	1	RALF DE SOUZA TELES	R\$ 182.791,95		

PRESENTE	VOTO	CLASSE	NOME	VALOR	IP	PROCURADOR
NÃO	INDEFINIDO	1	RAMON DOS SANTOS PEREIRA	R\$ 247,53		
SIM	SIM	1	RANIELE ALMEIDA MELO	R\$ 38.824,42	189.34.47.72	JOÃO JORGE MUSSI
SIM	SIM	1	RAUL BAZANEZ DA SILVA	R\$ 10.388,70	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	RAUL SUDATI DORNELES	R\$ 1.124,10		
NÃO	INDEFINIDO	1	RENATO LUIS DE MOURA SOARES	R\$ 247,53		
SIM	NÃO	1	RENATO VIEIRA RODRIGUES	R\$ 243.191,95	177.202.255.223	EDUARDO BEIL
SIM	NÃO	1	RICARDO JESUS DA SILVA	R\$ 34.536,17	191.9.52.56	ALINE DE BAIRROS
SIM	SIM	1	RICARDO LIMA BURIGO	R\$ 76.293,80	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	RILDO DE ANDRADE FELICISSIMO (RESERVA)	R\$ 400.000,00	187.85.17.94	THIAGO RINO
SIM	SIM	1	ROBERTO ANTONIO ALVES	R\$ 4.488,23	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	NÃO	1	ROBERTO CESAR ZARDIN RODRIGUES	R\$ 1.370.750,20	189.74.83.7	HENRIQUE RICHTER CARON
NÃO	INDEFINIDO	1	RODRIGO ARAUJO DA SILVA FILHO	R\$ 1.124,10		
NÃO	INDEFINIDO	1	RODRIGO DOS SANTOS DE FREITAS	R\$ 35.340,13		
NÃO	INDEFINIDO	1	RODRIGO GOMES DOS SANTOS	R\$ 42.712,50		
NÃO	INDEFINIDO	1	RODRIGO PIRES BOLASELL	R\$ 76.138,80		
SIM	NÃO	1	ROMULO DOS SANTOS SOUZA	R\$ 320.000,00	177.202.255.223	EDUARDO BEIL
SIM	NÃO	1	RONALDO HENRIQUE DA SILVA	R\$ 96.171,37	189.69.57.153	JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO
NÃO	INDEFINIDO	1	RUBENS FERNANDO MOEDEM	R\$ 42.712,50		
NÃO	INDEFINIDO	1	SAMUEL HENRIQUE DA SILVA	R\$ 629,00		
SIM	SIM	1	SANDRO BARRETO	R\$ 26.802,59	189.112.161.185	
SIM	SIM	1	SANDRO ROBERTO ZUNINO	R\$ 1.219,31	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	SERGIO C. DE MELLO	R\$ 75.680,80	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	SERGIO MURILO MARTINS COAN	R\$ 1.584,17		
SIM	SIM	1	TANIA MARA MACHADO	R\$ 5.174,84	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	TANNURI RIBEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS	R\$ 591.797,12		
SIM	SIM	1	THIAGO DE OLIVEIRA SILVA	R\$ 10.052,00	189.58.214.134	VICTOR BASSUALDO BOABAID
NÃO	INDEFINIDO	1	THIAGO MAGNO BARBOSA	R\$ 817,95		
SIM	SIM	1	THIAGO PRAVATTO	R\$ 9.314,43	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	TIAGO GUILHERME PALOSKI	R\$ 1.551,67		
SIM	SIM	1	VANDERLEI DE SOUZA	R\$ 2.511,52	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
SIM	SIM	1	VELIDIANE GOMES DE OLIVEIRA	R\$ 3.591,45	189.112.161.185	SANDRO BARRETO
NÃO	INDEFINIDO	1	VINICIUS FRASSON	R\$ 29.857,50		
SIM	NÃO	1	VINICIUS LEITE SILVA	R\$ 223.477,30	187.85.17.94	THIAGO RINO
NÃO	INDEFINIDO	1	VINICIUS PEIXOTO ALMEIDA	R\$ 144.597,80		
NÃO	INDEFINIDO	1	VITOR HUGO DE ALMEIDA MOREIRA	R\$ 867,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	VLADIMIR ORLANDO CARDOSO DE ARAUJO FILHO	R\$ 90.982,92		
NÃO	INDEFINIDO	1	WANDERSON FERREIRA DE OLIVEIRA (VALDIVIA)	R\$ 138.000,00		
SIM	NÃO	1	WELLINGTON SIMAO	R\$ 119.273,19	189.69.57.153	JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO
NÃO	INDEFINIDO	1	WESLEY LIMA DA CRUZ	R\$ 575,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	WESLEY SOARES XAVIER	R\$ 135.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	1	WLAMIR NEY MACHADO	R\$ 2.314,70		
NÃO	INDEFINIDO	3	ADAIR FELIZARDO	R\$ 15.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	3	ALGAR SOLUCOES E TI S/A	R\$ 89,00		
SIM	SIM	3	ANDRE JUNIO PEREIRA DA SILVA	R\$ 10.000,00	191.191.35.173	GILBERTO ALVES
SIM	ABSTENÇÃO	3	ANTONIUS'S ASSESSORIA ESPORTIVA LTDA	R\$ 131.768,07	189.106.161.242	ALAN FLAVIO DA FONSECA GERALDO
SIM	NÃO	3	BANCO BRADESCO S.A.	R\$ 422.456,71	177.156.250.192	RAQUELLI BÓLICO
NÃO	INDEFINIDO	3	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTE	R\$ 8.741,66		
SIM	NÃO	3	BIOMEHUB PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LTDA	R\$ 218.815,27	186.222.17.145	MARCOS VINICIUS DE SOUZA
SIM	NÃO	3	BRAUN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	R\$ 532.777,72	189.69.57.153	JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO
SIM	SIM	3	BRAZIL SOCCER SPORTS MANAGEMENT LTDA	R\$ 4.788.041,19	177.202.255.223	THIAGO CAMARGO D' IVANENKO
SIM	SIM	3	CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 379,80	201.55.122.10	ANSELMO DA SILVA LIVRAMENTO MACHADO
NÃO	INDEFINIDO	3	CELESC	R\$ 9.221,94		
SIM	NÃO	3	CLÁUDIO ROBERTO DA SILVA	R\$ 65.469,28	187.20.31.232	VANESSA MARA PINTO NOGUEIRA LIMA
SIM	SIM	3	COLAU QUIMICA DO BRASIL	R\$ 2.000,00	201.55.122.10	ANSELMO DA SILVA LIVRAMENTO MACHADO
SIM	SIM	3	COMERCIAL DE CARNES SILVA	R\$ 23.327,24	191.251.90.27	DIOGO REBELO
NÃO	INDEFINIDO	3	CPS INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	R\$ 86.513,21		
NÃO	INDEFINIDO	3	CROMOTRANSFER INDUSTRIA DE ESTAMPAS EM TRANSFER LTDA	R\$ 9.863,05		
NÃO	INDEFINIDO	3	DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS	R\$ 128.863,41		
NÃO	INDEFINIDO	3	DASS SUL CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	R\$ 119.487,03		
NÃO	INDEFINIDO	3	EDUCANDARIO SANTA CATARINA	R\$ 192.398,50		
NÃO	INDEFINIDO	3	EMPRESA CAT.DE TEC. E TELECOMUNICACOES	R\$ 1.040,00		
NÃO	INDEFINIDO	3	ESSENTIAL ASSESSORIA	R\$ 21.000,00		
SIM	SIM	3	FABIANO FONSECA PIERRI	R\$ 91,72	201.55.122.10	ANSELMO DA SILVA LIVRAMENTO MACHADO
SIM	NÃO	3	FAGNER IRONI DAPONTE	R\$ 415.472,99	187.85.17.94	THIAGO RINO
NÃO	INDEFINIDO	3	FARO AGENCIAMENTO	R\$ 8.000,00		
SIM	SIM	3	FEDERACAO CATARINENSE DE FUTEBOL	R\$ 3.469,76	189.4.120.26	RODRIGO GOELDNER CAPELLA
SIM	SIM	3	FLASH FORWARD REPRESENTAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE ATLETAS LTDA	R\$ 1.748.012,30	191.9.52.56	ALINE DE BAIRROS
NÃO	INDEFINIDO	3	FORT ATACADISTA	R\$ 3.865,20		
SIM	SIM	3	FUTEBOLCARD SISTEMAS LTDA	R\$ 1.500.000,00	177.131.119.18	GUSTAVO MIRANDA SCHLOSSER
NÃO	INDEFINIDO	3	G7 FOOTBALL INVESTIMENTS GESTAO E MKT ES	R\$ 749,50		
NÃO	INDEFINIDO	3	GABRIEL MACÁRIO	R\$ 70.000,00		
SIM	SIM	3	HASC SPORTS CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	R\$ 95.838,90	177.12.50.103	IGOR GOMES FERREIRA
SIM	SIM	3	IMPERATRIZ JAN ENVASADORA DE AGUAS MINERAIS	R\$ 12.009,50	191.251.90.27	DIOGO REBELO
NÃO	INDEFINIDO	3	INSTITUTO FENACON	R\$ 235,00		
SIM	SIM	3	JEAN FRANCISCO MARTIM CANDIDO	R\$ 64.000,00	189.58.214.134	VICTOR BASSUALDO BOABAID
SIM	SIM	3	JOHNSON INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA	R\$ 35.625,00	45.172.69.154	ROBERTO FERNANDES DA SILVA DE SOUSA
SIM	NÃO	3	JOÃO LUCAS CARDOSO	R\$ 274.506,89	187.85.17.94	THIAGO RINO
SIM	SIM	3	KAH ESPORTES E ENTRETENIMENTO EIRELI	R\$ 9.370,00	191.251.90.27	DIOGO REBELO
SIM	NÃO	3	KEVIN PETERSON DOS SANTOS SILVA	R\$ 42.055,01	177.202.255.223	EDUARDO BEIL
NÃO	INDEFINIDO	3	LOOK MARKETING ESPORTIVO E PARTICIPAÇÕES LTDA	R\$ 2.000.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	3	MODERNLINE COMERCIO DE MOVEIS	R\$ 139,90		
NÃO	INDEFINIDO	3	MONACO CONVENTION 7 HOTEL	R\$ 18.454,16		
NÃO	INDEFINIDO	3	NC COMUNICACOES SA	R\$ 40.000,00		MARCELO AGUIAR
NÃO	INDEFINIDO	3	NETBAR OPERACOES DE BARES EM EVENTOS LTD	R\$ 36.593,05		
NÃO	INDEFINIDO	3	NETWORK PARTICIPACOES S.A.	R\$ 34,72		
NÃO	INDEFINIDO	3	OUTPLAN MARKETING INTERATIVO	R\$ 82.424,23		
SIM	SIM	3	PRAIANA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R\$ 223,00	201.55.122.10	ANSELMO DA SILVA LIVRAMENTO MACHADO
SIM	SIM	3	PRATTES PLANEJAMENTO E GESTAO	R\$ 24.400,00	189.6.246.34	CARLOS EDUARDO FLORES
NÃO	INDEFINIDO	3	R. VAZ PARTICIPACOES ESPORTIVAS LTDA	R\$ 22.933,30		
NÃO	INDEFINIDO	3	ROSEANE APARECIDA PREVEDO	R\$ 29.923,93		
NÃO	INDEFINIDO	3	SANTELMO PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA	R\$ 521,93		
SIM	SIM	3	SPORT CLUB INTERNACIONAL	R\$ 1.930.409,58	45.236.133.170	LUCAS BIANCHI FARACO
NÃO	INDEFINIDO	3	SUPERGASBRAS - COZIGAS COM. E TRANSPORTE DE GASES	R\$ 1.020,00		
NÃO	INDEFINIDO	3	THYSSENKRUPP ELEVADO	R\$ 2.245,03		
SIM	SIM	3	TONIOLO PRE MOLDADOS	R\$ 20.534,88	201.55.122.10	ANSELMO DA SILVA LIVRAMENTO MACHADO
NÃO	INDEFINIDO	3	TORCIDA BABY DO BRASIL LTDA	R\$ 391,69		
NÃO	INDEFINIDO	3	TOTVS S/A	R\$ 13.855,31		
NÃO	INDEFINIDO	3	TRES CORACOES ALIMENTOS S.A	R\$ 34.028,71		
NÃO	INDEFINIDO	3	VANESSA MARIA PEREIRA	R\$ 3.037,55		
NÃO	INDEFINIDO	3	VIA CATARIA HOTELARIA	R\$ 2.853,10		

PRESENTE	VOTO	CLASSE	NOME	VALOR	IP	PROCURADOR
SIM	NÃO	3	VTN IMAGE REPRESENTACAO E AGENCIAMENTO LTDA	R\$ 470.139,97	187.106.32.96	FILIPE ORSOLINI PINTO DE SOUZA
SIM	NÃO	3	WELLINGTON SIMIAO	R\$ 42.364,19	189.69.57.153	JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO
NÃO	INDEFINIDO	4	ALFA TRANSPORTE ESCOLAR	R\$ 6.200,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	ALLIE PET FLAVIA ZANATTA CONFECCOES PET ME	R\$ 1.723,92		
NÃO	INDEFINIDO	4	ALVES LIMA ELETRONICOS LTDA	R\$ 2.047,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	ANTIPOP COM. DE ARTIGOS DE MERCHANISING	R\$ 1.925,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	ANTONIO CARLOS AGUIAR 34445200930	R\$ 500,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	ART TRANSFERS & COMUNICACAO VISUAL	R\$ 1.558,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	ARTEFATOS DE C.DAMIL LTDA	R\$ 422,50		
NÃO	INDEFINIDO	4	ATELIER DORRIS RINA KONING THIELE ME	R\$ 300,00		
SIM	SIM	4	AUTO ELETRICA POSSENTI	R\$ 920,00	201.55.122.10	ANSELMO DA SILVA LIVRAMENTO MACHADO
NÃO	INDEFINIDO	4	BAZAR DA MANA	R\$ 8,00		
SIM	SIM	4	BEA BEBIDAS (DANIELA DE OLIVEIRA ALVES) ME	R\$ 65,00	201.55.122.10	ANSELMO DA SILVA LIVRAMENTO MACHADO
NÃO	INDEFINIDO	4	BEL PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	R\$ 250,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	BENONI GODINHO KUSTER NUNES	R\$ 1.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	BERLIM URBANIZACAO	R\$ 58.233,42		
NÃO	INDEFINIDO	4	BETO PLOTAGEM	R\$ 400,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	BIKE CLOSET BR	R\$ 1.100,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	BLOOM SOCCER SPORTS	R\$ 10.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	BOSCH AUTO ELETRICA MULLER LTDA ME	R\$ 100,00		
SIM	NÃO	4	BS IMAGEM E CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA - ME	R\$ 246.071,69	201.13.134.165	DANIEL LOURENÇO
NÃO	INDEFINIDO	4	CANTUR TURISMO	R\$ 50.800,00		
SIM	NÃO	4	CARLOS ANTONIO DE MAGALHAES PEREIRA	R\$ 28.000,00	189.58.214.134	VICTOR BASSUALDO BOABAID
NÃO	INDEFINIDO	4	CARLOS HENRIQUE CAMPEIRO SILVA	R\$ 954,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	CASA DAS MANGUEIRAS E BORRAC SILVY LTDA	R\$ 1.285,20		
NÃO	INDEFINIDO	4	CASARAO DAS FERRAGENS MURILO CESAR CORDEIRO	R\$ 70,00		
SIM	SIM	4	CHAVEIRO LAURI 24 HR	R\$ 730,00	201.55.122.10	ANSELMO DA SILVA LIVRAMENTO MACHADO
SIM	NÃO	4	CLASOL ASSESSORIA TECNICA ESPORTIVA	R\$ 487.085,00	189.69.57.153	JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO
NÃO	INDEFINIDO	4	CONFIANCA EQUIP.GASTRONOMICOS	R\$ 1.425,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	CORREIOS AG RIO BRANCO	R\$ 340,12		
NÃO	INDEFINIDO	4	COUTO & SOUZA COM DE ARTIGO DO	R\$ 850,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	DE LORENZI E KLEINHANS	R\$ 51.600,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	DIAS E DIAS IRMAOS DIAS LOC EQUIP FESTAS EVENTOS	R\$ 1.610,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	DUTS MARKETING ESPORTIVO	R\$ 64.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	EMG CONSULTORIA DESPORTIVA LTDA	R\$ 380.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	ESCRIMATE COM DE MAT DE ESCRITORIO E INF	R\$ 4.419,92		
NÃO	INDEFINIDO	4	EVALDO PEREIRA FRAGA	R\$ 250,00		
SIM	SIM	4	F&A EQUIPAMENTOS. COM	R\$ 55.295,84	191.251.90.27	DIOGO REBELO
NÃO	INDEFINIDO	4	FABIO DE VARGAS	R\$ 200,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	FABRIPEC ESPORTES LTDA	R\$ 6.166,27		
SIM	SIM	4	FANATIC UNIFORMES LTDA	R\$ 19.513,42	191.251.90.27	DIOGO REBELO
NÃO	INDEFINIDO	4	FARMACIA FLORIVITA	R\$ 2.203,62		
SIM	SIM	4	FRIOGAS MANUTENCAO DE EQUIP.RE	R\$ 225,00	191.251.90.27	DIOGO REBELO
NÃO	INDEFINIDO	4	FRONTOL SMART PROD ELETRONICOS	R\$ 31,98		
NÃO	INDEFINIDO	4	FRUTOLANDIA COSTA E SILVA LTDA	R\$ 5.628,90		
NÃO	INDEFINIDO	4	FUNCIONAL HIT-COM DE EQUIP LTDA	R\$ 15.410,29		
NÃO	INDEFINIDO	4	FUTEBOL CONCEITO ASSESSORIA EM FUTEBOL L	R\$ 277.043,40		
SIM	NÃO	4	FÁBRICA MARKETING ESPORTIVO LTDA EPP	R\$ 3.380.849,60	191.9.52.56	ALINE DE BAIRROS
NÃO	INDEFINIDO	4	G.A.COMERCIO DE EQUIP E REFRIG	R\$ 9.133,34		
NÃO	INDEFINIDO	4	G.B.CAMPOS	R\$ 64.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	GABRIELA PEREIRA DE BITENCOURT	R\$ 329,80		
NÃO	INDEFINIDO	4	GELOTIN DA ILHA	R\$ 500,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	GEOVANE SILVA SANTOS	R\$ 10.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	GR9 GASTON RODRIGUES AGENCIA	R\$ 33.333,33		
SIM	SIM	4	INDUSTRIA E COMERCIO CARIMBO CENTER LTDA	R\$ 18,50	201.55.122.10	ANSELMO DA SILVA LIVRAMENTO MACHADO
NÃO	INDEFINIDO	4	INFINITY FITNES STORE	R\$ 299,99		
SIM	SIM	4	JAISON MENDONCA RIBEIRO - ME (J. M. R ESTOFARIA E COSTURA)	R\$ 3.395,96	191.251.90.27	DIOGO REBELO
NÃO	INDEFINIDO	4	JARACESCKI - SERRALHERIA JARACESCKI LTDA EPP	R\$ 2.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	JEOVANI IRMO DANIEL	R\$ 150,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	JORGE VOLNEI	R\$ 2.959,87		
SIM	SIM	4	JUNCKES DISTRIBUIDORA	R\$ 1.549,12	201.55.122.10	ANSELMO DA SILVA LIVRAMENTO MACHAD
NÃO	INDEFINIDO	4	L&P PRODUCOES	R\$ 58,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	L.S COSTA PRESENTES	R\$ 599,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	LF VARIEDADES	R\$ 58,89		
NÃO	INDEFINIDO	4	LICENSE SOLUTIONS LTDA	R\$ 4.516,40		
NÃO	INDEFINIDO	4	MAIS SPORTS BRAZIL L	R\$ 177.868,82		
NÃO	INDEFINIDO	4	MARCIA SCHMITT	R\$ 360,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	MARIANA GIL CARDOSO MADEIRA 00	R\$ 2.050,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	MAT DE CONSTRUCAO RE	R\$ 244,85		
NÃO	INDEFINIDO	4	MATOS CONSULT	R\$ 625,60		
SIM	SIM	4	MCL ESPORTE AGENCIAMENTOS LTDA	R\$ 84.441,29	189.58.214.134	VICTOR BASSUALDO BOABAID
NÃO	INDEFINIDO	4	MEDIA ESPORTES E SAUDE	R\$ 4.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	MERCADO IDEAL	R\$ 49,99		
SIM	SIM	4	MF SOLUCOES LTDA	R\$ 10.942,62	191.251.90.27	DIOGO REBELO
SIM	SIM	4	MMB SPORTS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME	R\$ 31.997,09	177.12.50.103	IGOR GOMES FERREIRA
NÃO	INDEFINIDO	4	MSBRESSANELLI LTDA	R\$ 67.959,69		
NÃO	INDEFINIDO	4	MUNDO OFFICE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 1.144,55		
NÃO	INDEFINIDO	4	MURIQUI SOCCER DA COSTA VERDE	R\$ 33.600,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	NIPPO SERVICOS ADMINISTRATIVOS	R\$ 2.900,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	NOVA SUL DISTRIBUIDORA	R\$ 1.421,12		
NÃO	INDEFINIDO	4	NOVAPLUG - PAULO CERGIO MARCILI	R\$ 9.200,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	NUTRIR INDUSTRIAL	R\$ 106,25		
NÃO	INDEFINIDO	4	OFICINA LEITE	R\$ 920,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	OLITEC BANACAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 98,90		
NÃO	INDEFINIDO	4	PAOLO GUERREIRO EIRELI	R\$ 150.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	PAULISTA BALOES	R\$ 970,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	PAULO SERGIO GOULART	R\$ 500,00		
SIM	SIM	4	PC & EDU RECEPTIVO LTDA	R\$ 5.237,28	191.251.90.27	DIOGO REBELO
NÃO	INDEFINIDO	4	PENSA ENTRETENIMENTO LTDA	R\$ 3.000,00		
SIM	SIM	4	QMC SANEAMENTO LTDA EPP	R\$ 368,00	191.251.90.27	DIOGO REBELO
SIM	NÃO	4	R&A SERVIÇOS ESPORTIVOS LTDA - ME	R\$ 270.725,79	189.69.57.153	JOÃO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO
NÃO	INDEFINIDO	4	R14 SPORTS LTDA	R\$ 19.161,30		
NÃO	INDEFINIDO	4	RODRIGO DOS SANTOS DE FREITAS	R\$ 28.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	RONALDO A C PEREIRA	R\$ 13.454,30		
NÃO	INDEFINIDO	4	ROPESTORE - PAULO ROBERTO PERES QUEMP EIRELI	R\$ 322,49		
NÃO	INDEFINIDO	4	RUBENS FERNANDO MOEDIM	R\$ 70.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	RW SPORTS E EVENTOS	R\$ 18.952,22		
NÃO	INDEFINIDO	4	RWM MARTINS ASSESSORIA ESPORTIVA EPP	R\$ 71.632,60		
NÃO	INDEFINIDO	4	S.A.H. EIRELI	R\$ 3.450,30		
NÃO	INDEFINIDO	4	SILVIA PRODUTOS E MANUTENCOES	R\$ 1.207,00		

PRESENTE	VOTO	CLASSE	NOME	VALOR	IP	PROCURADOR
NÃO	INDEFINIDO	4	SOUVENIR BRASIL	R\$ 210,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	SPEED FITNESS	R\$ 800,30		
NÃO	INDEFINIDO	4	STAFF ENGENHARIA DIAGNOSTICA	R\$ 159,94		
SIM	NÃO	4	SUELI APARECIDA GRAVE DUTRA - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EIRELI - EPP	R\$ 517.350,42	191.9.52.56	ALINE DE BAIRROS
NÃO	INDEFINIDO	4	SUPER TELAS COMERCIO DE TELAS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP	R\$ 42.385,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	SUPPORTWORK SOLUCOES	R\$ 75,90		
NÃO	INDEFINIDO	4	T. TAVEIRAS ESPORTES LTDA	R\$ 40.134,36		
NÃO	INDEFINIDO	4	TDSA COMERCIO DE SOFTWARE LTDA	R\$ 899,40		
SIM	SIM	4	TENDAS CATARINENSE LOCACOES E VENDAS LTDA EPP	R\$ 40.500,00	191.251.90.27	DIOGO REBELO
NÃO	INDEFINIDO	4	TERRITORIO SAGRADO	R\$ 2.847,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	THIAGO KAUE	R\$ 5.000,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	TIAGO HERNANDEZ	R\$ 3.616,00		
SIM	SIM	4	V.W. EDITOR GRAFICO LTDA EPP (GRAFICA DARWIN)	R\$ 2.995,15	191.251.90.27	DIOGO REBELO
SIM	SIM	4	VITA SUPRA INDUSTRIA DE COMERCIO DE SUCOS LTDA ME	R\$ 10.500,00	191.251.90.27	DIOGO REBELO
SIM	SIM	4	VIVIANE FABRICACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP (PREVENFIRE)	R\$ 14.050,00	191.251.90.27	DIOGO REBELO
NÃO	INDEFINIDO	4	VORTEXSHOP COMMERCE	R\$ 190,74		
NÃO	INDEFINIDO	4	WALDERLEY FERNANDES DE ALMEIDA	R\$ 259,90		
NÃO	INDEFINIDO	4	WALDIR WALDEMIRO WEINRICH 4591	R\$ 1.300,00		
NÃO	INDEFINIDO	4	WEGA GERADORES	R\$ 3.000,00		
SIM	NÃO	4	WELAB.BUSINESS COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA ME	R\$ 5.588.493,24	187.7.157.12	JAMILE APARECIDA MACHNICKI
NÃO	INDEFINIDO	4	WFJ SUPRIMENTOS CORPORATIVOS EIRELI ME	R\$ 106.134,44		
SIM	SIM	4	WV HIDROANALISE LTDA ME	R\$ 3.591,75	191.251.90.27	DIOGO REBELO
NÃO	INDEFINIDO	4	YOUBAG COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO	R\$ 2.805,47		

ANEXO V

RELATÓRIO DA PLATAFORMA VIRTUAL

Your Event Statistics



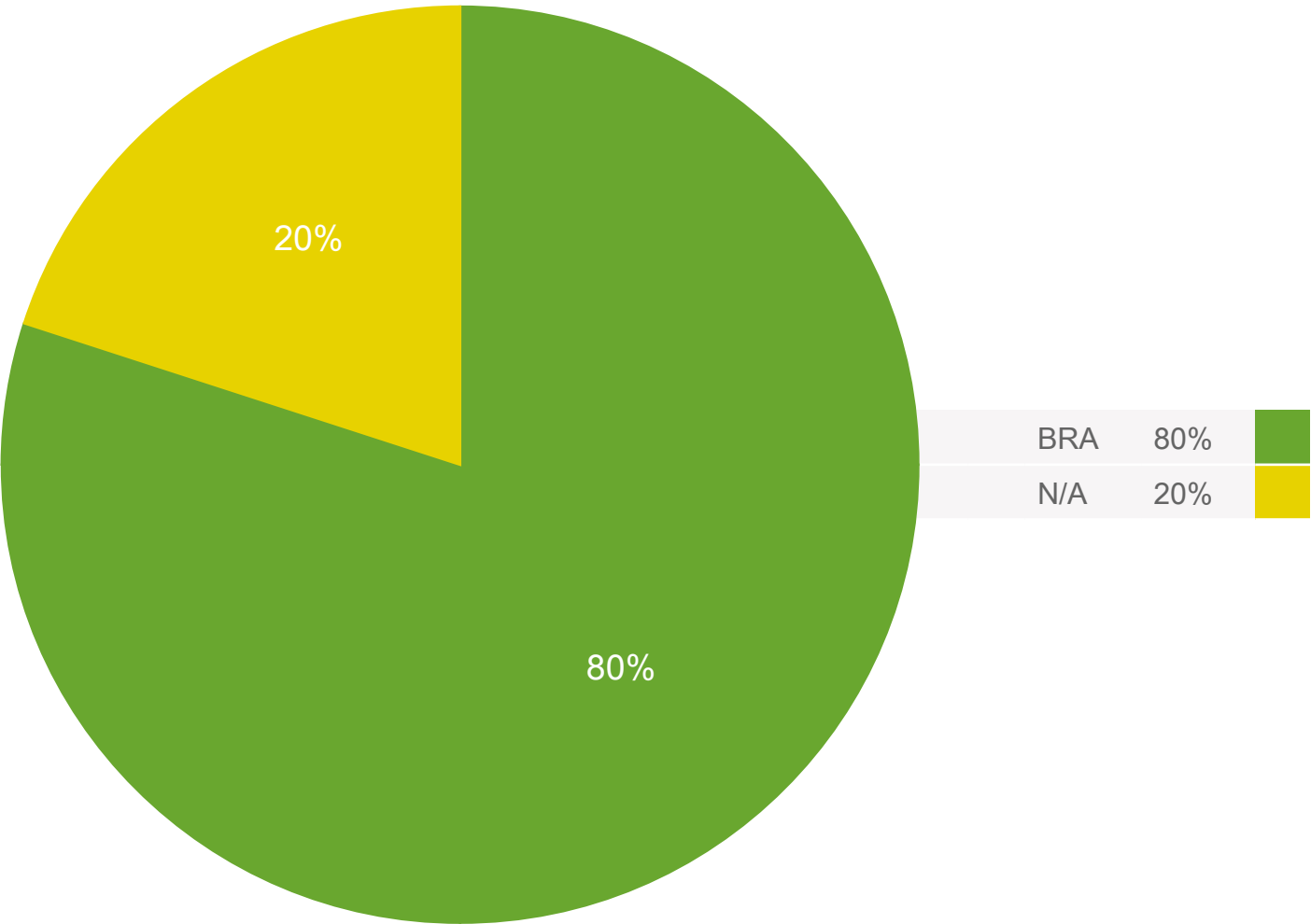
Event Summary

Event name:	ASSEMBLEIA VIRTUAL AVAÍ - 5031675-75.2023.8.24.0023		
Event organizer:	AJUD TECNOLOGIA E ASSESSORIA PARA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL (contato@ajud.com.br)		
	https://ajudtecnologiaeassessoria.clickmeeting.com/assembleia-virtual-avai-5031675-75-2023-8-24-0023		
Event duration:	4h 12 min		
	Session start/stop: Feb 22, 2024 08:29 BRT / Feb 22, 2024 12:41 BRT		
Number of attendees:	41		
	 Web: 97%  Mobile: 2%		
	 Mobile:  IOS: 0%  Android: 100%		
Event lobby:	enabled		

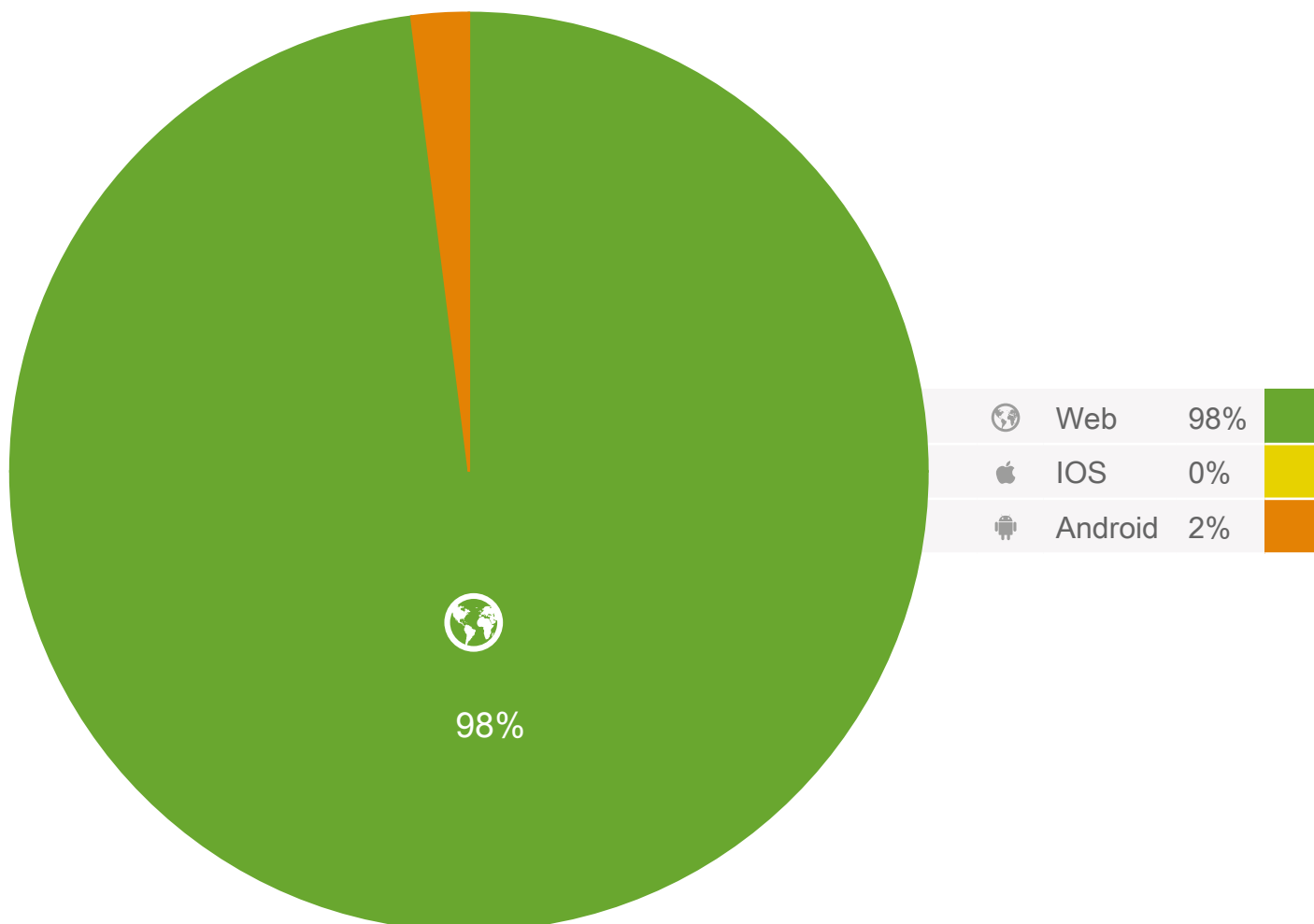
Attendees Summary

Number of attendees:	41
Maximum number of attendees at the same time:	41
Number of attendees in lobby:	3
Number of attendees dropped before the event:	0
Average attendance time:	3h 14 min

Country statistics

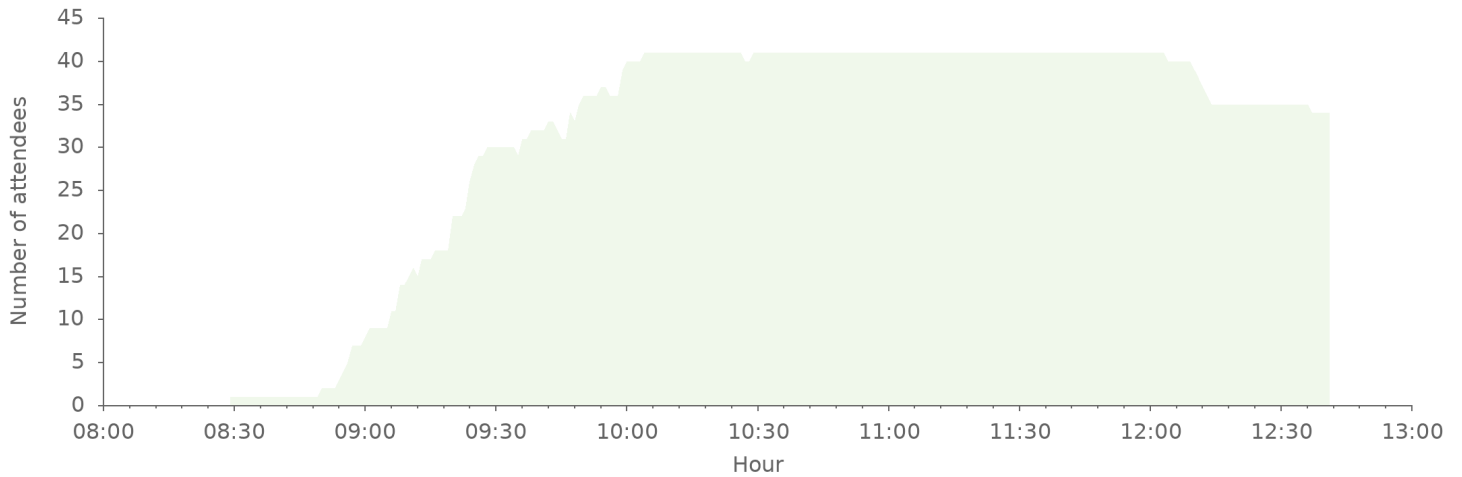


Device statistics



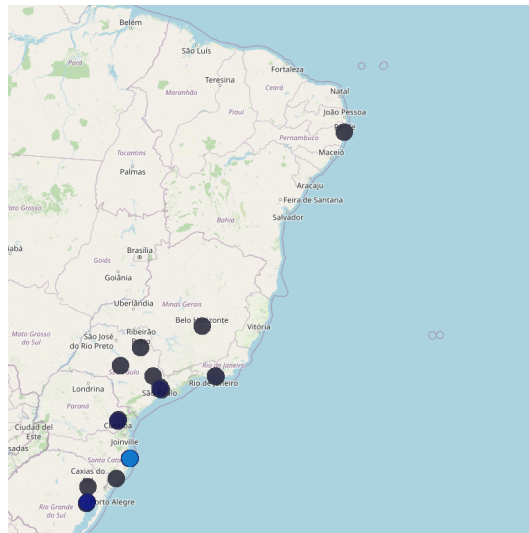
Attendees Summary

Number of attendees in time



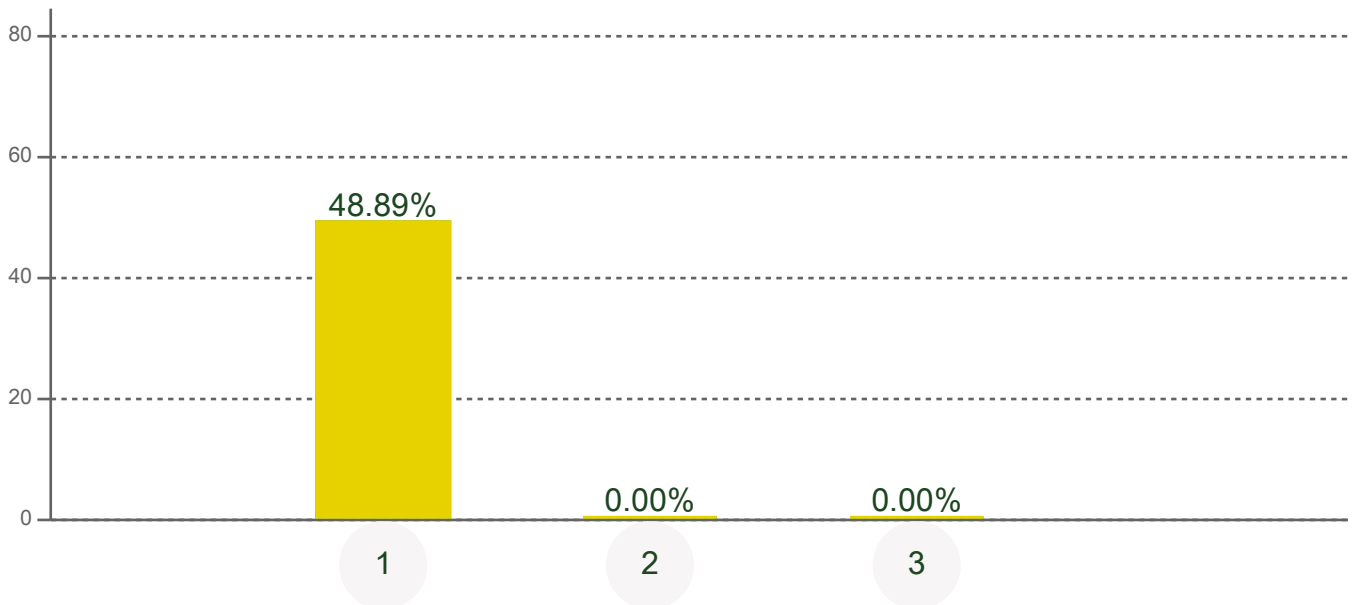
Number of attendees in time

Number of attendees



Attendees Summary

Invitations



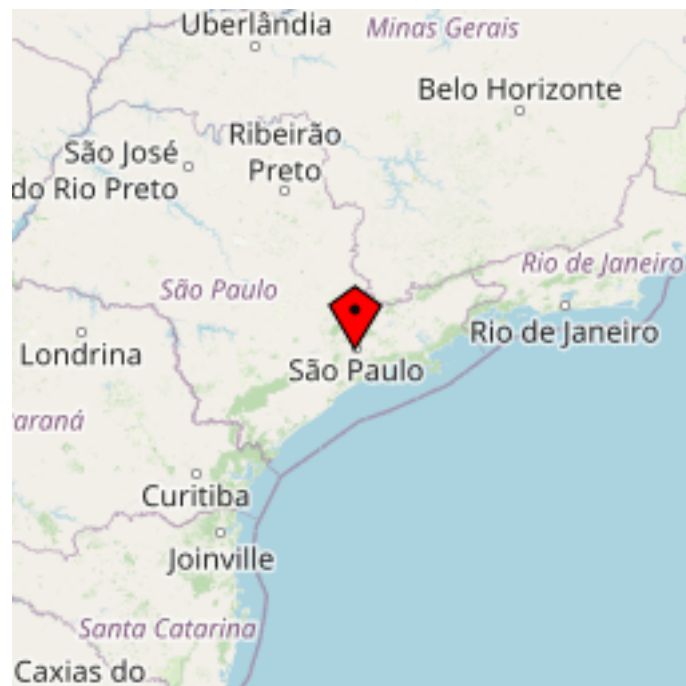
- 1 Invitations accepted by 22 people (48%), of which 22 (48%) participated in the event
- 2 Invitations declined by 0 people (0%), of which 0 (0%) participated in the event
- 3 "Maybe" answered by 0 people (0%), of which 0 (0%) participated in the event

aline@trsadvogados.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:13 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:19 BRT
Duration:	6 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:19 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 22 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location

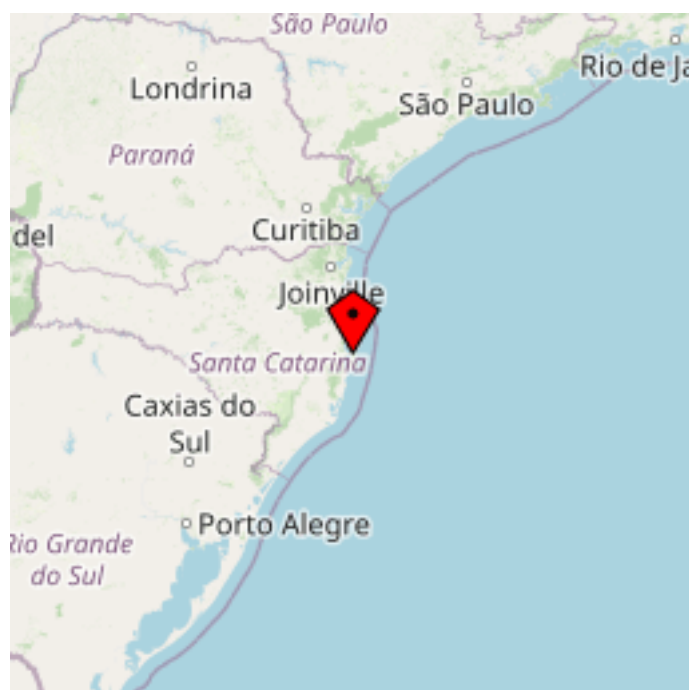


andrei@conwert.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:24 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:35 BRT
Duration:	11 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:35 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 6 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location

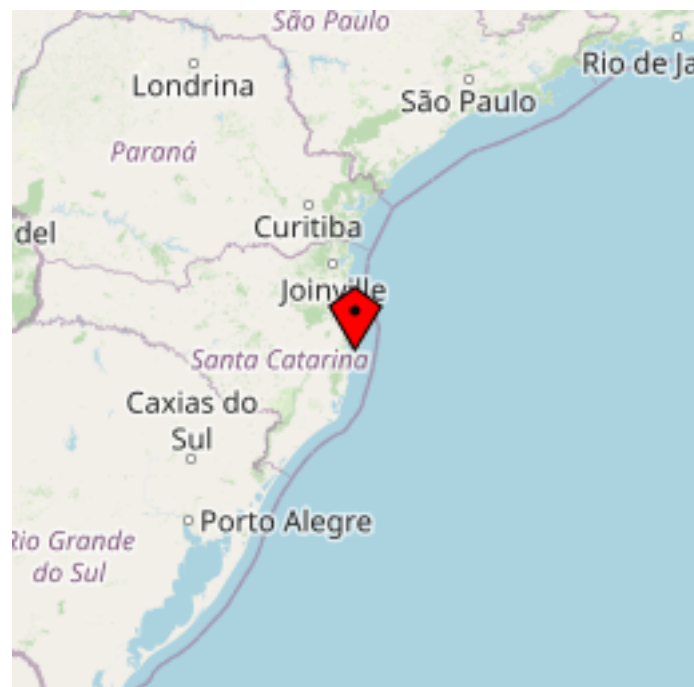


anselmo@lmce.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:20 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:40 BRT
Duration:	20 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:41 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:41 BRT
Duration:	0 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:47 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:47 BRT
Duration:	0 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:59 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:09 BRT
Duration:	2h 10 min
Device:	web browser (unknown)
Joined at:	Feb 22, 2024 12:09 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:10 BRT
Duration:	1 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location



cadolicks@gmail.com

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:06 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 35 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location



contato@ajud.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 08:57 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 44 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location



Participated in 6 of 250 your events in the past:

Last 6 of them:	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO SELTEC - 5049247-94.2023.8.21.0001" at Feb 20, 2024 13:48 BRT
	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL MODELATTO - 5004599-88.2023.8.24.0019" at Feb 01, 2024 14:42 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL EXPRESSO VITÓRIA - 5004265-67.2021.8.21.0032" at Jan 31, 2024 16:26 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL EXPRESSO VITÓRIA - 5004265-67.2021.8.21.0032" at Jan 31, 2024 14:46 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL - 5003066-17.2021.8.21.0159" at Jan 30, 2024 09:50 BRST

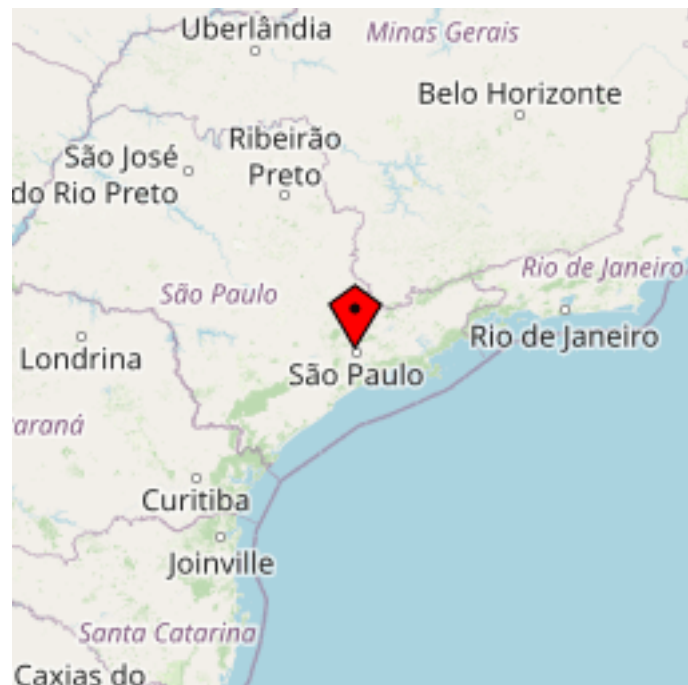
Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL MODELATTO - 5004599-88.2023.8.24.0019" at Jan 25, 2024 14:43 BRST

daniel.lourenco@cmadv.com

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:25 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:43 BRT
Duration:	18 min
Device:	android phone
Joined at:	Feb 22, 2024 09:49 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 11:02 BRT
Duration:	1h 13 min
Device:	android phone
Joined at:	Feb 22, 2024 11:02 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	1h 39 min
Device:	android phone

Map location

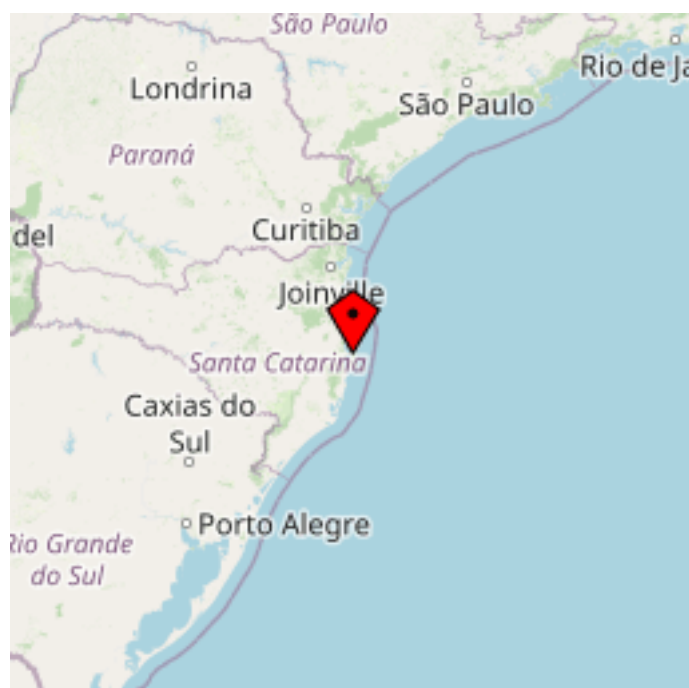


diogo@aradvogados.adv.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:20 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:23 BRT
Duration:	3 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:23 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 18 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location



eduardo@beil.adv.br

Connection History

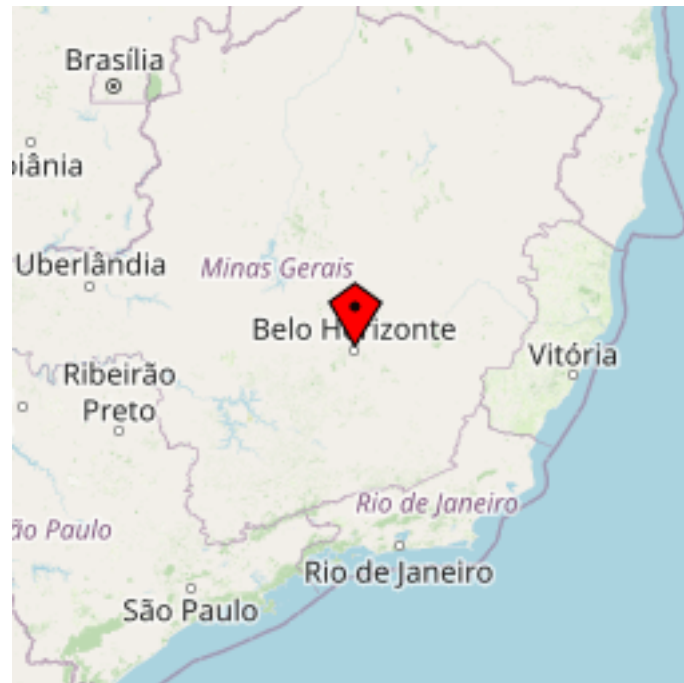
Joined at:	Feb 22, 2024 09:16 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:34 BRT
Duration:	3h 18 min
Device:	web browser (unknown)
Joined at:	Feb 22, 2024 12:34 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	7 min
Device:	web browser (Chrome 122.0.0)

fabio99cruz@gmail.com

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:08 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:20 BRT
Duration:	12 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:20 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:43 BRT
Duration:	23 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:43 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:43 BRT
Duration:	0 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:44 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 10:06 BRT
Duration:	22 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 10:06 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	2h 35 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location



fernanda.martins@ajud.com.br (Presenter)

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 08:55 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 46 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location



Participated in 6 of 250 your events in the past:

Last 6 of them:	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO SELTEC - 5049247-94.2023.8.21.0001" at Feb 20, 2024 14:00 BRT
	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL MODELATTO - 5004599-88.2023.8.24.0019" at Feb 01, 2024 14:46 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL EXPRESSO VITÓRIA - 5004265-67.2021.8.21.0032" at Jan 31, 2024 14:53 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL - 5003066-17.2021.8.21.0159" at Jan 30, 2024 10:01 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL MODELATTO - 5004599-88.2023.8.24.0019" at Jan 25, 2024 14:30 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL EXPRESSO VITÓRIA - 5004265-67.2021.8.21.0032" at Jan 24, 2024 14:26 BRST

fernando.cascaes@advempresarial.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:00 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:35 BRT
Duration:	35 min
Device:	web browser (unknown)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:35 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:43 BRT
Duration:	8 min
Device:	web browser (Mozilla/5.0 (Macintosh; Intel Mac OS X 10_15_7) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/17.2.1 Safari/605.1.15)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:44 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	2h 57 min
Device:	web browser (Mozilla/5.0 (Macintosh; Intel Mac OS X 10_15_7) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/17.2.1 Safari/605.1.15)

Participated in 3 of 250 your events in the past:

Last 3 of them:	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL BREITHAUPT - 5009853-93.2020.8.24.0036" at May 18, 2021 09:14 BRT
	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL BREITHAUPT - 5009853-93.2020.8.24.0036" at May 04, 2021 08:56 BRT
	Event "VC Breithaupt" at Dec 11, 2020 15:58 BRST

filipe@brocchiesouza.com

Connection History

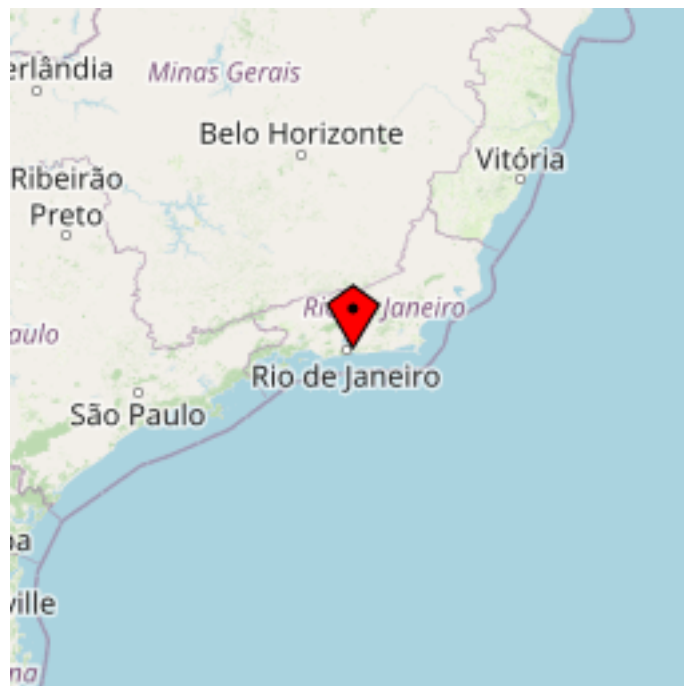
Joined at:	Feb 22, 2024 09:38 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 10:09 BRT
Duration:	31 min
Device:	web browser (unknown)
Joined at:	Feb 22, 2024 10:09 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	2h 32 min
Device:	web browser (Firefox 122.0)

fonseca@belaciano.adv.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:11 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 30 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location

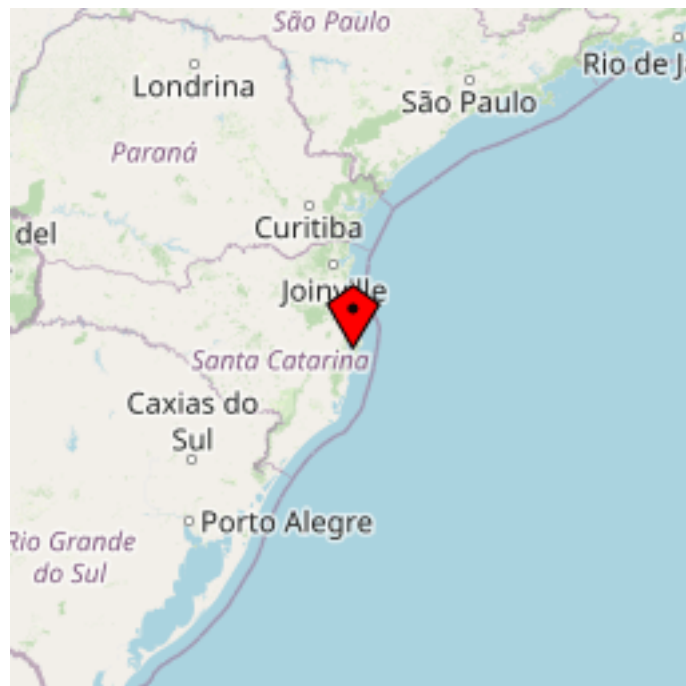


gibaadv@yahoo.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:10 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:13 BRT
Duration:	3h 3 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location

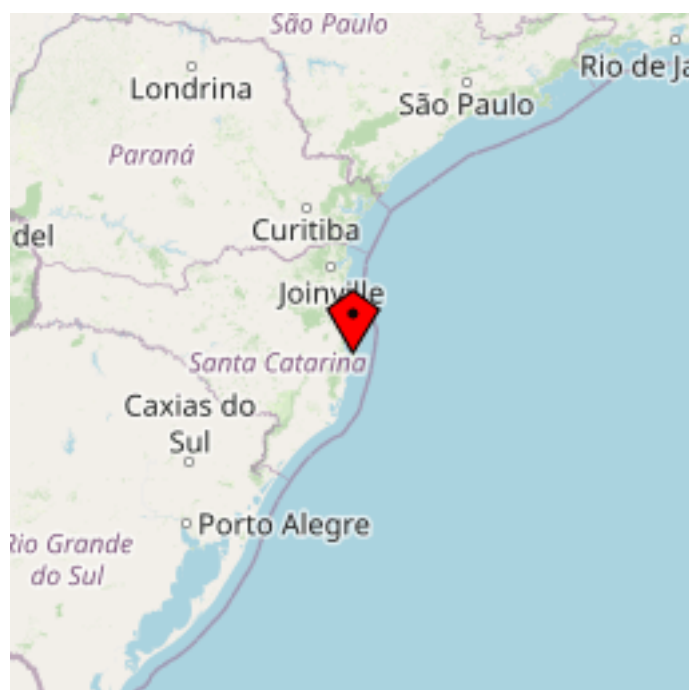


gustavo@mnadvocacia.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:59 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:08 BRT
Duration:	2h 9 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 12:09 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:09 BRT
Duration:	0 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location

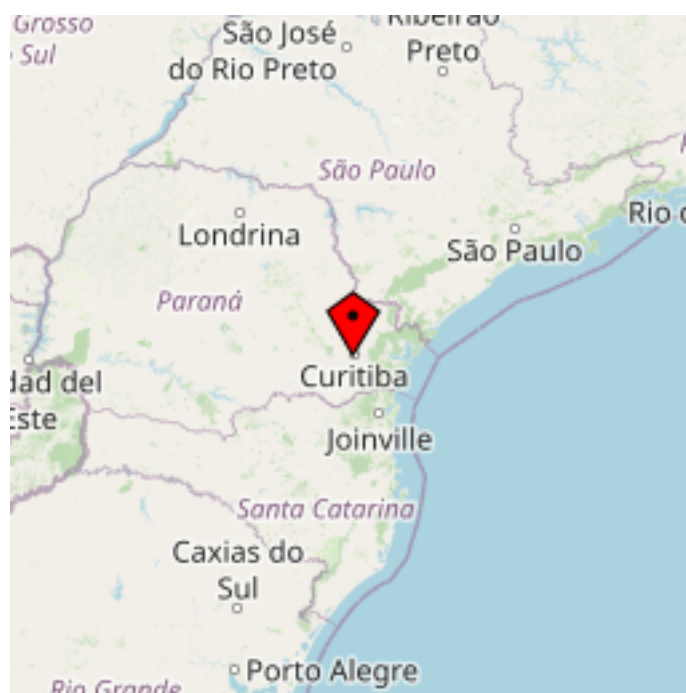


henrique@mrc.adv.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 08:50 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 51 min
Device:	web browser (Firefox 122.0)

Map location

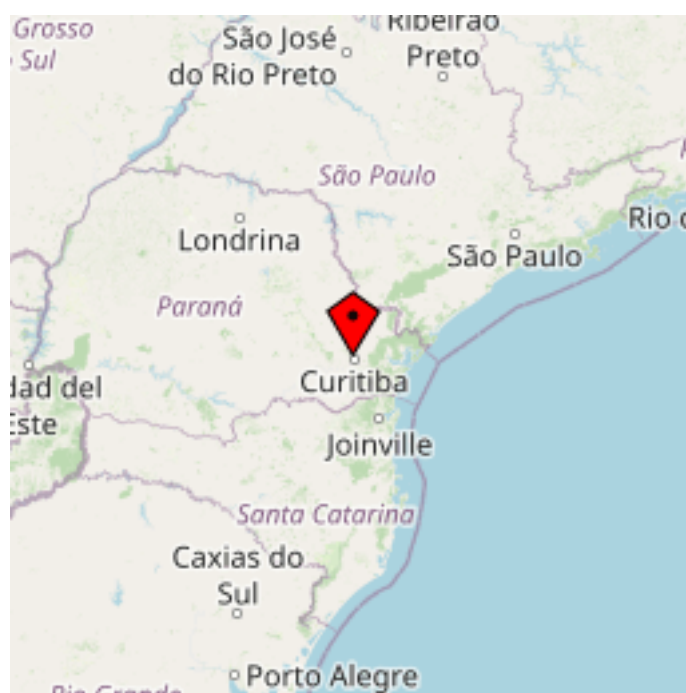


henriquecesar@langer.adv.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:06 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 35 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location

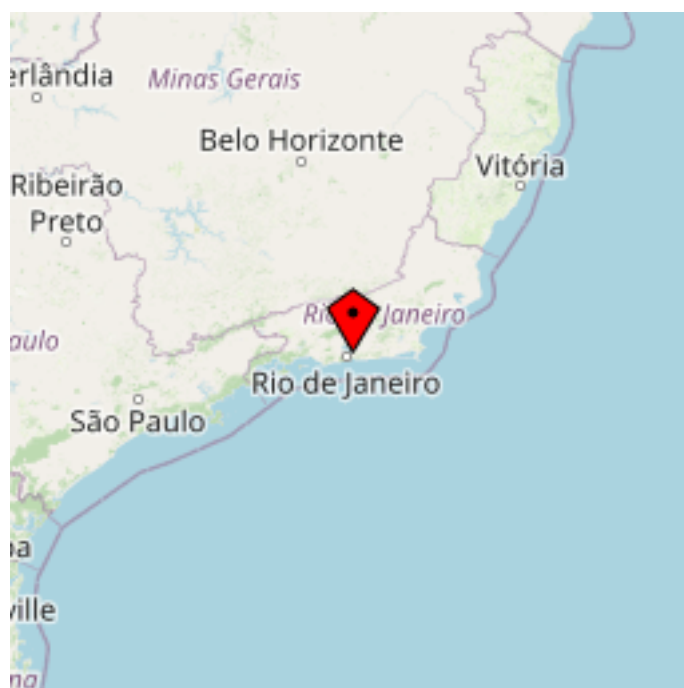


igor@diogosouza.adv.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:23 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:12 BRT
Duration:	2h 49 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location

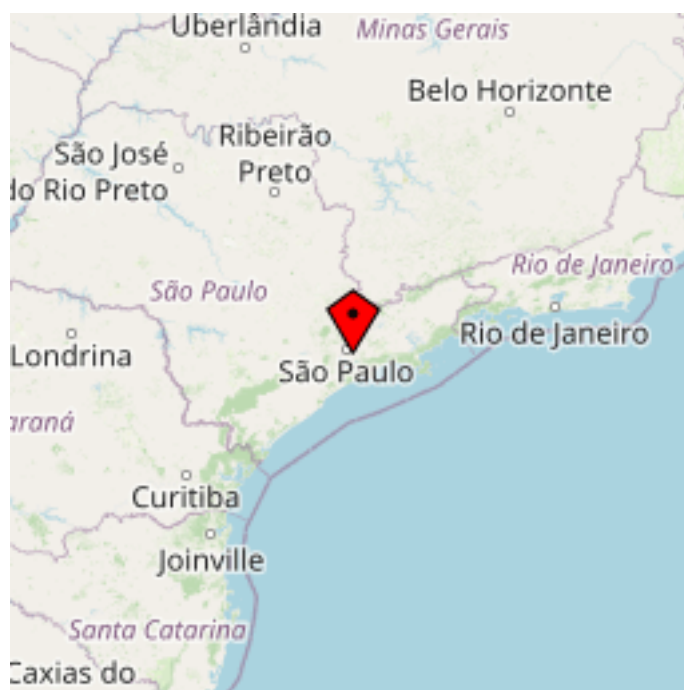


ivania@igadvocacia.com

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:08 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:11 BRT
Duration:	3 min
Device:	web browser (Chrome 116.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:11 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 30 min
Device:	web browser (Chrome 116.0.0)

Map location



jamile@poppadvogados.adv.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:36 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 5 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location

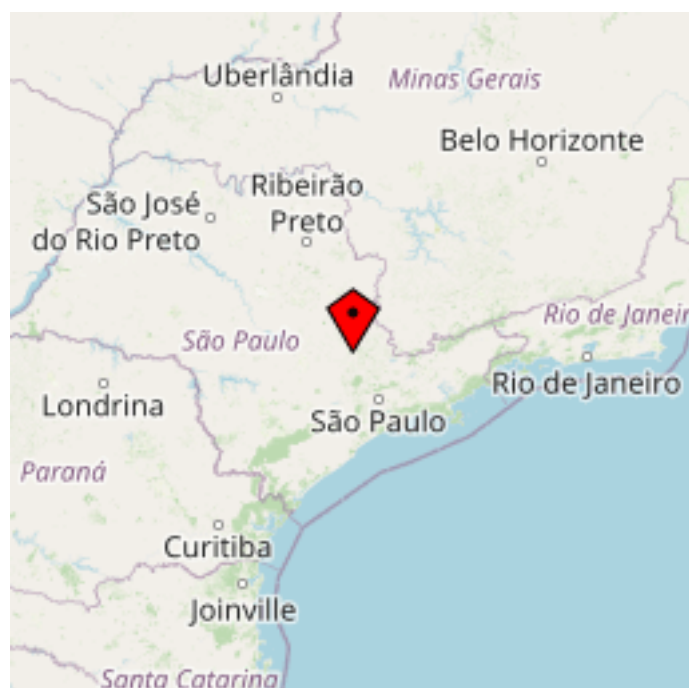


jchiminazzo@hotmail.com

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 08:29 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	4h 12 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location



joao@administradorjudicial.adv.br
(Presenter)

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:20 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 21 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location



Participated in 6 of 250 your events in the past:

Last 6 of them:	Event "ASSEMBLEIA - ACORDO COLETIVO" at Jan 11, 2024 10:07 BRST
-----------------	---

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO BREITHAUPT - 5009853-93.2020.8.24.0036 - 06/12/2023" at Dec 06, 2023 10:43 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO FELIZMED - 5014588-97.2022.8.24.0005 - 27/10/2023" at Oct 27, 2023 10:50 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL FMG - 1013018-13.2022.8.26.0451" at Oct 17, 2023 10:54 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL FELIZMED, FELIZMED ODONTO E UNIPRIME - 5014588-97.2022.8.24.0005 - 25/09/2023" at Sep 25, 2023 09:55 BRT

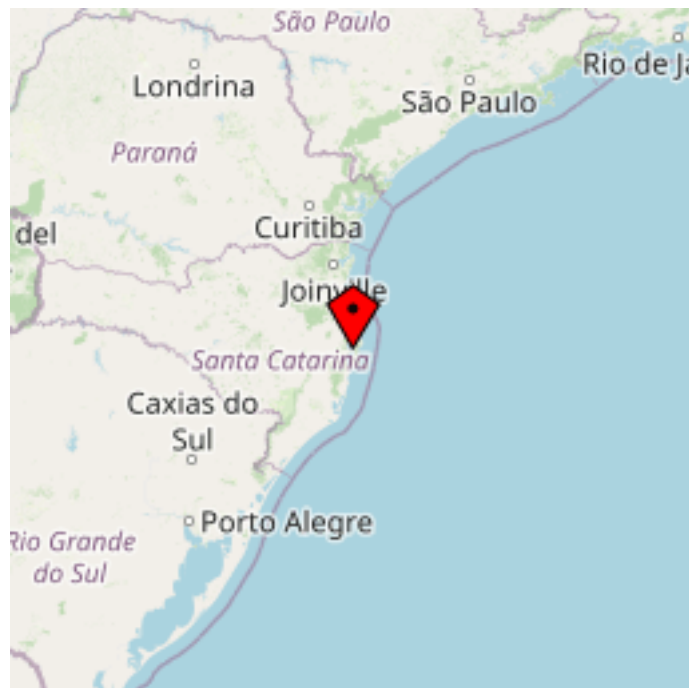
Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL FMG - 1013018-13.2022.8.26.0451" at Sep 18, 2023 09:45 BRT

joaojorge@jamussi.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:42 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	2h 59 min
Device:	web browser (Chrome 109.0.0)

Map location

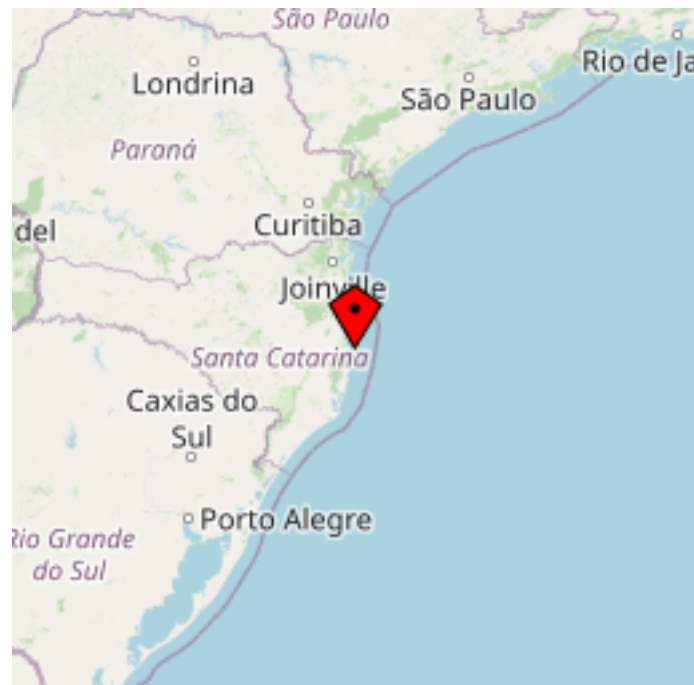


juridico@avai.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:08 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:09 BRT
Duration:	1 min
Device:	web browser (Firefox 122.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:09 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:11 BRT
Duration:	2 min
Device:	web browser (Firefox 122.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:13 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:35 BRT
Duration:	22 min
Device:	web browser (Firefox 122.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:35 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:44 BRT
Duration:	9 min
Device:	web browser (Firefox 122.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:57 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	2h 44 min
Device:	web browser (Firefox 122.0)

Map location



laurence@administradorjudicial.adv.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:54 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:34 BRT
Duration:	2h 40 min
Device:	web browser (unknown)
Joined at:	Feb 22, 2024 12:34 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:36 BRT
Duration:	2 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Participated in 6 of 250 your events in the past:

Last 6 of them:	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO ECOVIX - 5000021-98.2016.8.21.0023" at Jan 23, 2023 10:58 BRST
	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO ECOVIX - 5000021-98.2016.8.21.0023" at Dec 12, 2022 10:59 BRST
	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO ECOVIX - 5000021-98.2016.8.21.0023" at Nov 08, 2022 10:32 BRST
	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO VIDROFORTE - 5008684-36.2020.8.21.0010 - 21/10/2022" at Oct 28, 2022 10:58 BRST
	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO VIDROFORTE - 5008684-36.2020.8.21.0010 - 21/10/2022" at Oct 21, 2022 10:57 BRST
	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO ECOVIX - 5000021-98.2016.8.21.0023" at Sep 27, 2022 09:59 BRT

luana@administradorjudicial.adv.br (Presenter)

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 08:54 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 47 min
Device:	web browser (Chrome 122.0.0)

Map location



Participated in 6 of 250 your events in the past:

Last 6 of them:	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL MEU MÓVEL DE MADEIRA - 5000689-42.2023.8.24.0055 - 23/01/2024" at Jan 23, 2024 10:03 BRST
-----------------	---

Event "olá" at Jan 19, 2024 14:35 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO MEU MÓVEL DE MADERIA - PROCESSO: 5000689-42.2023.8.24.0055 - 18/12/2023" at Dec 18, 2023 09:54 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO BREITHAUPT - 5009853-93.2020.8.24.0036 - 06/12/2023" at Dec 06, 2023 09:54 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO FELIZMED - 5014588-97.2022.8.24.0005 - 27/10/2023" at Oct 27, 2023 10:04 BRST

Event "ASSEMBLEIA VIRUTAL GRUPO BREITHAUPT - 5009853-93.2020.8.24.0036" at Oct 25, 2023 10:01 BRST

lucas@aloisiozimmer.adv.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:24 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:31 BRT
Duration:	7 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:31 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:27 BRT
Duration:	2h 56 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 12:27 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	14 min
Device:	web browser (Chrome 120.0.0)

Map location

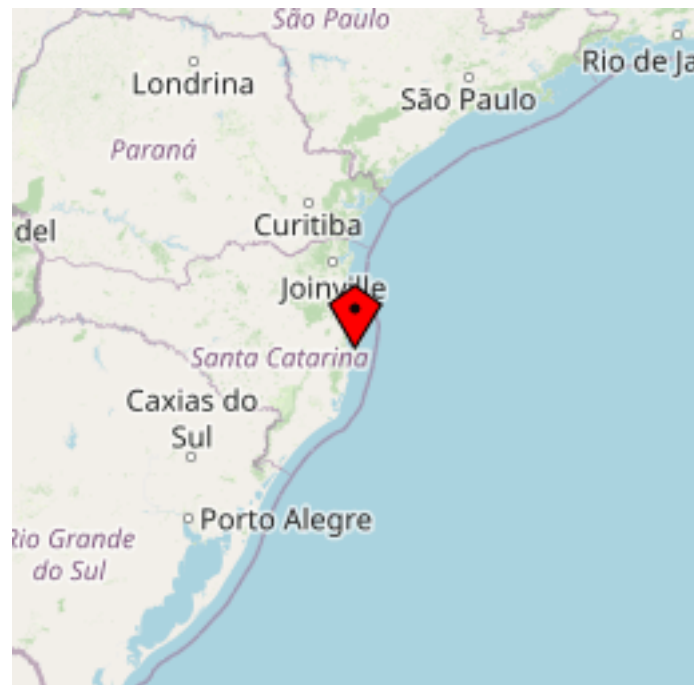


lucas@conwert.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 08:56 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:05 BRT
Duration:	9 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:06 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:35 BRT
Duration:	29 min
Device:	web browser (unknown)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:35 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 6 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location

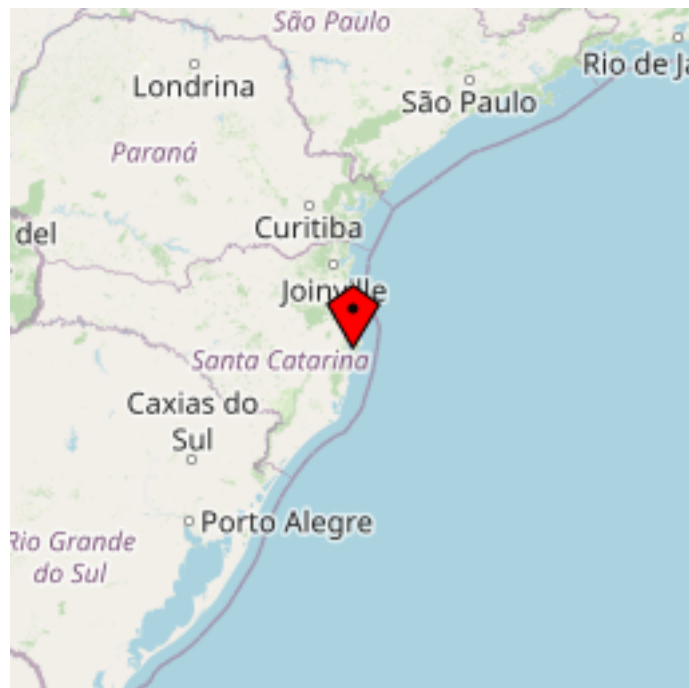


marcos@mvsouza.adv.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:49 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	2h 52 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location



marcosandrey@advempresarial.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:25 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:35 BRT
Duration:	10 min
Device:	web browser (unknown)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:35 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 6 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Participated in 2 of 250 your events in the past:

Last 2 of them:	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL BREITHAUPT - 5009853-93.2020.8.24.0036" at May 18, 2021 10:01 BRT
	Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL BREITHAUPT - 5009853-93.2020.8.24.0036" at May 04, 2021 09:48 BRT

marijumacielcivel@hotmail.com

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:20 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:11 BRT
Duration:	2h 51 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location

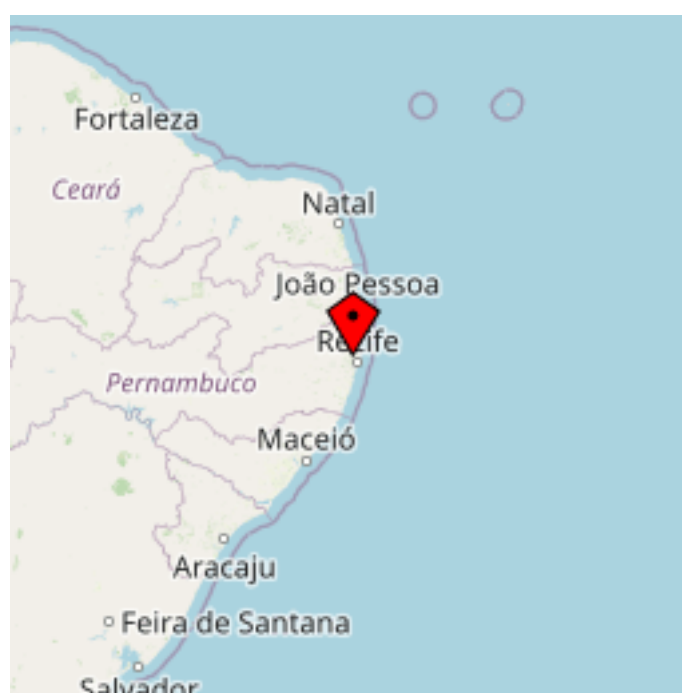


mariorodolfoadv@gmail.com

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 10:00 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	2h 41 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location

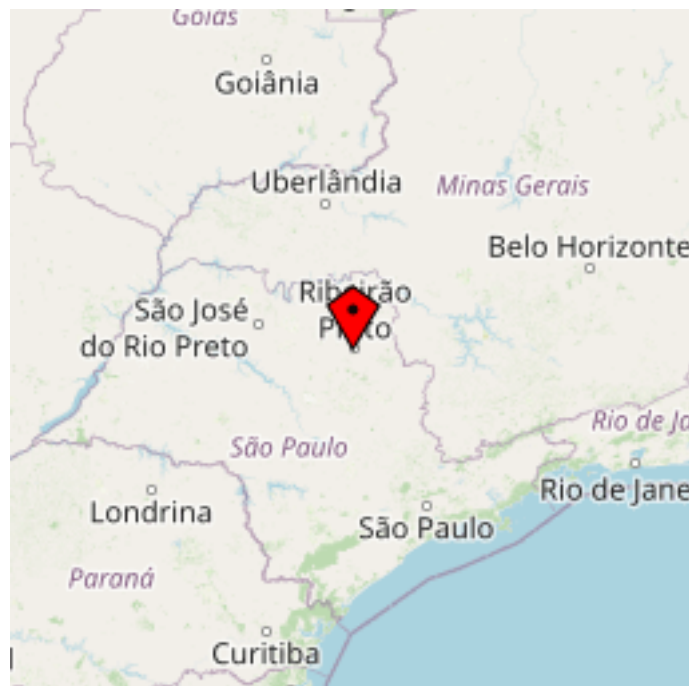


natalia@igadvocacia.com

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 08:57 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:58 BRT
Duration:	1h 1 min
Device:	web browser (Chrome 122.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:58 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	2h 43 min
Device:	web browser (Chrome 122.0.0)

Map location



raquelli.bolico@continiadvogados.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:26 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:27 BRT
Duration:	1 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:27 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 11:41 BRT
Duration:	2h 14 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 11:42 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:01 BRT
Duration:	19 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 12:01 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:01 BRT
Duration:	0 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 12:02 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	39 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location



Participated in 5 of 250 your events in the past:

Last 5 of
them:

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL GRUPO SÃO JUDAS - 5093576-31.2022.8.21.0001" at Aug 17, 2023 09:24 BRT

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL ARTALI - 5013135-36.2022.8.21.0010 - 16/05/2023" at May 16, 2023 09:28 BRT

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL ARTALI - 5013135-36.2022.8.21.0010" at Apr 18, 2023 08:56 BRT

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL ARTALI - 5013135-36.2022.8.21.0010 - 14/03/2023" at Mar 14, 2023 09:12 BRT

Event "ASSEMBLEIA VIRTUAL ARTALI INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA - 5013135-36.2022.8.21.0010" at Mar 07, 2023 09:24 BRT

roberto.fernandes@ribeiroalbuquerque.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:47 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 10:05 BRT
Duration:	18 min
Device:	web browser (unknown)
Joined at:	Feb 22, 2024 10:05 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	2h 36 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

rodrigocapella@oab-sc.org.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:47 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:49 BRT
Duration:	2 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:49 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:49 BRT
Duration:	0 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:49 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:51 BRT
Duration:	2 min
Device:	web browser (unknown)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:51 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:52 BRT
Duration:	1 min
Device:	web browser (unknown)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:52 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:52 BRT
Duration:	0 min
Device:	web browser (unknown)

Joined at:	Feb 22, 2024 09:53 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:55 BRT
Duration:	2 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Joined at:	Feb 22, 2024 09:59 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 10:26 BRT
Duration:	27 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Joined at:	Feb 22, 2024 10:29 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:01 BRT
Duration:	1h 32 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Joined at:	Feb 22, 2024 12:01 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:03 BRT
Duration:	2 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location



tavares.direitodesportivo@hotmail.com

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:36 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:02 BRT
Duration:	2h 26 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 12:02 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	39 min
Device:	web browser (Chrome 121.0.0)

Map location

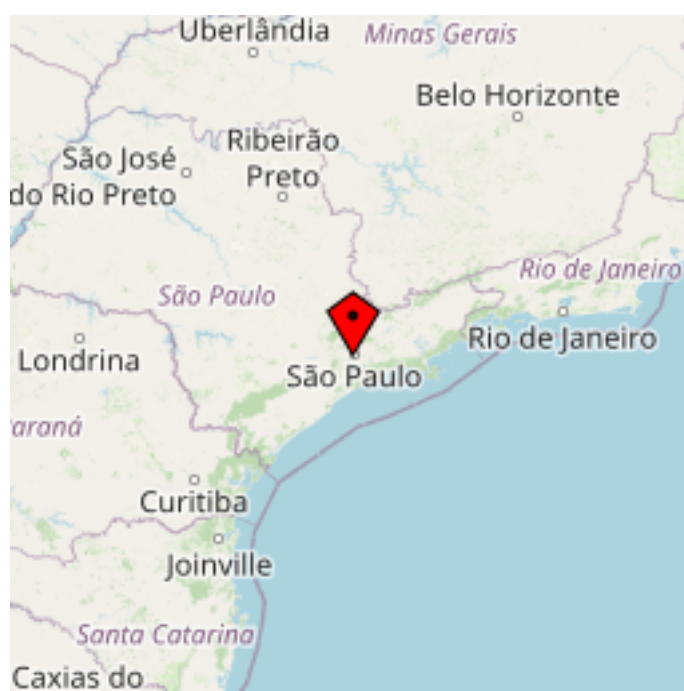


tgcclemen@gmail.com

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:01 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 40 min
Device:	web browser (Firefox 123.0)

Map location

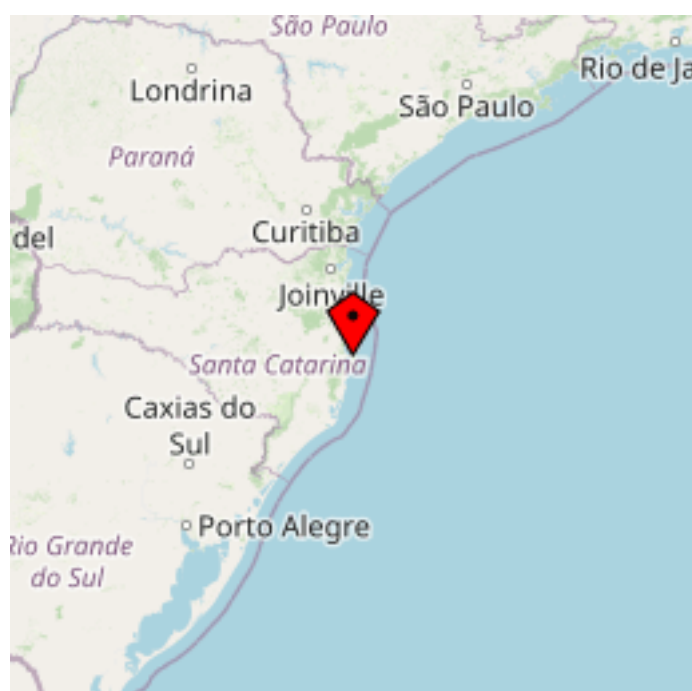


thiago@bef.adv.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:28 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	3h 13 min
Device:	web browser (Chrome 122.0.0)

Map location



thiago@rinoadv.com.br

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:42 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:45 BRT
Duration:	3 min
Device:	web browser (Chrome 103.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:45 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:47 BRT
Duration:	2 min
Device:	web browser (Chrome 103.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:47 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:53 BRT
Duration:	6 min
Device:	web browser (Chrome 103.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:53 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:54 BRT
Duration:	1 min
Device:	web browser (Chrome 103.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:54 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:56 BRT
Duration:	2 min
Device:	web browser (Chrome 103.0.0)

Joined at:	Feb 22, 2024 10:04 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	2h 37 min
Device:	web browser (Chrome 103.0.0)

Map location



vboabaid@gmail.com

Connection History

Joined at:	Feb 22, 2024 09:24 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:26 BRT
Duration:	2 min
Device:	web browser (Chrome 120.0.0)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:26 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:32 BRT
Duration:	6 min
Device:	web browser (unknown)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:32 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 09:34 BRT
Duration:	2 min
Device:	web browser (unknown)
Joined at:	Feb 22, 2024 09:50 BRT
Left room at:	Feb 22, 2024 12:41 BRT
Duration:	2h 51 min
Device:	web browser (Chrome 120.0.0)

Map location





**If you need more info
contact us:**

 1-888-8-CLICK-M

 info@clickmeeting.com

www.clickmeeting.com